

Maria Rosânia Lopes Duarte

**A dinâmica da agricultura familiar e a estrutura fundiária rural  
na Região Imediata de Viçosa - MG**

Maria Rosânia Lopes Duarte

**A dinâmica da agricultura familiar e a estrutura fundiária rural  
na Região Imediata de Viçosa - MG**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Ambiente e Território

**Orientador:** Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa

Montes Claros – MG  
2024

Duarte, Maria Rosânia Lopes.

D812d            A dinâmica da agricultura familiar e a estrutura fundiária rural na região imediata  
2024            de Viçosa - MG [manuscrito ] / Maria Rosânia Lopes Duarte. Montes Claros, 2024.  
                  117 f.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Rômulo Soares Barbosa.

Banca examinadora: Rômulo Soares Barbosa, Daniel Coelho de Oliveira, Fábio Dias Santos.

Inclui referências: f. 105-117.

1. Agricultura familiar. 2. Estrutura agrária. 3. Viçosa (MG). I. Barbosa, Rômulo Soares. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 338.43

**Maria Rosânia Lopes Duarte**

**A dinâmica da agricultura familiar e a estrutura fundiária rural na Região  
Imediata de Viçosa-MG**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

**Área de Concentração:** Sociedade, Ambiente e Território

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

Documento assinado digitalmente



**ROMULO SOARES BARBOSA**  
Data: 25/06/2024 16:13:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Romulo Soares Barbosa**  
Universidade Estadual de Montes Claros

Documento assinado digitalmente



**FABIO DIAS DOS SANTOS**  
Data: 29/06/2024 13:14:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Fabio Dias dos Santos**  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente



**DANIEL COELHO DE OLIVEIRA**  
Data: 25/06/2024 16:25:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Daniel Coelho de Oliveira**  
Universidade Estadual de Montes Claros

**Montes Claros 2024**

Ao meu esposo, pela compreensão e apoio nesta caminhada.

Aos meus pais Niuton (Neném Lupim) e Zilda, pelas orientações nos momentos de desespero.

A minha irmã Neide (*In Memoriam*), por ser o meu ouvido de escuta nos momentos de aflição.

Às irmãs de coração Eli, Graça e Edivânia, que me socorreram em tudo o que precisei neste percurso.

Aos meus oito irmãos e a meus sobrinhos, que são a minha razão de viver, aos meus cunhados e cunhadas.

Aos estudantes da EFA Puris, à Associação EFA Puris e ao grupo da conquista de Terra em conjunto do município de Araponga, Minas Gerais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida.

Aos meus pais pela coragem e luta. A toda minha família.

Aos amigos, jovens estudantes da Escola Família Agrícola (EFA) Puris, aos colegas de trabalho e aos de turma do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território.

Aos professores e equipe do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), meus formadores.

Às mulheres e grandes companheiras de luta - Eli, Graça, Edivânia e Neide (*in memoriam*) - por me motivar nos momentos de fraqueza e me dar forças para continuar.

Ao meu orientador, professor Rômulo Soares Barbosa, pelas dicas maravilhosas em meu trabalho.

A todos que passaram por mim ao longo dos últimos dois anos, principalmente os colegas de turma Eli, Welder, Wanderson, Leiliane, Jó, Patrícia, Edna, Deleon, Samuel e Darlin.

Às companheiras de quarto e aos colegas de convívio na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) de Montes Claros, pelas nossas partilhas de alimentos, alegrias, angústias e tristezas.

À Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícola.

“[...] Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história” (Paulo Freire).

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica da agricultura familiar e a estrutura fundiária rural dos municípios que compõem a Região Imediata de Viçosa, Minas Gerais. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e análise de dados secundários, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) de 1996, 2006 e 2017, referentes ao censo agropecuário. As variáveis analisadas foram: número de estabelecimentos agropecuários, área dos estabelecimentos agropecuários, condição do produtor, utilização das terras, lavoura permanente, lavoura temporária, pecuária, pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários da Região Imediata (RGIme) de Viçosa, Minas Gerais. Os resultados permitem observar uma presença significativa dos pequenos estabelecimentos com até um módulo fiscal. Isso possibilita caracterizar a RGIme de Viçosa como, marcadamente, de agricultura familiar e com relevante quantidade de mão de obra ocupada. Foram apresentadas as principais formas de utilização das terras, de produção, de trabalho e renda da RGIme de Viçosa e demonstrada a dimensão e as características da estrutura fundiária dessa região.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Estrutura fundiária, Região Geográfica Imediata de Viçosa.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the dynamics of family farming and the rural land structure of the municipalities comprising the Immediate Region of Viçosa - MG. Bibliographic research and analysis of secondary data produced by IBGE from 1996, 2006, and 2017 regarding the agricultural census were conducted. The variables analyzed included: number of agricultural establishments, area of agricultural establishments, producer's condition, land use, permanent crops, temporary crops, livestock, and personnel employed in agricultural establishments of the Immediate Region of Viçosa - MG. The results allow us to observe a significant presence of small establishments with up to one fiscal module. This allows characterizing the Immediate Region of Viçosa - MG as markedly family farming-oriented with a significant amount of labor force employed. The main forms of land use, production, labor, and income of the Immediate Region of Viçosa - MG were also presented. The dimension and characteristics of the land structure of this region are also demonstrated.

**Keywords:** Family farming, Land structure, Immediate Geographical Region of Viçosa

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Divisão Regional do Brasil – Regiões Geográficas Imediatas.....	15
Figura 2 -	Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora .....	16
Figura 3 -	Região Imediata de Viçosa.....	17

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Total de estabelecimentos agropecuários nos municípios da RGIme de Viçosa .....	47
Gráfico 2 -	Área dos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa por tamanho de estabelecimento em 1996 .....	48
Gráfico 3 -	Dinâmica da área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa por tamanho de estabelecimento em 1996 .....	49
Gráfico 4 -	Dinâmica da área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa por tamanho de estabelecimento em 2009 .....	50
Gráfico 5 -	Dinâmica da área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa por tamanho de estabelecimento em 2017 .....	50
Gráfico 6 -	Número e proporção média de estabelecimentos agropecuários da RGIme por grupo de área em 1996 .....	52
Gráfico 7 -	Número e proporção média de estabelecimentos agropecuários da RGIme por grupo de área em 2006 .....	52
Gráfico 8 -	Número e proporção média de estabelecimentos agropecuários da RGIme por grupo de área em 2017 .....	53
Gráfico 9 -	Número total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da RGIme de Viçosa .....	55
Gráfico 10 -	Área total de estabelecimentos agropecuários de cada município da RGIme de Viçosa em 1996, 2006 e 2017 .....	57
Gráfico 11 -	Área média do estabelecimento por grupo de área (ha) na RGIme de Viçosa em 1996 .....	58
Gráfico 12 -	Área média do estabelecimento por grupo de área (ha) na RGIme de Viçosa em 2006 .....	59
Gráfico 13 -	Área média do estabelecimento por grupo de área (ha) na RGIme de Viçosa em 2017 .....	59
Gráfico 14 -	Hectares necessários para gerar uma ocupação em 1996 .....	61
Gráfico 15 -	Hectares necessários para gerar uma ocupação em 2006 .....	61
Gráfico 16 -	Hectares necessários para gerar uma ocupação 2017 .....	61
Gráfico 17 -	Pessoal ocupado por grupo de área na RGIme de Viçosa, 1996 ...	62
Gráfico 18 -	Pessoal ocupado por grupo de área na RGIme de Viçosa, 2006 ...	63
Gráfico 19 -	Pessoal ocupado por grupo de área na RGIme de Viçosa, 2017 ...	63
Gráfico 20 -	Número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da RGIme de Viçosa .....	66
Gráfico 21 -	Total de proprietários da RGIme de Viçosa .....	72
Gráfico 22 -	Arrendatários da RGIme de Viçosa por período e município .....	73
Gráfico 23 -	Parceiros agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 1996 ..	75
Gráfico 24 -	Parceiros agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 2006 ..	75
Gráfico 25 -	Parceiros agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 2017 ..	75

Gráfico 26 - Ocupantes agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 1996 .....	77
Gráfico 27 - Ocupantes agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 2006 .....	78
Gráfico 28 - Ocupantes agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 2017 .....	78
Gráfico 29 - Pastagens em hectares nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa .....	80
Gráfico 30 - Pastagens por hectares na RGIme de Viçosa em 1996.....	81
Gráfico 31 - Pastagens por hectares na RGIme de Viçosa em 2006.....	82
Gráfico 32 - Pastagens por hectares na RGIme de Viçosa em 2017.....	82
Gráfico 33 - Florestas por área total em hectares na RGIme de Viçosa por município no ano de 1996 .....	85
Gráfico 34 - Florestas por área total em hectares na RGIme de Viçosa por município no ano de 2006 .....	85
Gráfico 35 - Florestas por área total em hectares na RGIme de Viçosa por município no ano de 2017 .....	86
Gráfico 36 - Número de propriedades e florestas em hectares na RGIme de Viçosa .....	86
Gráfico 37 - Áreas em hectares utilizadas para Lavouras permanentes na RGIme de Viçosa-MG em 2017 .....	87
Gráfico 38 - Lavoura permanente em hectares nos anos 1996, 2006 e 2017 na RGIme de Viçosa - MG .....	89
Gráfico 39 - Lavouras permanente na RGIme de Viçosa em 1996 .....	90
Gráfico 40 - Lavouras permanente na RGIme de Viçosa em 2006 .....	91
Gráfico 41 - Lavouras permanente na RGIme de Viçosa em 2017 .....	91
Gráfico 42 - Lavouras temporárias por hectares.....	94
Gráfico 43 - Total de Lavouras Temporárias por hectares na RGIme de Viçosa .....	94
Gráfico 44 - Lavouras temporárias por hectares em 1996 na RGIme de Viçosa .....	96
Gráfico 45 - Lavouras temporárias por hectares em 2006 na RGIme de Viçosa .....	96
Gráfico 46 - Lavouras temporárias por hectares em 2017 na RGIme de Viçosa .....	97
Gráfico 47 - Florestas por área total em hectares na RGIme de Viçosa por município no ano de 2017 .....	104

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa .....	47
Tabela 2 -	Número total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da RGIme de Viçosa .....	51
Tabela 3 -	Número de estabelecimentos por grupo de área em hectares em 1996, 2006 e 2017 .....	51
Tabela 4 -	Área total (ha) de estabelecimentos agropecuários de cada município da RGIme de Viçosa em 1996, 2006 e 2017 .....	56
Tabela 5 -	Área média dos estabelecimentos por grupo de área em hectares na RGIme de Viçosa em 1996, 2006 e 2017 .....	58
Tabela 6 -	Hectares necessários para gerar uma ocupação em 1996, 2006 e 2017 .....	60
Tabela 7 -	Pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da RGIme de Viçosa .....	65
Tabela 8 -	Total de proprietários da RGIme de Viçosa .....	70
Tabela 9 -	Número de proprietários dos Municípios da RGIme de Viçosa -MG em 1996,2006,2017 .....	71
Tabela 10 -	Total de arrendatários da RGIme de Viçosa .....	73
Tabela 11 -	Parceiros na RGIme de Viçosa .....	74
Tabela 12 -	Ocupantes de estabelecimentos agropecuário na RGIme de Viçosa .....	77
Tabela 13 -	Utilização das terras com pastagens área total em hectares na RGIme de Viçosa nos períodos de 1996, 2006 e 2017 .....	81
Tabela 14 -	Florestas área total em hectares na RGIme de Viçosa .....	83
Tabela 15 -	Florestas área total em hectares na RGIme de Viçosa por período (1996, 2006, 2017) e por município .....	84
Tabela 16 -	Total de Lavoura Permanente na RGIme de Viçosa .....	88
Tabela 17 -	Lavouras permanente em hectares na RGIme de Viçosa por municípios e por período .....	90
Tabela 18 -	Total de Lavoura Temporária na RGIme de Viçosa .....	93
Tabela 19 -	Lavouras temporárias em hectares nos períodos de 1996, 2006, 2017 na RGIme de Viçosa .....	95
Tabela 20 -	Produtores pronafianos e não pronafianos nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa 2017 .....	99
Tabela 21 -	Área de terras trabalhadas que acessam o Pronaf na RGIme de Viçosa (2017) .....	100
Tabela 22 -	Hectares de estabelecimentos agropecuários que pertencem ou não à agricultura familiar (2017) .....	100

## LISTA DE SIGLAS

AFA	Associação dos Agricultores de Araponga
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Cooafa	Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Araponga
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Cresol	Cooperativa de Crédito Rural Solidário de Araponga – MG
CTA/ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Ecosol	Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar Solidária de Araponga MG
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipea	Instituto de Pesquisa Economia Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronamp	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
SSAN	Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Taus	Termo de Autorização de Uso Sustentável
UFV	Universidade Federal de Viçosa
RGIme	Regiões Geográficas Imediatas
RGInt	Regiões Geográficas Intermediárias

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
<b>1 HISTORICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE CAMPONESA E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA ZONA DA MATA MINEIRA.....</b>	<b>20</b>
1.1 Agricultura familiar .....	20
1.1.1 A distribuição de terras no Brasil e em Minas Gerais .....	23
1.1.2 A divisão regional de Minas Gerais e do município de Viçosa.....	28
1.2 Modernização conservadora e agricultura familiar na RGIme de Viçosa .....	30
<b>2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA REGIÃO IMEDIATA DE VIÇOSA .....</b>	<b>40</b>
2.1 A dinâmica de distribuição da terra .....	40
2.2 A ocupação da Zona da Mata .....	42
2.3 Estrutura fundiária da RGIme de Viçosa .....	46
2.4 Área média por grupo de área em hectares da RGIme de Viçosa.....	57
2.5 Hectares necessários para gerar uma ocupação .....	59
2.6 Pessoal ocupado .....	62
2.7 Modernização do campo na agricultura familiar e a agroecologia na Região Imediata de Viçosa.....	66
<b>3 CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES E DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS NA RGIME DE VIÇOSA .....</b>	<b>69</b>
3.1 Proprietários na RGIme de Viçosa .....	71
3.2 Arrendatários na RGIme de Viçosa.....	72
3.3 Parcerias agrícolas na RGIme de Viçosa.....	74
3.4 Ocupantes de propriedades agropecuárias na RGIme de Viçosa de 1996 a 2017 .....	76
3.5 Utilização das terras na RGIme de Viçosa.....	78
3.6 Utilização das terras para pastagens na RGIme de Viçosa .....	79
3.7 Cobertura vegetal .....	83
3.7.1 Florestas.....	83
3.7.2 Lavoura permanente na RGIme de Viçosa .....	89
3.7.3 Lavouras temporárias .....	91
3.8 Perfil do produtor que ocupa os estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa .....	97
3.8.1 Assistência técnica e crédito.....	97
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a agricultura familiar e a estrutura fundiária rural dos municípios que compõem a Região Imediata (RGIme) de Viçosa, Minas Gerais. A investigação se faz necessária para compreender as mudanças e permanências na dinâmica da agricultura familiar e da estrutura fundiária rural, como isso aconteceu na RGIme de Viçosa, no período de 1996 a 2017. Os procedimentos inserem-se na abordagem metodológica quantitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e a partir de levantamento, sistematização e análise de dados estatísticos produzidos pelos Censos Agropecuários de 1996, 2006 e 2017 do IBGE.

Para Goldenberg (2004), os métodos quantitativos supõem uma população de objetos comparáveis e os qualitativos enfatizam as particularidades em termos de seus significados para o grupo pesquisado.

O levantamento de dados foi realizado sobre 12 municípios que compõem a Região Imediata de Viçosa, que são: Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta, Teixeiras e Viçosa a partir do censo Agropecuário que caracteriza os municípios e traz informações do espaço rural/agropecuário desses municípios.

As características dos estabelecimentos e as variáveis a serem analisadas serão: número de estabelecimentos agropecuários, área dos estabelecimentos agropecuários, condição do produtor, utilização das terras, lavoura permanente, lavoura temporária, pecuária, pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.

Os dados coletados foram organizados em planilhas e posteriormente consolidados em tabelas e gráficos. As análises dos municípios da RGIme de Viçosa se deram a partir de informações obtidas nos censos agropecuários dos anos de 1996, 2006 e 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1996; 2006, 2017b). Os resultados permitiram evidenciar a dinâmica recente da agricultura familiar e da estrutura fundiária rural nessa RGIme.

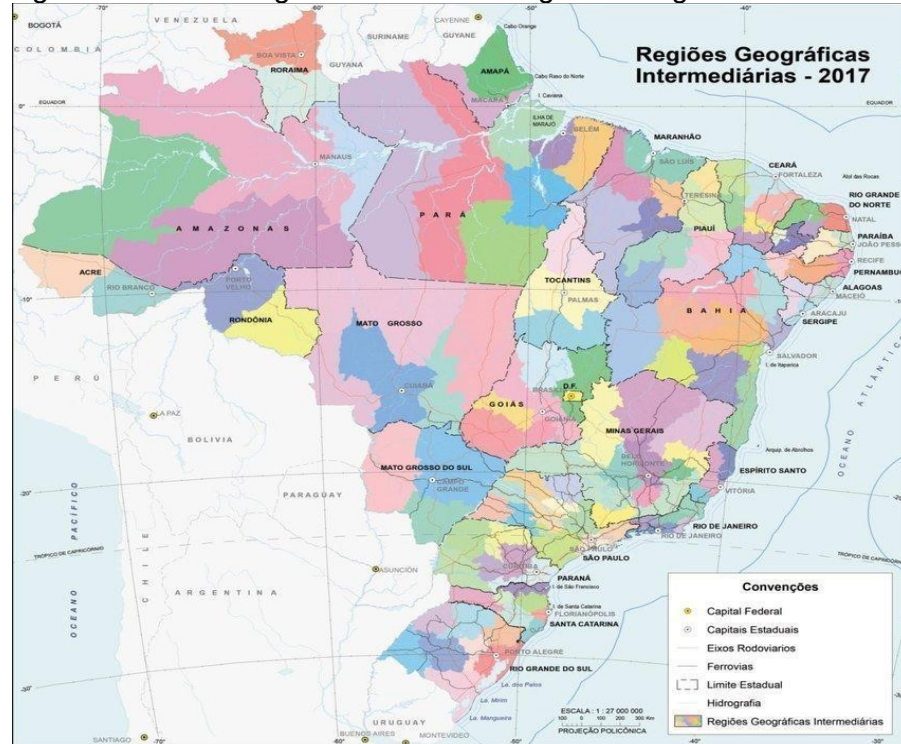
O Brasil é um país dividido em regiões geográficas, isso é uma forma de organização e reordenamento espacial de municípios, regiões, mesorregiões e estados a partir da identificação dos municípios e estados, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE):

A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e

Regiões Geográficas Intermediárias 2017, assim como as outras divisões regionais elaboradas pelo IBGE, comporta, em si, uma datação marcada no tempo e no espaço. É um trabalho que deve ser encarado como um processo, que se realiza em etapas e que implica atualização conforme a renovação dos ciclos metodológicos de seus subsídios e outras teorias que podem vir a surgir (IBGE, 2017a, p. 11).

Na Figura 1 apresenta-se a divisão realizada no Brasil no ano de 2017, trazendo uma nova configuração geográfica com 133 Regiões Geográficas Intermediárias e 510 Regiões Geográficas Imediatas de acordo com o IBGE 2017a.

Figura 1: Divisão Regional do Brasil - Regiões Geográficas Imediatas



Fonte: IBGE (2017a).

O estado de Minas Gerais é composto por 853 municípios e foi dividido em 13 Regiões Intermediárias que seguem: Barbacena, Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha. E também conta com 70 Regiões Imediatas. A regionalização anterior dividia o interior dos estados em mesorregiões e microrregiões homogêneas.

A Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Juiz de Fora (Figura 2) é composta por 146 municípios e foi dividida em 10 Regiões Geográficas Imediatas que são: Juiz de Fora, Manhuaçu, Ubá, Ponte Nova, Muriaé, Cataguases, Viçosa, Carangola, São João Nepomuceno (Bicas) e Além Paraíba.

As regiões geográficas imediatas e intermediárias possuem um número mínimo de cinco e máximo de 25 municípios, criando regiões com a mesma hierarquia, porém, com extensões territoriais e quantitativos de municípios diversos. A divisão territorial possibilita a divulgação estatística, além de auxiliar no planejamento público dos espaços (IBGE, 2017a).

Figura 2: Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora



Fonte: IBGE, 2017a.

A RGIme de Viçosa é composta por pequenos municípios representados na Figura 3 e corresponde à área deste estudo.

A nova divisão do Brasil em regiões intermediárias e regiões imediatas realizada pelo IBGE em 2017 foi feita com o objetivo de facilitar o acesso das pessoas a necessidades mais imediatas (IBGE, 2017a).

Figura 3: Região Imediata de Viçosa



Fonte: IBGE, 2017a.

As Regiões Geográficas Intermediárias (RGInt) e as Regiões Geográficas Imediatas (RGIme) expressam uma nova organização regional brasileira intra unidade da federação. Os municípios que emprestam o nome às Regiões são o pólo central, com grande fluxo de pessoas, bens e serviços básicos. As RGInt são um coletivo de municípios polarizados por um município central. Já as RGIme aglutinam os municípios, em menor escala, polarizados por um município.

A RGIme de Viçosa possui também um grande potencial para o turismo ecológico devido às características do relevo, do clima e de suas cachoeiras, também pela existência de unidades de conservação como o Parque Estadual Serra do Brigadeiro e outros parques, além da agricultura familiar com sua peculiaridade.

A RGInt de Juiz de Fora, a antiga Zona da Mata, possui relevo acidentado composto por serras rochosas e vales, onde predomina a agricultura com um número elevado de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura<sup>1</sup> (Pronaf). De acordo com informações do IBGE no censo agropecuário, nessa região existem 22 mil e 503 estabelecimentos de agricultura não familiar e 68 mil e 104 estabelecimentos de agricultura familiar. Desses, 38 mil e 838 acessam o programa de crédito rural PronafB e 29 mil e 063, o Pronaf V e outro 203 não são pronafianos (IBGE, 2017b).

A agricultura familiar tem como características os laços de parentesco na

<sup>1</sup> O Pronaf foi criado por meio do decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996, e atualizado pela lei n. 11.326, de 2006.

unidade de produção, juntamente com o trabalho e o gerenciamento da propriedade (Paiva; Alves; Gomes, 2019). Ao mesmo tempo é uma unidade de produção de valores, usos e mercadorias, objetivando sua reprodução em uma lógica diferente da agricultura capitalista. A agricultura capitalista familiar possui capacidade para maior segurança e soberania alimentar além de conservação dos recursos naturais, manejo especial do solo, atividades de menores impactos ambientais e maior relevância social (Costabeber; Caporal, 2003).

A agricultura familiar dos municípios que compõem a RGInt de Juiz de Fora, especialmente a RGIme de Viçosa, é importante fonte de produtos agropecuários e também de postos de trabalho rural. Essa forma de produção continua resistindo a diversas transformações, sendo muito importante para a economia dos municípios da RGIme de Viçosa, além de ser apontada como grande responsável para a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) com a produção de alimentos saudáveis sem uso de agrotóxicos, havendo comprometimento de quem produz até chegar à mesa do consumidor, levando em conta uma produção saudável e sustentável (Oliveira, S., 2021).

Além disso, parte da população dos municípios que compõem a Região Imediata de Viçosa vive no meio rural e tem como atividades econômicas principais a agricultura e pecuária, de acordo com informações dos censos agropecuários 1996, 2006 e 2017. Portanto, essa pesquisa possibilitará a análise da ocupação das terras, a estrutura fundiária rural e a dinâmica da agricultura familiar na RGIme de Viçosa.

O presente estudo teve como objetivo analisar a dinâmica recente da agricultura familiar e a estrutura fundiária rural na Região Imediata de Viçosa, no período de 1996 a 2017. Este estudo especificamente: i) Examinou os dados dos censos agropecuários do IBGE sobre as formas de ocupação e usos da terra na Região Imediata de Viçosa no período de 1996 a 2017; ii) Analisou a estrutura fundiária dos municípios que compõem a RGIme de Viçosa no período proposto; ii) Compreendeu a dinâmica da agricultura familiar na RGIme de Viçosa no período proposto. Para isso, valeu-se de pesquisa bibliográfica, levantamento, sistematização e análise de dados estatísticos produzidos pelos censos Agropecuários de 1996, 2006 e 2017 do IBGE.

A natureza da pesquisa é aplicada (Fontelles *et al.*, 2009) e é um tipo de pesquisa que visa solucionar problemas imediatos e aproveitar o uso de conhecimentos teóricos em situações concretas. O objetivo principal deste estudo é

adquirir respostas, expandir os conhecimentos teóricos e práticos e aplicar em situações imediatas.

A utilização da abordagem quantitativa, segundo Goldenberg (2004), é baseada em dados numéricos com obtenção de informações estatísticas, permitindo analisar e interpretar os dados. Ela é utilizada para dar condições de testar hipóteses, podendo medir e identificar as variáveis. Além disso, é caracterizada principalmente pela utilização dos questionários.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), busca descrever as características das situações e fenômenos em situações específicas e o foco principal é oferecer os detalhes da documentação, mas sem necessidade da explicação dos efeitos e da causa.

O levantamento bibliográfico é feito a partir de documentos como artigos científicos, dissertações, livros e teses que possam fornecer informações e dados ligados diretamente ao tema de pesquisa. Essa seleção de fonte acontece na biblioteca acadêmica, principalmente, *online*.

O levantamento documental é baseado na identificação dos documentos oficiais tais como: leis, decretos, relatórios, históricos, manuais e outros.

Após o levantamento de informações, são realizadas análise e construção de planilhas eletrônicas, gráficos e tabelas com combinações de informações em colunas e linhas que ajudam a visualizar e identificar as informações com mais precisão.

## **1 HISTORICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE CAMPONESA E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA ZONA DA MATA MINEIRA**

O capítulo 1 trás discussões sobre o historico da agricultura familiar, a modernização conservadora e a agricultura familiar na RGIme de Viçosa e a agricultura familiar e suas transformações em decorrência da modernização ao longo do tempo.

### **1.1 Agricultura familiar**

Para compreender a agricultura familiar brasileira, é necessário analisar o passado, pois assim, é possível compreender o presente e projetar o futuro. A agricultura era primitiva e de sobrevivência, realizada através da caça e da coleta de raízes como uma das principais formas de sobrevivência dos seres humanos. Ela passou a ser praticada nas proximidades das residências, considerada agricultura tradicional para a subsistência. Essa forma rudimentar da agricultura começou a mudar no Brasil por volta de 1950 e 1960 com o avanço tecnológico e as informações (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2018).

Nas últimas décadas houve mudanças importantes que auxiliaram para a definição e entendimento do que é agricultura familiar e de quem são os pequenos proprietários que atuam nas propriedades rurais, trabalhando para o autoconsumo e para a comercialização dos excedentes, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do campo. Também durante esse período, a categoria começou a ser reconhecida, compreendida e ganhou destaque na promoção do desenvolvimento do meio rural e da diversidade econômica, cultural e social especial dessa classe (Schneider; Cassol, 2014, p. 3).

De acordo com a lei n. 11.326, de 2006, artigo 3º (Brasil, 2015), para ser considerado agricultor familiar para efeitos de políticas públicas é importante que o produtor se encaixe nos seguintes critérios: não ter área maior que quatro módulos fiscais<sup>2</sup>, utilizar predominantemente mão de obra familiar, ter renda percentual

---

<sup>2</sup> Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. O módulo

originada na propriedade, administrar seu estabelecimento com sua família.

A agricultura familiar também tem por característica a gestão da propriedade sob responsabilidade da família, e a sua atividade principal é a agropecuária para a sua manutenção e como fonte de renda. Também possui uma relação de proximidade, afeto, respeito e carinho entre a terra onde trabalha e reside a família. As famílias na maioria das vezes trabalham com uma grande diversidade de produtos, que são utilizados para o autoabastecimento e comercialização do excedente (Oliveira, 2021).

A agricultura familiar que no período de modernização do Brasil, décadas de 1950 e 1960, era ignorada e vista somente como fonte de subsistência das famílias, atualmente vem apresentando um eixo forte no desenvolvimento econômico e social do país. Isso porque ela traz grandes vantagens: apresenta sua produção diversificada e se preocupa com preservação ambiental e a viabilidade econômica, embora por muito tempo tenha tido pouco reconhecimento desse potencial (Jungmann, 2000).

A valorização da agricultura familiar vem a partir da implantação das leis que a caracterizam, dos investimentos em políticas públicas e das discussões da agricultura sustentável. Uma dessas políticas públicas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído pela resolução n. 2.191, de 1995, e destinado ao apoio financeiro para as atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. Foi após a sua implantação que a agricultura familiar ganhou impulso para potencializar e modernizar as suas atividades (Wanderley, 2003).

A discussão sobre agricultura familiar começou a ganhar força a partir dos debates sobre desenvolvimento sustentável e de ações governamentais, provocando um aumento do número de pessoas assentadas pela Reforma Agrária. A criação do Pronaf e outras políticas públicas favoreceram esse desenvolvimento (Jungmann, 2000). Ao realizar a limitação do universo da agricultura familiar, percebe-se uma diversidade singular de agriculturas e a caracterização desse segmento econômico de disponibilidade de trabalho e renda.

---

fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de cinco a 110 hectares. Nas regiões metropolitanas, a extensão do módulo rural é geralmente bem menor do que nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Foram estratificadas as áreas dos estabelecimentos em relação aos respectivos módulos fiscais municipais, resultando em 10 grupos com valores limites de módulos entre zero e maiores que 100 (IBGE, 2006)

A agricultura familiar é caracterizada por pequenas propriedades rurais, com produção voltada para subsistência e mercado local, utilizando-se de técnicas tradicionais, com baixo uso de insumos químicos e maquinaria. É geralmente voltada para o cultivo de alimentos básicos, como cereais, frutas, hortaliças e criação de pequenos animais, atendendo às necessidades da própria família e do comércio local.

A agricultura familiar é uma área muito importante na produção de alimentos, pois possibilita a alimentação dos brasileiros (Oliveira, 2021). Isso porque, quando há excedentes, os produtos são doados, trocados, vendidos em feiras livres, comercializados diretamente de porta em porta e também em programas do governo destinados ao fortalecimento da agricultura familiar, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

De acordo com a definição da agricultura familiar no Brasil e na perspectiva do censo agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos do país são classificados como de agricultura familiar, um contingente de 3,9 milhões de estabelecimentos. E esses são responsáveis por 67% das pessoas ocupadas no setor agropecuário brasileiro, o que corresponde a 10,1 milhões de pessoas. Além disso, esses estabelecimentos são responsáveis por 23% da produção agropecuária do Brasil, o equivalente a 107 bilhões de reais (IBGE, 2017b).

Ainda segundo o censo de 2017 (IBGE, 2017b), a agricultura familiar ocupa 80,9 milhões de hectares de terra nas grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste. Ocupam a maior parte dos estados de Pernambuco, Ceará e Acre. E as menores áreas ocupadas estão nos estados que compõem o Centro-Oeste e São Paulo.

No Brasil, a agricultura familiar, segundo o censo de 2017, produz 88 milhões de toneladas de milho em grão em 1,7 bilhões de estabelecimentos; 103 milhões de toneladas de soja; 5,7 bilhões de pés de café com a produção de 1,9 milhões de toneladas de café arábica e 476 mil toneladas de café *canephora* (*conilon*); 173 milhões de cabeça de bovinos com uma produção de 30 bilhões de litros de leite e 1,36 bilhões de aves, uma produção de 4,7 bilhões de dúzias de ovos (IBGE, 2017b).

Esses números mostram que a agricultura familiar representa uma importante parcela da economia do Brasil. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, ela é responsável por aproximadamente 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (Pontes, 2018).

Sendo assim, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia Brasileira, pois contribui com a geração de renda e emprego. Além de promover o desenvolvimento econômico das áreas rurais, também desempenha um papel importante para a segurança alimentar do país, pois garante o fornecimento de alimentos frescos e saudáveis para a população através da diversificação da produção agrícola, evitando a dependência de poucas culturas e contribuindo para a preservação da biodiversidade. O fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para garantir a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida no campo. Ela ainda tem um papel importante na prestação de serviços de preservação ambiental através do uso de práticas sustentáveis e agroecológicas, que ajudam na prevenção e preservação dos recursos naturais com a produção de alimentos saudáveis (Pontes, 2018).

### **1.1.1 A distribuição de terras no Brasil e em Minas Gerais**

A invasão do território brasileiro pelos colonizadores teve início a partir de sua faixa litorânea, mais especificamente, no Nordeste brasileiro e perpassa por vários momentos históricos. O processo começa antes de 1500, a partir de um acordo internacional, o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 na cidade espanhola de mesmo nome, celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela, para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa. É uma ocupação caracterizada por atividades de extração predatórias de recursos naturais, pelo uso do solo e da mão de obra dos povos originários para produção da cana e criação de gado (Straforini, 2008).

Em 1530 a coroa de Portugal, com a intenção de explorar e expandir a ocupação de mais terras, criou as capitanias, que eram grandes extensões de terra, destinadas a pessoas de confiança do rei que poderiam administrar com certa autonomia. Nesse contexto surgiram as Sesmarias, parte da capitania hereditária que era distribuída aos sesmeiros, que distribuía ao posseiro, dando origem aos grandes latifúndios (Straforini, 2008).

O sesmeiro assumiu diversas obrigações junto à Coroa, distribuindo terras entre os colonos e pagando o dízimo à Ordem de Cristo, conforme estabelecido na carta de doação. A mão de obra inicialmente vinha da escravização dos povos originários e dos africanos e mais tarde do trabalho dos imigrantes europeus

(Straforini, 2008). As Sesmarias se transformaram em grandes latifúndios, onde prevalecia a monocultura de cana-de-açúcar e a escravidão, e os proprietários tornaram-se os senhores de engenho (Signates, 2022). Esse ciclo de produção de monocultivo só era quebrado para a produção diversificada pelos lavradores, através de pequenas "roças" para consumo familiar, onde se plantava a mandioca, o arroz, o feijão (Santos, 2008).

Em 1850 cria-se a Lei de Terras, lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, que estabelecia a compra como única forma de obtenção de terras no país e acabava com o sistema de posses ou doação. Essa medida fez com que a terra se tornasse uma mercadoria e tirou dela o caráter de *status* social derivado da simples posse, também dificultou a compra pelas pessoas mais pobres, favorecendo os grandes proprietários rurais que passavam a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola, principalmente a terra (Arraz, 2022).

Com a lei, mais impostos e taxas eram arrecadados para o império por meio dos registros e demarcação. Esse dinheiro era destinado ao financiamento da imigração estrangeira, trazendo mão de obra principalmente para as lavouras de produção de café. A chegada dos imigrantes no século XVII ampliou a ocupação do território pelo império, dando início à exploração de riquezas minerais no estado de São Paulo, em São Vicente, no Vale do Ribeira; posteriormente em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás e Mato Grosso.

Até a segunda metade do século XVIII e início do século XIX, Minas Gerais era pouco explorada pelos colonizadores. Porém, a descoberta do ouro em Minas Gerais, no século XVIII, teve um grande impacto, resultando em diversas transformações no território. Houve uma intensa migração de pessoas para essa região, dando origem às vilas e cidades que serviam como centros de mineração e comércio, o que impulsionou o desenvolvimento econômico da região (Russel-Wood, 2004).

A exploração do ouro levou a uma expansão das fronteiras, já que os moradores e exploradores buscavam novas áreas de mineração, estendendo o território, alcançando regiões que antes eram pouco exploradas. A agricultura foi pouco desenvolvida nesse período, pois a atenção e os recursos estavam concentrados na busca pelo ouro. No entanto, à medida que a população aumentou e a mineração se estabilizou, houve uma necessidade maior de produção de alimentos para atender às demandas locais.

No estado de Minas Gerais a distribuição das terras se deu nas mesmas condições que as outras regiões do país, através do processo de Sesmarias do Brasil colonial e com a exploração do ouro na segunda metade do século XVIII. A exploração do ouro contribuiu para a interiorização da colonização e o povoamento, gerando um quadro favorável à expansão da região no século XIX (Souza, 2020).

A fase de colonização e povoamento da Zona da Mata mineira iniciou-se na metade do século XVIII com a abertura do Caminho Novo na região sul da Mata e outra na segunda metade do mesmo século, a partir da penetração na área central da Mata, localizada às margens do rio Pomba. A ligação das regiões sul e centro da Zona da Mata se dá a partir do Caminho Novo, de onde partiu a expedição que deu origem à colonização da área do vale do rio Pomba (Lamas, 2006).

Apesar do processo de ocupação do território mineiro ter sido iniciado em virtude da descoberta de ouro na região, em algumas áreas não foram encontrados minérios em grandes quantidades. É o caso de São Paulo do Manoel Burgo, atual Muriaé. Por isso, foram consideradas como área sem grande potencial para ocupação. Essas áreas só começaram a ser mais visadas quando surgiu o maior interesse pela agricultura. Entretanto, os povos originários já existiam nessas áreas, como explicam Stephan, Soares e Ribeiro (2012):

A densa floresta que cobria a região, onde se refugiaram diversas nações indígenas, configurou-se como uma barreira natural ao povoamento contínuo. Desse modo, o processo de ocupação da porção sudeste de Minas Gerais se intensificou à medida que os rendimentos das lavras minerais começaram a decrescer e a agricultura foi ganhando maior importância relativa dentro das atividades econômicas mineiras (Stephan, Soares, Ribeiro, 2012, p. 51).

O processo de colonização de Minas Gerais foi associado à questão econômica ligada à procura e exploração do ouro. O declínio dessa atividade fez com que a agricultura se intensificasse e passasse a ocupar lugar de grande relevância econômica para o estado, visto o grande potencial agrícola dessas áreas. Isso fez com que os povos originários, primeiros habitantes da região, fossem empurrados para outros territórios, às margens de rios ou próximos às serras, em consequência das dominações de áreas mineradas e transformadas em lavouras pelos colonizadores (Ribeiro, 2017).

A política de concessão de terras como alternativa de fixar as pessoas e

construir povoados, bem como manter o controle das terras das pessoas que ali estivessem aglomeradas, permitiram a corrupção de indivíduos sem escrúpulo, a aglomeração e a posse das terras. De acordo com Assis (2003), eram 6 mil e 642 propriedades e os registros eram de aproximadamente 8 mil, caracterizando a atividade ilegal.

Assim sendo, visando a expansão econômica e aproveitamento das regiões de floresta ocupadas pelos nativos, a coroa Portuguesa, através de uma intervenção militar, por meio da figura de Diretores de Índios, promoveu a missão de ampliar as fronteiras agrícolas e implementar o processo de aldeamento nas regiões da Zona da Mata, uma região de divisa de capitânicas de grande influência da frente de colonização vinda de Campos, Rio de Janeiro (Souza, 2003). E para acompanhar de perto o desenvolvimento dessas regiões e controlar a exploração de suas riquezas, Portugal mudou a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro em 1963 (Fonseca, 2022).

As áreas fora do eixo do “Caminho Novo” eram pouco exploradas pelos colonizadores e foram chamadas de áreas proibidas de circulação de pessoas. Incluídas nessas áreas estavam as regiões de florestas não mineradas, mesmo estando nos arredores da região minerada (Straforini, 2010). Essa era uma estratégia da coroa que visava evitar desvios e contrabando de ouro.

“Caminho Novo” era o termo que se referia às estradas que davam acesso à região de Minas Gerais e passavam pelas áreas proibidas, denominadas também: Sertões do Leste, Área Proibida, Muralha Verde, Terras Baixas da Mantiqueira, Fronteira Aberta, Sertões dos Índios Bravios ou ainda Coração das Terras. Tais denominações simbólicas foram sendo construídas historicamente sobre esse território em franca disputa pela ocupação e uso da terra entre os agentes da colonização e os povos originários, entre eles: os Puris, Coroados, Coropós, Croatas, Botocudos, Aratés, Mariquitas e Cataguás (Scarato *et al.*, 2009).

O processo de ocupação das terras de Minas Gerais envolveu a exploração mineral, o desenvolvimento da agricultura e a interação dos colonizadores com os povos indígenas, trazendo consequências tanto para o desenvolvimento econômico da região quanto para as comunidades indígenas, resultando em mudanças significativas em sua cultura e modo de vida. Essa ocupação resultou ainda na expulsão, escravização e dizimação de muitos povos nativos para a exploração indiscriminada dos recursos naturais das terras indígenas, causando um impacto devastador sobre essas comunidades.

A modernização conservadora da agricultura no estado de Minas Gerais refere-se ao período em que o Estado buscava modernizar sua economia e infraestrutura, mas mantendo alguns aspectos conservadores em relação à política e aos valores sociais. Isso ocorreu principalmente a partir da década de 1960, com a implementação de projetos de industrialização e diversificação da economia.

O Estado passou a investir na criação de parques industriais, na modernização do setor agropecuário e na exploração de novos recursos minerais, como o minério de ferro. O objetivo era impulsionar o desenvolvimento econômico e aumentar a geração de empregos, mantendo, ao mesmo tempo, uma economia baseada em elementos tradicionais, a mineração e a agricultura.

As regiões de florestas não mineradas foram instituídas como áreas de proibido acesso, mesmo estando nos arredores da região minerada. Apesar das proibições na época já se iniciava a interiorização da colonização e povoamento, gerando um quadro favorável à expansão da ocupação da região no século XIX. Com o início do declínio da mineração, as regiões antes isoladas começaram a ser exploradas com lavouras, principalmente de café, visto o grande potencial agrícola dessas áreas. Assim, iniciava também uma disputa pela ocupação e uso da terra entre os agentes da colonização e os povos originários.

O processo de aldeamento se dava da mesma forma em todos os lugares, a partir de violência e destruição. As crianças eram tiradas das famílias e criadas como se fossem brancas, para deixar de serem índias e se integrarem à sociedade (Tavares, 2018). Esse processo cruel de dominação se expandiu por todo território brasileiro.

A forma cruel de assassinar os nativos era através de envenenamento das águas, contaminação por varíola através de objetos e caçadas aos “bugres”, como eram chamados os povos originários. Assassinar índios era “quase um esporte” (Tavares, 2018).

Foram estabelecidos povoamentos e aldeamentos no sentido de “integrar” os povos originários aos moldes dos colonizadores e não o contrário. A integração não aconteceu e os povos originários perderam seus territórios. Muitos povoados e aldeamentos evoluíram para cidades e ganharam novas características, deixando as diferenças fortemente marcadas para definir os espaços: campo e cidade.

### 1.1.2 A divisão regional de Minas Gerais e do município de Viçosa

Minas Gerais é o quarto estado mais extenso do país com 586. 521.123 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), uma população de 21 milhões, 292 mil e 666 habitantes (IBGE, 2020) e o maior número de municípios do país, 853 municípios. Desses, 130 foram emancipados por volta de 1990 em um processo de descentralização administrativa, visando a maior participação da comunidade na gestão pública local. A criação de novos municípios possibilitaria uma governança mais próxima e eficiente, atendendo às demandas específicas de cada região. Cerca de 50% desses municípios possuem menos de 20 mil habitantes, pois uma característica marcante é a grande concentração de pessoas nas cidades grandes durante o século XX (Brito; Soares; Freitas, 2004).

Por ser um estado de grandes dimensões, a sua regionalização é inevitável. Desde o século XX, o IBGE vem apresentando propostas de divisão regional baseada em zonas fisiográficas, em microrregiões homogêneas, mesorregiões e microrregiões geográficas e, a última aconteceu há pouco tempo, dividindo o estado em regiões intermediárias e imediatas (IBGE, 2017a).

O estado de Minas Gerais abrange 6,9% do território brasileiro, sendo o quarto maior estado do país em termos de extensão territorial (IBGE, 2019). Seu território é dividido, de acordo com o IBGE, em 12 mesorregiões e 66 microrregiões (Capobianco *et al.*, 2021).

Atualmente os resultados dos censos agropecuários em Minas Gerais apontam a importância da agricultura familiar no cenário da produção vegetal e animal. Apontam ainda para o seu potencial de geração de renda nas agroindústrias de pequeno porte, na cultura, turismo rural, culinária e no artesanato, além da sua contribuição para a preservação ambiental.

Minas Gerais é o estado da região Sudeste com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar 72,7% (IBGE, 2017b) e o segundo do país. Quanto às mesorregiões, em todas há um maior percentual de estabelecimentos considerados como sendo de agricultores familiares. Em Minas Gerais, os estabelecimentos da agricultura familiar estão concentrados nas mesorregiões: Sul/Sudoeste de Minas (18,4%), Norte de Minas (17,4%) e Zona da Mata (15,5%) (IBGE, 2017b).

A concentração de estabelecimentos de agricultores familiares com área entre

cinco e 50 hectares corresponde a 57,9% do total. Além disso, 24,6% possuem entre um e cinco hectares. Há também um percentual expressivo (9,6%) de estabelecimentos com área de 50 a menos de 100 hectares. Outro fato que chama a atenção é a presença de em torno de 92% de estabelecimentos de agricultores familiares, mesmo que pequenos, em grupos de área maiores (Fortini, 2021). Uma possível explicação para isso, segundo Fortini (2021), está relacionada à presença de estabelecimentos que possuem como atividade econômica principal a extração vegetal, cujo processo não é realizado de forma mecanizada. Portanto, é possível a existência de agricultores familiares em grupos de áreas maiores, uma vez que, para esses tipos de estabelecimentos, não há limite de tamanho.

O município de Viçosa é um dos mais importantes da Zona da Mata de Minas Gerais por diferentes motivos, dentre eles se destaca a educação, visto que a cidade possui uma das melhores universidades do país; a Universidade Federal de Viçosa (UFV), conhecida por sua qualidade de ensino e pesquisa nas áreas de Agronomia, Engenharia, Ciências Biológicas, entre outras. O município possui um forte setor agropecuário, com destaque para a produção de café, leite e aves. Além disso, é referência em tecnologia agrícola e conta com pesquisa e desenvolvimento em diversas áreas relacionadas ao agronegócio. Além da UFV, a cidade abriga outros centros de pesquisa e instituições voltadas para a inovação tecnológica. Isso contribui para o desenvolvimento de novas tecnologias e fomento à pesquisa científica na região.

Viçosa está a 649 metros acima do nível do mar e tem uma área total do município de 299 Km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba; ao sul com os municípios de Paula Cândido e Coimbra; a Leste com os municípios de Cajuri e São Miguel do Anta; e a oeste com o município de Porto Firme (IBGE, 2010).

O município iniciou sua história no final do século XVIII, durante o Ciclo do Ouro, e em 1693, tem-se o primeiro registro da passagem dos Bandeirantes pelas terras da região, seguindo em direção ao rio Tripuí, em Ouro Preto, em busca de ouro nas Minas Gerais. Mais tarde, com o esgotamento das jazidas em Mariana, Piranga e Ouro Preto e a crescente falta de alimentos, os pioneiros que lá se estabeleceram vieram em busca de terras férteis para agricultura e pecuária. Surgem, em decorrência desses fatores, as primeiras sesmarias na Zona da Mata (Reis; Gomes, 2021).

O povoado que deu origem a cidade de Viçosa surgiu com a chegada dos

primeiros colonizadores em razão da decadência das zonas auríferas, às margens do Rio Turvo. Viçosa foi elevada à categoria de Vila em 30 de setembro de 1871 e à categoria de cidade em 03 de junho de 1876 (Alencar, 1959).

## **1.2 Modernização conservadora e agricultura familiar na RGIme de Viçosa**

No período de 1950 a 1960 a modernização do campo foi impulsionada, seguindo um modelo baseado na agroindústria e na utilização de tecnologias e máquinas. Um processo de integração técnica entre agricultura e indústria fortemente impulsionado pela modernização da indústria, que integrava os setores produtivos agrícolas, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio, constituindo verdadeiros complexos ou “sistemas agroindustriais” interligados (Delgado, 2012). Essa modernização foi para atender aos interesses do agronegócio e das grandes empresas que pretendiam aumentar a produção e o lucro do campo em um pacto agrário modernizante e conservador, que trouxesse ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial (Delgado, 2012).

Essa modernização desencadeou o êxodo rural, que é uma modalidade de migração em consequência, dentre outros fatores, da implantação do modelo econômico moderno na produção agropecuária. Esse modelo afetou profundamente a vida dos agricultores familiares (Vitrac *et al.*, 2005) e além da mecanização da agricultura, trouxe um modelo tecnológico baseado em insumos agrícolas, quebrando a lógica da produção da agricultura familiar (Vitrac *et al.*, 2005).

A modernização não trouxe investimento em políticas públicas para a agricultura familiar e, assim, fez com que a falta de perspectivas desestimulasse o pequeno proprietário, que em muitos casos teve que abandonar sua propriedade por falta de recursos financeiros para produção.

No Brasil, entre meados da década de 1960 até a década de 1980, duas visões distintas predominavam no que diz respeito às reformas na agricultura e estrutura fundiária. As duas impactam diretamente a agricultura familiar. A primeira defendia o aumento da produtividade por meio da Reforma Agrária. A segunda, que se concretizou, visava à adoção de pacotes tecnológicos pelos agricultores, todavia, sem mencionar a questão fundiária.

Nesse pacote tecnológico estava incluída a modernização da agricultura e

dos processos produtivos através das seguintes práticas: implantação de monocultivos baseados na mecanização; fertilização, irrigação e uso de agrotóxicos no combate às plantas espontâneas, insetos e patógenos; melhoramento genético dos cultivos e das raças animais (Carneiro *et al.*, 2012; Silva, 1996).

A produção agrícola no Brasil passou a ser realizada com alto índice de agrotóxicos, fazendo com que o país fosse para o *ranking* dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos, com a promessa de aumento da produção e diminuição da fome no mundo, mas isso não foi de fato o que aconteceu. A produção aumentou de forma a ter produtos para os grandes comércios, mas não diminui a fome no mundo. Essa produção com uso de agrotóxicos vem acarretando grandes danos à saúde da população e contaminação do meio ambiente, que está intoxicando a população e causando doenças diversas, além da perda da biodiversidade e das mudanças climáticas gravíssimas que provocam o aquecimento global. A produção agrícola com o agrotóxico e os grandes monocultivos é responsável pelo esvaziamento dos territórios (Lima, 2023).

A agricultura brasileira influenciou fortemente o processo de urbanização e industrialização do país. E essa modernização não aconteceu de forma homogênea, mas concentrando os investimentos nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-oeste. Dentro das regiões também persistia a concentração dos investimentos e implantação de programas de governo destinados a grandes proprietários de terras (Saron, 2018).

Essa prática aliada à criação e desenvolvimento dos complexos agroindustriais levou à dependência da agricultura brasileira em relação à indústria, através de seus pacotes tecnológicos. A agricultura deixou de ser autônoma, aumentando a exclusão dos agricultores familiares na participação do cenário econômico brasileiro devido ao modelo de agricultura incentivado, à falta de políticas de microcrédito condizentes com a realidade desses agricultores e à manutenção da concentração de terras (Priori *et al.*, 2012).

Nesse processo excludente de modernização da agricultura, ocorre a intensificação do deslocamento de pessoas do campo para as cidades, gerando reações tanto no local que perde população, quanto no que recebe os migrantes, promovendo uma readaptação dos espaços e das populações. Para Woortmann (1995), as migrações camponesas são derivadas da inviabilidade das suas condições de vida e integram as suas práticas de reprodução social, resistência contra a

expropriação, a violência e o empobrecimento, bem como o sonho da conquista da terra para trabalhar, produzir e reproduzir seus meios e modos de vida

Autores como Muñoz e Oliveira (1980) sustentam que a migração leva a perda populacional e representa a diminuição de pessoas em idade produtiva, que movimentam a economia local. Além disso, resulta em sobrecarga da população idosa, causando uma queda do nível de vida e intensificando ainda mais a migração.

Os jovens e adultos em idade produtiva constituem a população mais capacitada e dinâmica do local. Quando eles emigram, as zonas de emigração perdem recursos, pois suportaram os dispêndios com a formação e a educação deles. Dessa forma, os “movimentos migratórios podem apresentar efeitos perturbadores devido às diferenças importantes que provocam sobre as estruturas etárias [...]” (Muñoz; Oliveira, 1980, p. 598), levando à estagnação da economia local. Quanto às mudanças positivas verificadas nos locais de destino da população, os autores ressaltam o crescimento das grandes cidades que “exercem um efeito acumulativo sobre o crescimento natural da população das cidades” (Muñoz; Oliveira, 1980, p. 600). Alguns efeitos negativos também são verificados nas cidades que recebem a população migrante. Todaro (1980) destaca o desemprego e subemprego urbanos devido a não absorção dessa mão de obra que chega de forma permanente, deixando-os à margem da sociedade.

A partir das décadas de 1950 e 1960, foram intensificados no Brasil os investimentos tecnológicos e científicos com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outros órgãos estatais, que até então eram pouco desenvolvidos em relação a formação de recursos humanos, o que indicava uma deficiência na capacidade de desenvolvimento científico do país. Nos anos entre 1966 e 1980, com a reorganização das Universidades em função do CNPq, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) esse cenário muda de perspectiva

Esses órgãos, incluindo os centros de pesquisa e as universidades, apresentam forte caráter de fomento à ciência e tecnologia, conduzindo variados tipos de pesquisa nas mais diversas áreas (Galinari, 1994). Esse desenvolvimento tecnológico foi de grande importância para impulsionar a economia do país através do aumento da produção e das inovações nas práticas agrícolas e o uso de maquinários modernos, aumentando a eficiência e reduzindo o tempo necessário para a realização

das tarefas.

Porém, isso trouxe impactos negativos para a sociedade e ambiente, pois o uso intensivo de agroquímicos e fertilizantes causa a contaminação de solos e águas, comprometendo os ecossistemas e a biodiversidade. Além disso, a expansão da agricultura tem contribuído para a perda de *habitats* naturais e contribui significativamente para o aumento da emissão de gases do efeito estufa. Em termos sociais, a mecanização trouxe a redução da demanda de mão de obra e fortaleceu o latifúndio monocultor, promovendo o êxodo rural.

Acreditava-se que a inserção de tecnologias e a interdependência iriam promover o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. A ideia de modernização veio com a intenção de trazer segurança alimentar à população urbana, que crescia, e diminuir os preços dos alimentos.

A modernização da agricultura aconteceu de forma a ocasionar mudanças: a inserção de tecnologias e a interdependência das pessoas vinculadas à indústria e comércio, provocando a subordinação das pessoas na aquisição de bens e produtos, insumos e equipamentos agrícolas (Souza, 2011).

Essa tendência de modernização se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, quando o Brasil vivia um período de industrialização, urbanização e forte crescimento econômico. Porém, esse crescimento não era observado no setor agrícola do país, que até então era caracterizado por baixa produtividade (Embrapa, 2018).

Também foram introduzidas políticas governamentais para aumentar a produção, a pesquisas e o desenvolvimento, crédito rural subsidiado e extensão rural (Embrapa, 2018). Durante esse período, brotavam teorias e políticas com interesse de reduzir a diversidade de agricultores e a busca de uma padronização do modelo da agricultura e do desenvolvimento.

A ideologia da modernização capitalista criou o hábito de menosprezar o que não era considerado moderno, desconsiderando a produção camponesa e os classificando como atrasados e ignorantes em relação às técnicas de produção (Silveira, 1992).

Na atualidade essas teorias deixaram de ser a saída, graças à compreensão das dinâmicas da agricultura familiar, seu desenvolvimento e sua importância na economia do país. A dinâmica e o desenvolvimento territorial a partir da agricultura familiar ganharam força e apresentaram seu potencial com empreendimento bem-sucedido com grandes potenciais econômicos.

Desde os anos 70 a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vêm mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou um contra desenvolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo [...] As próprias populações rurais vitimadas pelo desenvolvimento econômico excludente, que todos testemunhamos, têm procurado seu próprio rumo, têm se alçado acima da indignidade que as vítimas, têm proclamado seus direitos e têm questionado os responsáveis por sua situação. Os movimentos sociais do campo são a forma do protesto dos pobres da terra, o clamor dos sem voz porque não foram ouvidos no devido tempo. Eles desafiam a sociologia rural a compreender o protagonismo e a criatividade das populações rurais e a compreender também as saídas possíveis das situações socialmente anômicas em que muitas vezes se encontram (Martins, 2001, p. 35).

Contrariando as especulações, mesmo passando por diversas condições desfavoráveis em muitas décadas, a agricultura foi se adaptando e buscando novas formas de ser realizada. Foram desenvolvidas novas técnicas e transformações na produção agrícola. Essa transformação na agricultura familiar está vinculada a uma transformação do campo e à modernização (Souza, 2011).

Alguns benefícios da modernização são inegáveis, pois há capacidade de produção de alimentos de forma segura e suficiente para toda a população mundial. A questão que persiste é a má distribuição desses alimentos e o acesso de pessoas a esses produtos, o uso intensivo de agrotóxicos, a monocultura em larga escala e o desmatamento dos ecossistemas. A inovação tecnológica e a agricultura ecológica têm possibilitado a produção de alimentos de forma mais segura para o ambiente e para as pessoas, com inovações em práticas de manejo de solo e água, menos prejudiciais ao ambiente, com menor poluição ambiental e maior conscientização para conservação dos recursos e do ambiente. Porém, tais práticas ainda são minoria na agricultura brasileira.

A forma de produção tradicional foi dando lugar a estudos sobre os solos tropicais e sobre a melhor forma de utilização para alcançar um índice de resultados positivos, que atendesse às necessidades produtivas internas do Brasil e competisse no mercado mundial (Mello *et al.*, 2022).

A agricultura no Brasil, na década de 1950, segundo a Embrapa (2018), era de baixo rendimento e pouca produção por hectare plantado, e a utilização inadequada do solo fez com que a degradação e diversos danos ambientais acometem o solo brasileiro com grandes erosões, assoreamentos de córregos e

rios e perda da fertilidade. Mesmo tendo grandes áreas, elas ainda eram insuficientes, e o Brasil teve uma crise na oferta de alimentação devido ao processo crescente de industrialização. A partir de 1975, devido a essa dificuldade, o Brasil passou a ter políticas de apoio para aumentar a produção, investimentos do governo em pesquisas, extensão e crédito rural. Isso foi um marco do início da modernização da agricultura brasileira e dos investimentos (Embrapa, 2022).

Esse investimento na agricultura ao longo das décadas fez com que o Brasil se tornasse uma grande potência de produção de grãos, com grande evolução nos rendimentos de quilos por hectare. Destacou-se na criação de bovinos, sendo no ano de 2017 o segundo maior produtor, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Exportando um montante de dois milhões de toneladas de carne bovina para outros países mundo afora. Isso se estendeu aos demais setores de produção agrícola como avicultura, suinocultura, cultivo de árvores e outras plantações.

Para atender à demanda de mercado, na década de 1990, o Brasil aumentou a demanda de políticas de créditos e estabilização do mercado para que fosse impulsionado ainda mais o crescimento do setor agrícola do país e o aumento das exportações (Embrapa, 2022).

Nesse modelo de produção, destaca-se o agronegócio, definido por Delgado (2012) como uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária em uma estratégia econômica de capital financeiro em busca de lucro e renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. Na prática refere-se à produção agropecuária em larga escala, utilizando métodos e tecnologias modernas, com objetivo comercial e voltados para mercados nacionais e internacionais. Envolve ainda latifúndios e altos investimentos em maquinários, insumos agrícolas, tecnologia e mão de obra especializada.

No Brasil de 1964 a 1985, durante o regime militar, houve uma política conhecida como "política de esvaziamento do campo", que buscava modernizar a economia nacional e expandir a indústria. A indústria começou a dar seus primeiros passos e evoluiu rápido. O espaço da cidade, o urbano, ficava cada vez mais atrativo aos olhos das pessoas. No campo ou espaço rural, como também é chamado, as mudanças nos modos de vida das pessoas são mais lentas (Ribeiro, 2017).

Com o incentivo do Estado, houve a migração da população rural para as cidades. O Estado oferecia benefícios como empregos e acesso a serviços básicos. Muitos camponeses abandonaram as atividades no campo em busca de melhores

condições de vida nas cidades. Esse processo de migração causou um rápido crescimento nas cidades, o aumento das periferias e gerou uma série de problemas, como o aumento do desemprego e da pobreza, além de problemas de infraestrutura e falta de moradia. A oferta de serviços básicos relacionados à educação, à saúde, à moradia levou a um movimento migratório significativo das pessoas em busca de melhores condições de vida inclusive nas grandes capitais (Maricato, 2000). No interior de Minas Gerais isso não foi diferente. Muitas pessoas migraram das áreas rurais para as cidades, principalmente para cidades pólo, para as capitais dos estados e até para grandes capitais nacionais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A modernização conservadora e a agricultura familiar na RGI de Viçosa não se distinguiram da forma como aconteceu no país e no estado de Minas Gerais. Acompanhou de forma similar, levando em conta o interesse do capitalismo e das indústrias para a produção e concentração de propriedade e produtos (Buainain *et al.*, 2013). A modernização ocorreu a partir da década de 1970, com a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola e o estímulo à agricultura na região, que se caracterizou por incorporação de tecnologias modernas aos sistemas produtivos, sem grandes mudanças sociais e estruturais.

Com o investimento em pesquisas voltadas para o desenvolvimento agropecuário, na região houve avanços em termos de produtividade e renda para os agricultores através da introdução de variedades de cultivos mais produtivos devido ao melhoramento genético, além de técnicas de manejo do solo e de controle de pragas através de práticas mais eficientes. Essas ações aliadas a políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura contribuíram para o fortalecimento desse setor na região. Também foram implementados programas de crédito rural, assistência técnica e extensão rural, além de medidas de incentivo à produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Essa modernização conservadora também teve implicações na concentração de terras e na intensificação do uso dos recursos naturais na região, quando muitos pequenos agricultores foram obrigados a vender suas terras para grandes produtores rurais, o que resultou em um aumento da proporção de grandes propriedades na região. Apesar dos avanços na produtividade e renda dos agricultores, a modernização trouxe como consequência a degradação ambiental e a dependência dos agricultores em relação a insumos químicos e tecnologia externa. Porém, ao

serem observados os estragos da revolução verde, fez-se necessário pensar alternativas que viessem a substituir esse modelo capitalista exploratório por um desenvolvimento rural sustentável. Essas discussões levaram ao surgimento da agroecologia, uma proposta que busca modificar os sistemas agros alimentares desde a produção até a distribuição e consumo de alimentos e que foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) devido ao seu potencial e habilidades (Souza, 2021).

A forma de distribuição da terra e a agricultura foram pensadas e se desenvolveram no Brasil e na RGI de Viçosa para manter o desenvolvimento do capitalismo no campo e influenciou a forma de praticar a agricultura na região. Por ter sido pensada para beneficiar o capitalismo, essa modernização acarretou muitas mudanças, mas não conseguiu extinguir essa forma de agricultura, a agricultura familiar (Ferrari, 2021).

A agricultura dessa região é predominante familiar e utilizada na maioria das vezes para a produção do café consorciado com bananeira, abacate, milho, feijão e outras culturas. Porém, ela também sofre com a degradação e perda da fertilidade do solo devido às formas de produção que foram praticadas anteriormente com grande uso de agrotóxicos e esgotamento do solo (Souza, 2006). Em contraponto à agricultura pensada somente em busca do capital e uso excessivo de agrotóxicos, a agricultura familiar da região é embasada nos valores tradicionais e na produção de forma a não agredir tanto o meio ambiente.

Junto com o surgimento das críticas ao sistema convencional, que só visa o capital sem se preocupar com o meio ambiente, as críticas passaram a ser realizadas pelas universidades públicas na década de 1970, aliadas a estudos em diversas partes do mundo, se opondo ao sistema capitalista e a forma como acontecia a modernização conservadora da agricultura no Brasil, em apoio ao sistema capitalista. Esse movimento nas universidades fortalece o movimento agroecológico. E nessa região surgem de forma mais intensa outras alternativas de agricultura se contrapondo ao grande sistema capitalista (Ferrari, 2019).

Mas a discussão da agroecologia só intensifica a partir da década de 1980. Ela sai das universidades e chega aos agricultores que já possuíam uma forma de agricultura desenvolvida a partir de suas concepções e tradição. Eles possuíam uma diversidade ecológica devido à sua necessidade de subsistência. Com essa aproximação entre o científico e a prática camponesa, surge o modelo de agricultura

alternativa que serviu como base para a disseminação do conceito da agroecologia pelas universidades (Venturin *et al.*, 2019).

O movimento em oposição a Revolução Verde surgiu na Zona da Mata em 1980 e remete ao movimento por uma agricultura alternativa na Zona da Mata de Minas Gerais. Ele foi resultado de uma articulação entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e alguns movimentos sociais do campo da região. Nessa articulação, destaca-se o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica e inspiradas pela Teologia da Libertação, que se espalharam principalmente nos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina. A formação da rede agroecológica está gradualmente se estabelecendo como uma alternativa e forma de resistência ao modelo de desenvolvimento promovido pela Revolução Verde na região, além de abordar questões como a marginalização dos agricultores familiares e o esgotamento dos solos (Cardoso, 2021).

Segundo Caldart (2016), a agroecologia se desenvolveu enquanto ciências e transformou-se em uma forma de apoiar a agricultura, sendo, assim, uma forma de apoio os agricultores e seus movimentos de resistência para manterem-se e não terem que seguir a lógica do desenvolvimento do capital (Caldart, 2016).

Na RGIme de Viçosa a agroecologia se fortalece a partir de um grupo de recém formados da UFV que resolveram procurar alguns movimentos sociais existentes na região, como Comunidade Eclesial de Base (CEBs), Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações, e estabeleceram vínculos e apresentaram a ideia de trabalho alternativo, levando à criação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em 1987. O CTA-ZM é considerado o início das discussões da agroecologia, foi onde se desenvolveram diversas práticas alternativas de produção, manejo e conservação do solo. Essas práticas se intensificaram na região e passaram a ser mais comuns, vindo a ser mais disseminada a partir de 1990 pelo CTA – ZM e outros centros de desenvolvimento de tecnologias alternativas. Essa disseminação de experiências foi muitas vezes individual e outras vezes, coletivas (Ferrari, 2021).

No ano de 1993, o CTA-ZM, juntamente com os agricultores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Araponga, Minas Gerais, e professores das UFV, constrói o primeiro Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Esse foi o projeto piloto com informações que serviram como base na discussão e implementação de ações para a reversão da degradação ambiental apontada pelos

agricultores, a principal era o solo enfraquecido. A partir daí surgem os experimentos com leguminosas e manejo das vegetações nativas, entre outras práticas, caracterizando o início das experimentações com agroflorestas (Souza, 2006).

Com o passar dos anos e a ampliação desse trabalho, foi se criando uma rede agroecologia. Além disso, o desenvolvimento desse trabalho diferenciado na região fez com que as pessoas tivessem a percepção dos efeitos degradantes da Revolução Verde e, conseqüentemente, houve uma demanda crescente por alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e produzidos de maneira sustentável. Nesse contexto, a Zona da Mata Mineira destacou-se como uma região produtora de alimentos agroecológicos. Os agricultores dessa região têm demonstrado um interesse cada vez maior em adotar práticas sustentáveis, seja por preocupação com a saúde e o meio ambiente, seja pela busca por produtos diferenciados e de maior valor agregado. Para isso, buscam se fortalecer através da produção e comercialização desses alimentos, organizando-se em redes de produtores agroecológicos (Duarte, 2023).

Tendo em vista que a Zona da Mata Mineira conta com o apoio de várias instituições públicas e privadas, como universidades, cooperativas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades governamentais, são promovidas ações de capacitação, assistência técnica e concessão de crédito para os agricultores interessados em adotar práticas agroecológicas. Essas iniciativas contribuem para a expansão da produção de alimentos agroecológicos na região devido à posse da terra e os agricultores poderem definir suas formas de manejo (Ferrari, 2021).

Com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região, segundo a lei n. 23.207 (MINAS GERAIS, 2018), a Zona da Mata passa a ser reconhecida como “Polo Agroecológico” e de Produção Orgânica. A lei é orientada pelos seguintes princípios: desenvolvimento sustentável; participação e protagonismo social; preservação ecológica com inclusão social; segurança e soberania alimentar; diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural; reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agro biodiversidade e a segurança alimentar (Poletto Netto, 2021). A RGIme de Viçosa faz parte desse pólo por ser parte da Zona da Mata e vem desenvolvendo inúmeras ações em prol da agroecologia.

## **2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA REGIÃO IMEDIATA DE VIÇOSA**

O capítulo 2 traz discussões sobre a dinâmica de distribuição da terra, a ocupação da Zona da Mata, a estrutura fundiária na RGIme de Viçosa, a área média por grupo de área em hectare, o hectare necessário para gerar uma ocupação, o pessoal ocupado e o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa e como aconteceu.

### **2.1 A dinâmica de distribuição da terra**

A dinâmica territorial do Brasil foi condicionada à forma de distribuição desigual de acesso à terra desde o período da colonização, em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil (Oliveira, 2001). Essa distribuição determina a inserção de grupos sociais ou a exclusão deles na sociedade e na estrutura política e econômica brasileira. As grandes extensões de terra funcionam como instrumentos de garantia para o acesso ao crédito ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Uma estrutura fundiária violentamente concentrada e de um desenvolvimento capitalista que gera miseráveis (Oliveira, 2001).

Essa forma de distribuição gerou os grandes latifúndios escravistas que permanecem até a atualidade com configurações diferentes, resultando em um campo desigual (Rocha; Cabral, 2016). Essa dinâmica, ao longo do tempo revelou os processos de apropriação dos recursos naturais e a estratificação social nos territórios, levando a problemas na questão agrária. A partir da consciência das desigualdades, transformações importantes no campo agrário brasileiro começaram a acontecer, como o surgimento da luta pela Reforma Agrária<sup>3</sup>. Esse movimento ganhou força principalmente a partir da década de 1950 com o crescimento das Ligas Camponesas<sup>4</sup>, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que iniciou em 1979 (Rocha; Cabral, 2016).

---

<sup>3</sup> Reforma Agrária é uma proposta de reorganização das terras no campo. Acontece quando grandes porções de terra, até então concentradas na mão de um ou de poucos proprietários, são divididas em pequenas porções e distribuídas a outros donos, até então impossibilitados do acesso à terra (Ribeiro, 2019).

<sup>4</sup>Movimento de luta pela Reforma Agrária no Brasil iniciado na década de 1950. Teve como principal incentivador o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião. As Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra”, contra a secular estrutura latifundiária no Brasil (Montenegro, 2004).

A existência da grande concentração das terras é um problema agrário, pois há muita terra nas mãos de poucos, pouca terra nas mãos de muitos e pessoas sem terra. Isso leva à desigualdade social e pobreza para os que vivem no campo, gerando conseqüentemente os conflitos entre os latifundiários e os trabalhadores sem-terra na disputa pela terra. Esse conflito deixa claros os objetivos de cada classe; o latifúndio tem interesses capitalistas e o trabalhador deseja um pedaço de chão para se fixar com sua família e, a partir daí, conquistar melhores condições de vida (Rocha; Cabral, 2016). A necessidade da terra faz com que a luta pela Reforma Agrária aconteça para que haja a distribuição e garantia de acesso para os pequenos agricultores. Essa disputa remete à noção de território, que assume um lugar central desse conflito entre as duas classes (Oliveira, 2001).

A questão agrária no Brasil se relaciona com uma história violenta no campo, com grandes conflitos entre os trabalhadores rurais, posseiros e grandes proprietários de terra e o não investimento na regularização fundiária aliado à impunidade, o que possibilita a permanência desses conflitos. Frente aos conflitos, o poder público funciona como conciliador, visto que não quer se indispor com nenhum dos grupos sociais, pois os latifundiários são detentores de grande poder no governo. O Legislativo é composto pela bancada ruralista que domina grande quantidade de votos no Congresso Nacional e tornam-se importantes para a aprovação das medidas do governo (Rocha; Cabral, 2016).

A lógica capitalista exclui os camponeses, que sem terra e trabalho migram ou lutam pelo acesso à terra. Os camponeses lutam pelo acesso à terra e pela permanência. É uma luta constante, considerando o pouco investimento em políticas públicas dos governos. Por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX, entendendo que foi nesse período que o campesinato se formou enquanto classe social (Oliveira, 2001).

A questão agrária é um grande desafio e necessita de engajamento dos diversos setores da sociedade em prol da garantia dos direitos dos agricultores, para que haja a promoção da justiça social, o desenvolvimento rural sustentável e a superação da desigualdade no campo (Oliveira, 2021).

Para a implementação da Reforma Agrária, é necessário criar uma estrutura que seja adequada ao campo, com investimentos em energia elétrica, estradas e outros serviços básicos que facilitem o desenvolvimento rural. É preciso também

oferecer crédito agrícola acessível, políticas de incentivo à produção e à comercialização dos alimentos, o que poderia fortalecer a agricultura familiar e diminuir a pobreza no campo.

## **2.2 A ocupação da Zona da Mata**

A Zona da Mata está localizada a sudeste do estado de Minas Gerais, limitando-se com as microrregiões Alto Rio Grande, Campos da Mantiqueira, Espinhaço Meridional, Siderúrgica, Bacia do Suaçuí, Governador Valadares e Bacia do Manhuaçu e ainda com os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. É formada por oito microrregiões e 143 municípios (IBGE, 2017a).

Ela é conhecida por ser uma região de transição entre o cerrado do Planalto Central e a Mata Atlântica. Caracteriza-se por possuir um relevo suavemente ondulado, com colinas e vales, e uma vegetação exuberante proporcionada pelo clima tropical úmido predominante na região. Conforme as palavras do geógrafo Souza (2009), a floresta “permaneceu como um território inexplorado, vazio de acontecimentos históricos, uma região desprovida de atividade humana até o início do século XIX” (Souza, 2009).

Na opinião de Carneiro (2010), a “exaustão das Minas” induziu a Coroa a revogar, em 1805, a necessidade de manter a muralha natural das densas matas contra os invasores e a proibição das concessões de terra. Vários decretos foram criados para subjugar e cristianizar os índios, bem como para prescrever, oficialmente, as concessões de Sesmaria.

O padrão de explorações agropecuárias que se estabeleceu na Zona da Mata no início de sua colonização acarretou contínuas derrubadas das matas, que foram substituídas pelas culturas que viriam a ser as tradicionais da região. A vegetação nativa foi substituída pelos cafezais e posteriormente por pastos e outras lavouras.

O desbravamento e o povoamento da região da Zona da Mata só aconteceram após a decadência da mineração. Segundo Carneiro (2008), formaram-se duas frentes de ocupação vindas pelo Médio Vale do Rio Paraíba do Sul (Sub-bacia do Rio Paraibuna e do Rio Pomba) e pelo Alto e Médio Vale do Rio Doce (Sub-bacia do Rio Piranga e dos Rios Casca, Matipó e Cuieté), se estabelecendo a agricultura, principalmente do café, num contexto de poucos recursos, uma vez que essa era uma cultura de exportação e passava, naquele momento, por um período de pouca

valorização no mercado internacional.

Considerando que o Estado tinha outras prioridades de investimentos, como a construção da capital mineira Belo Horizonte, como afirma Carneiro *et al.* (2005), os investimentos em pecuária na região sul da Mata e em siderurgia no Vale do Aço e a modernização da agricultura em regiões favoráveis como o Triângulo Mineiro fizeram com que a região da Zona da Mata fosse penalizada em investimentos

Mesmo sendo uma região de poucos investimentos, o modelo de ocupação das terras na região da Zona da Mata foi muito desigual e ainda com reflexos duradouros. Em 1967, a maioria da Zona da Mata era ocupada por grandes fazendas, e uma minoria, cerca de 28% da área da Zona da Mata, abrigava 80% dos estabelecimentos com menos de 50 hectares. Tais dados evidenciam que desde então havia uma elevada concentração fundiária na região, além de um processo acentuado de “atomização” das propriedades ao longo do tempo (Luna, 2018).

A ocupação da Zona da Mata ocorreu de forma gradual ao longo dos anos, a partir do século XVI. Inicialmente, a principal atividade econômica foi o cultivo da cana-de-açúcar, mas, com o passar do tempo, a produção açucareira foi perdendo força e sendo substituída pelo cultivo do café, que se tornou a principal atividade econômica no século XIX. Mesmo sendo o café a cultura predominante na Zona da Mata, outros cultivos eram estabelecidos em meio aos cafezais, devido à variação dos preços, tais como feijão, milho, arroz, entre outros gêneros alimentícios, que além de serem produzidos para consumo, também eram comercializados, podendo ser caracterizados como estratégias estabelecidas em momentos de crise do café (Comerford, 2003).

Atualmente os municípios que integram a da RGI de Viçosa têm como base uma economia tradicionalmente apoiada na atividade agropecuária que alimenta importantes agroindústrias. Tanto as atividades agrícolas quanto as industriais passam, atualmente, por um processo de modernização gradual, favorecidas pela posição geográfica da região e pela malha rodoviária existente, que permitem uma fácil comunicação com as principais capitais.

A atividade mineradora do centro da capitania exerceu uma influência íntima no povoamento da Zona da Mata durante o século XVIII e início do XIX. As primeiras práticas agrícolas introduzidas nessa região serviram como um suporte indispensável para a mineração.

A Zona da Mata recebeu esse nome devido ao tipo de vegetação que a

caracteriza, mas que está quase extinta hoje devido ao intenso processo de ocupação. No início da colonização, essa área foi marcada por uma intensa atividade agrícola, que resultou em uma ampla devastação das áreas verdes (Ribon, 2004).

A construção do Caminho Novo iniciou o povoamento da Zona da Mata mineira com as construções de ranchos que visavam atender a circulação de tropas, pessoas e mercadorias que transitavam entre o interior das Gerais e o Rio de Janeiro. Primeiro foram os ranchos, em seguida foram instaladas as primeiras fazendas para a produção de alimentos para as pessoas que passavam pelo caminho e, posteriormente, esses alimentos também foram comercializados nas próprias minas (Lamas; Saraiva; Almico, 2003).

Durante a colonização, a floresta esteve associada à ideia de ser uma região pouco habitada por pessoas brancas e dominada por grupos indígenas que não seguiam costumes religiosos, não tinham moralidade e nem cultura. Era considerado um lugar onde a civilização era inexistente e a barbárie prevalecia. Isso devido à prática de canibalismo pelos temidos e genericamente referidos como Botocudos, fato esse utilizado pelos governantes para conter o contrabando de ouro (Carneiro, 2008).

O povoamento da Mata mineira se deu de diversas formas, pelos povos originários e pelos colonizadores. Devido à forma de desenvolvimento, estabeleceu-se e teve reforçada uma grande diferenciação econômica, política e social e pelas características da região, mantém a ideia do “Mosaico Mineiro” (Carneiro, 2008). A ocupação da terra foi feita de forma mais dispersa, com propriedades rurais espalhadas pelos vales e encostas das serras. Isso influenciou diretamente as atividades econômicas e a distribuição dos municípios, que são pequenos e próximos e pouco populosos, com características rurais.

A migração da população em direção às florestas do leste na Capitania de Minas Gerais, nos vales dos rios Piranga e Doce, impulsionou o surgimento da agricultura familiar para a subsistência e também de uma agropecuária para o comércio, beneficiada pela proximidade dos mercados em Vila Rica e Mariana e pela presença de condições favoráveis para o cultivo e criação de animais. Essa atividade resultou principalmente do grande número de lavradores evidenciado nos registros de pagamento do dízimo (Carneiro, 2008).

A expansão da cafeicultura com finalidade para o comércio iniciou-se no norte da Zona da Mata de Minas Gerais e ocorreu somente no século XIX, partindo do sul da região em direção, especialmente, aos municípios de Carangola, Muriaé, Viçosa,

Ponte Nova, Abre Campo, Manhuaçu etc., à época beneficiados pela extensão dos sistemas de transportes, notadamente ferroviários. Porém, nota-se nos registros de avença do dízimo de freguesias localizadas no vale do Piranga, que o *coffea* arábica já era plantado na parte norte desde o princípio do século XIX, porém, voltado para o mercado interno e sem expressão de cultivo monocultor (Carneiro; Matos, 2010).

No caso dos pequenos agricultores conhecidos como roceiros, que cultivavam em pequena escala, a presença de valores muito baixos nos registros do dízimo indica que sua participação no abastecimento interno ocorreu de forma a manter a subsistência das populações da época, que era feita através das trocas e doações. A produção camponesa era voltada principalmente para a subsistência, atendendo às necessidades básicas (Carneiro, 2008).

O relevo tem influência significativa na forma de ocupação da Zona da Mata Mineira. A sua topografia acidentada dificulta o cultivo em larga escala pela indisponibilidade de terras planas e acessíveis. Assim, as atividades agrícolas na Zona da Mata Mineira são geralmente realizadas em propriedades menores, onde se cultiva em especial café, cereais, cana-de-açúcar, tabaco, frutas e hortaliças e a criação de animais (Carneiro, 2008).

Na região da Zona da Mata Mineira, as formas de distribuição de terras variaram de acordo com a época histórica em que as terras foram ocupadas e de acordo com a legislação vigente.

Durante o período colonial, por meio de contratos com a Coroa Portuguesa, as Sesmarias foram concedidas a colonos e aventureiros para a prática de atividades agrícolas, principalmente o plantio de cana-de-açúcar. Em seguida, a Lei de Terras, em 1850, marcou a concentração fundiária. As terras públicas devolutas passaram a ser vendidas e registradas legalmente e a obrigatoriedade da compra em dinheiro permitiu a concentração da propriedade. Possibilitou também o avanço na ocupação e no cultivo dessas terras, sobretudo a expansão da produção cafeeira. Essas grandes propriedades rurais, concentradas nas mãos de poucos proprietários, possuíam vastas extensões de terras e faziam uso da mão de obra escrava (Carneiro, 2008).

A partir do século XX, com o fim do sistema escravista e o processo de industrialização do país, a Lei de Terras foi apontada como o grande marco das disputas por propriedades. Isso fez surgir os movimentos que lutavam por uma distribuição mais igualitária de terras e a implementação de políticas governamentais

que atendessem à população rural. Esses movimentos tinham como objetivo, dentre outros, promover a justiça social e garantir uma maior equidade no acesso à terra (Carneiro, 2008).

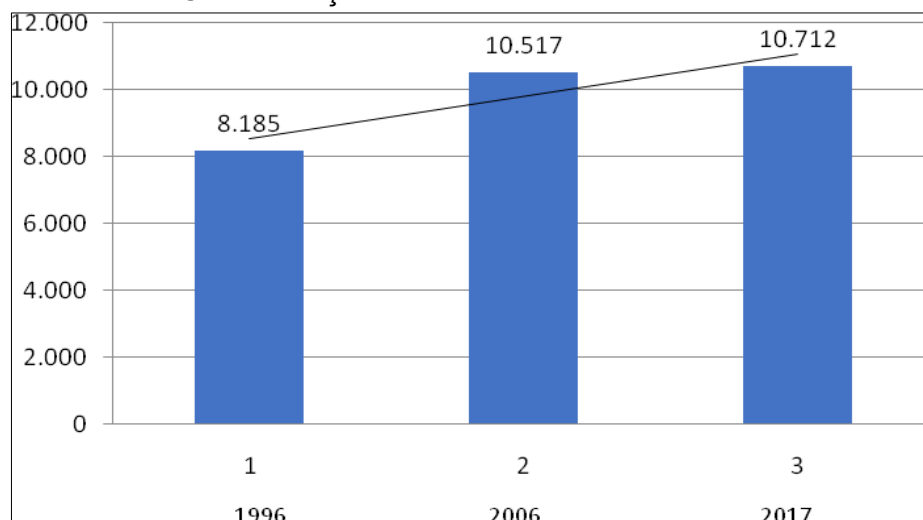
### **2.3 Estrutura fundiária da RGIme de Viçosa**

A estrutura fundiária da RGIme de Viçosa pode ser caracterizada pela predominância de propriedades rurais de médio e pequeno porte em sua maioria. Na região é comum encontrar áreas destinadas à agropecuária, principalmente voltadas para o cultivo de cereais, tais como café, milho, feijão, frutíferas e hortaliças. Além disso, também existe a presença de atividades pecuárias, como a criação de bovinos para produção de leite e de corte, avicultura, piscicultura, apicultura e caprinocultura (IBGE, 2020).

Apesar da existência de algumas propriedades de grande porte, a maioria das terras é ocupada por agricultores familiares, que trabalham com a produção diversificada. Essa estrutura agrária é caracterizada pela existência de terras minifundiárias e pela utilização de mão de obra familiar. É importante destacar que a região também sofre com a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, que são grandes proprietários, e pouca terra na mão de muitos proprietários. Isso pode resultar em problemas sociais e econômicos, como a falta de acesso à terra e a desigualdade no acesso aos recursos produtivos (IBGE, 2020).

O número de estabelecimentos agropecuários de cada município permitiu o cálculo do número de estabelecimentos na RGIme de Viçosa. Percebe-se que no período de 1996 a 2017, houve um aumento de 31% no número de estabelecimentos agropecuários da região. A maior parte desse aumento, 29%, aconteceu no período de 1996 a 2006. De 2006 a 2017 o aumento foi de apenas 2%. O Gráfico 1 mostra, em números absolutos, os estabelecimentos agropecuários na RGIme de Viçosa

Gráfico 1: Total de estabelecimentos agropecuários nos municípios da RGIme de Viçosa



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

A área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa diminuiu 6% de 1996 para 2017 e 8% no período de 1996 a 2006. Em seguida, teve um ligeiro acréscimo de 2% no período de 2006 a 2017. Essa variação se deu pela forma da utilização das terras e adaptação dos produtores para manterem-se nas atividades agropecuárias. Os números que mostram a redução de área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa aparecem na Tabela 1, em números absolutos.

Tabela 01: Área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa

Ano	Área total (ha)
1996	163.506
2006	150.212
2017	153.610

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Os estabelecimentos da RGIme podem ser agrupados por tamanhos. Nesta pesquisa, interessa agrupar essas propriedades tendo em vista a definição de agricultura familiar que estabelece o limite de até quatro módulos fiscais para essas propriedades (Picolotto, 2014). O módulo fiscal na RGIme de Viçosa varia de 22 hectares (nos municípios de Cajuri, Pedra do Anta, Teixeira e Viçosa) a 28 hectares (nos demais).

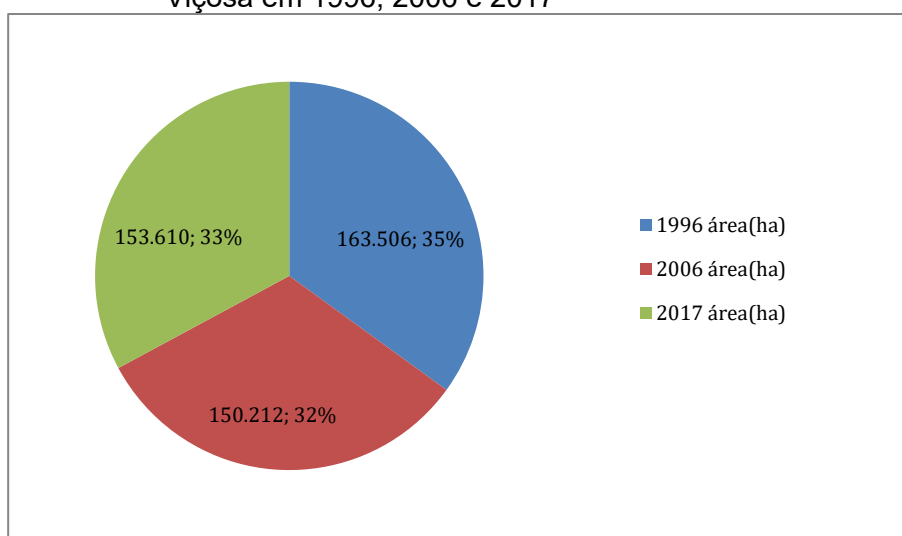
Assim, o tamanho da propriedade agrícola familiar varia de 88 a 112 hectares

na região, ou seja, em média 100 hectares. Portanto, os dados foram organizados por grupos de tamanho: com menos de 10 hectares, entre 10 e 100 hectares e acima de 100 hectares.

Percebe-se um aumento de 11% para 27% na área de pequenos estabelecimentos (menor que 10 hectares) em relação à área total ocupada pela pecuária, sendo esse aumento verificado principalmente no período de 2006 a 2017, quando passou de 14% a 27%. As áreas dos estabelecimentos de tamanho intermediário, entre 10 e 100 Hectares, também apresentaram aumento de 30% para 44%, principalmente de 2006 (30%) para 2017 (44%). Já a área dos grandes estabelecimentos (mais de 100 ha) apresentou redução.

Ao analisar a área dos estabelecimentos agropecuários no ano de 1996, percebe-se que 35% da área era ocupada pela agropecuária. No ano de 2006, essa área reduziu para 32% e se manteve estável, com um pequeno aumento, em 2017, para 33% de área ocupada agropecuária. Isso é possível observar no Gráfico 2, que apresenta a área dos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa nos anos de 1996, 2006, 2017. Essa variação, considerando 1996 a 2017, corresponde a uma redução de 6% na área dos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa.

Gráfico 2: Área dos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa em 1996, 2006 e 2017



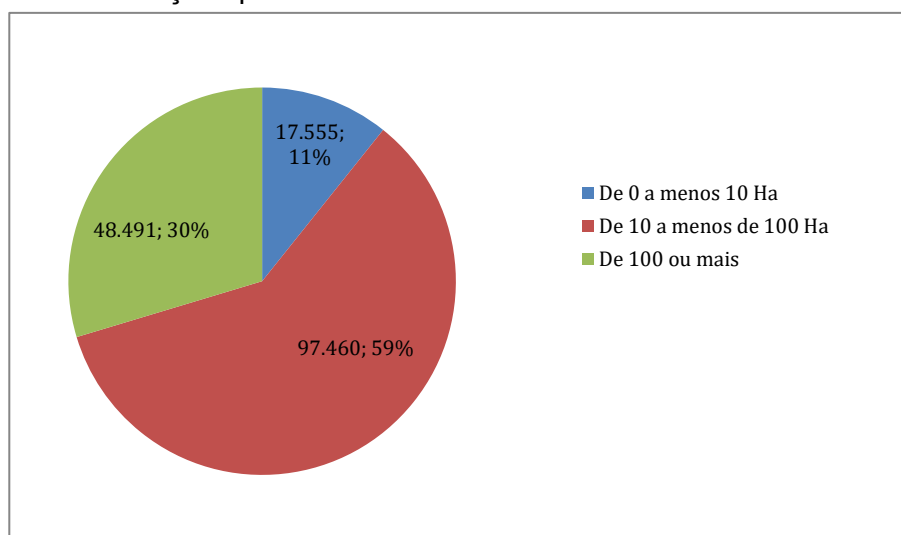
Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

A estrutura agrária de distribuição de terras conta com a existência de muitos proprietários de estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar (IBGE, 1996; 2006; 2017b). A forma de reorganização das famílias de agricultores familiares da Zona

da Mata de Minas Gerais perpassa por divisão das propriedades a partir do crescimento das famílias e pouco espaço disponível. Também existe a possibilidade da divisão e reorganização das propriedades pelas famílias, um movimento de redução no tamanho das propriedades, com o intuito de acesso às políticas públicas como Pronaf, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

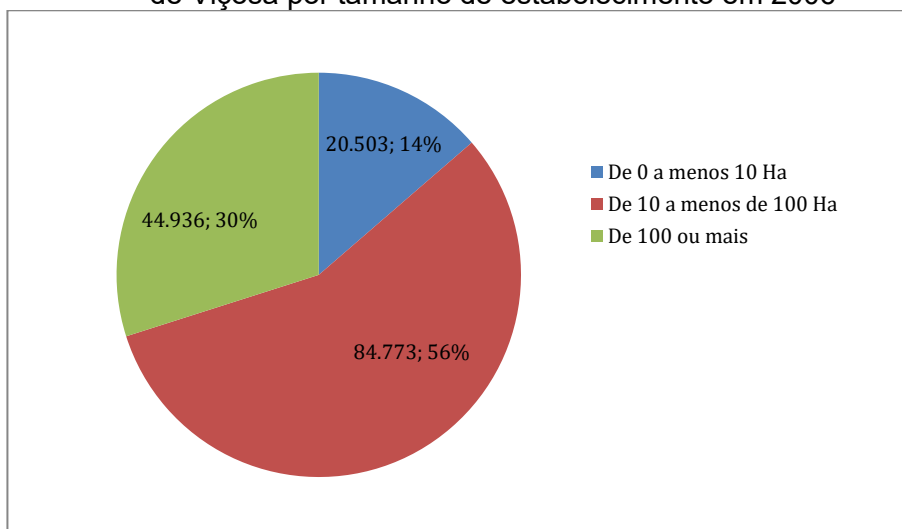
Considerando o número dos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa, nota-se uma variação considerável na área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários entre os anos de 1996, 2006 e 2017. Percebe-se um aumento no número de estabelecimentos agropecuários menores de 10 hectares e nas propriedades maiores de 100 hectares, além de uma redução nas propriedades entre de 10 a 100 hectares, como observado nos Gráficos 3, 4 e 5.

Gráfico3: Dinâmica da área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa por tamanho de estabelecimento em 1996



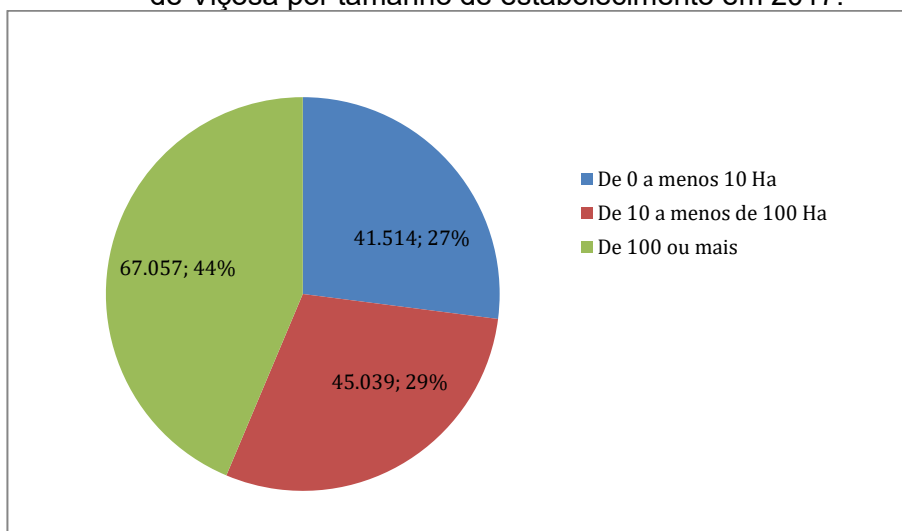
Fonte: : IBGE (1996. Adaptação da autora).

Gráfico 4: Dinâmica da área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa por tamanho de estabelecimento em 2006



Fonte: : IBGE (2006. Adaptação da autora)

Gráfico 5: Dinâmica da área ocupada pela agropecuária na RGIme de Viçosa por tamanho de estabelecimento em 2017.



Fonte: : IBGE (2017b. Adaptação da autora)

Essa variação no número dos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa pode ser percebida também na Tabela 2, que traz o número total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da RGIme de Viçosa.

Tabela 2: Número total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da RGIme de Viçosa

Municípios	Ano de referência		
	1996	2006	2017
Araponga	634	1.412	1.438
Cajuri	242	260	434
Canaã	533	653	666
Coimbra	539	710	431
Ervália	1.036	1.785	1.936
Paula Cândido	507	724	884
Pedra do Anta	420	603	448
Porto Firme	1.353	1.034	1.123
Presidente Bernardes	723	670	875
São Miguel do Anta	1.150	697	846
Teixeiras	594	870	722
Viçosa	454	1.099	909
<b>TOTAL</b>	<b>8.185</b>	<b>10.517</b>	<b>10.712</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

De acordo com o censo agropecuário dos períodos de 1996, 2006 e 2017, o número de estabelecimentos por grupo de área se apresenta conforme observado na Tabela 3. Ela mostra um aumento de número de estabelecimentos com área de 0 a 10 hectares, e redução no número de estabelecimentos com áreas de 10 a 100 hectares ou mais de 100 hectares.

Tabela 3: Número de estabelecimentos por grupo de área em hectares em 1996, 2006 e 2017

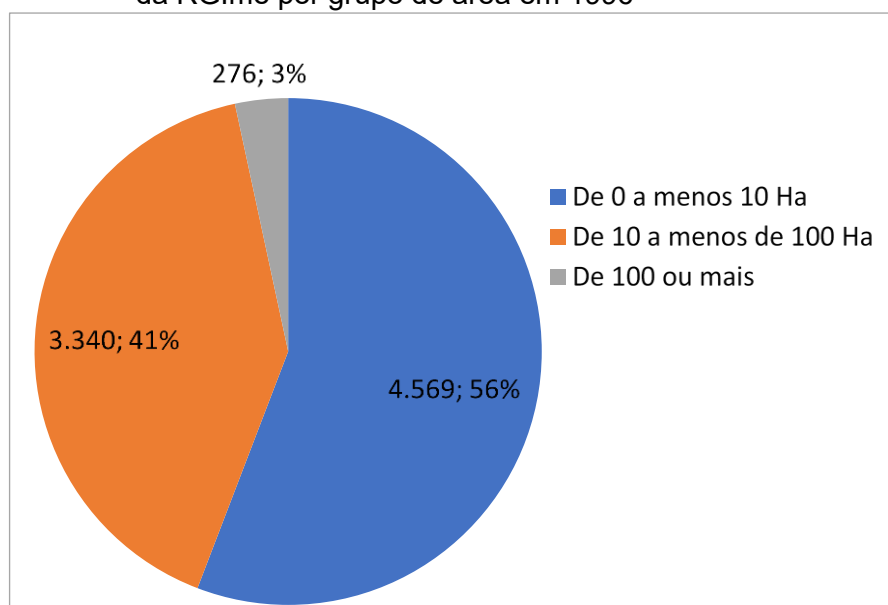
Grupo de Área	Número de estabelecimentos		
	1996	2006	2017
De 0 a menos 10 ha	4.569	5.771	7.175
De 10 a menos de 100 ha	3.340	4.535	3.314
De 100 ou mais	276	211	221
<b>TOTAL</b>	<b>8.185</b>	<b>10.517</b>	<b>10.710</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

A média de estabelecimentos agropecuários da RGIme por grupo de área apresenta um aumento no número e proporção média nos estabelecimentos de 0 a 10 hectare no período de 1996 a 2017, o que corresponde a um aumento de 57%. Os estabelecimentos maiores de 10 hectares e menores de 100 hectares apresentam uma redução no número e proporção média de estabelecimentos no período de 1996

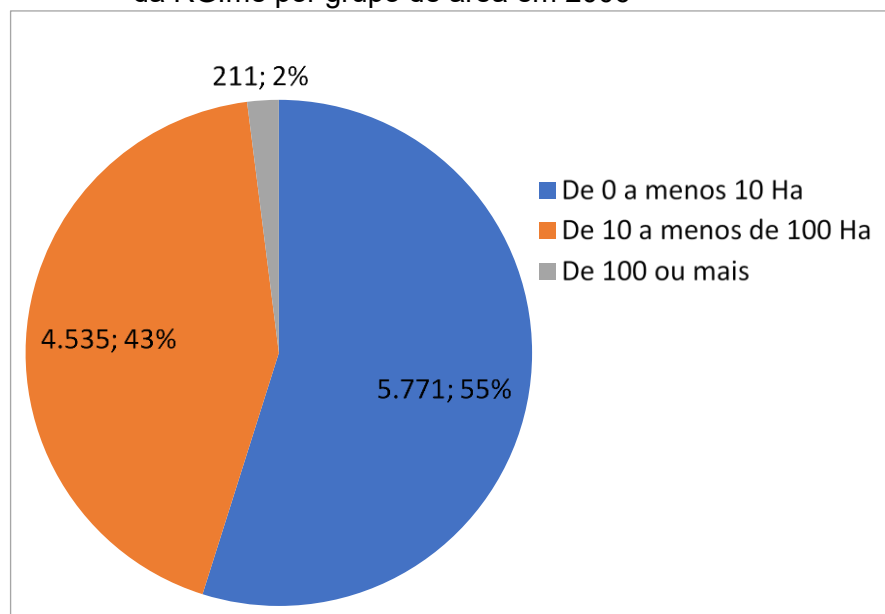
a 2017 que corresponde a 1%. Os estabelecimentos maiores de 100 hectares apresentam uma redução no número e na proporção média de estabelecimentos no período de 1996 a 2017 que corresponde a 20%. Verificam-se esses dados nos Gráficos 6, 7 e 8, que trazem os números e as proporções médias de estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa por grupo de área nos períodos 1996; 2006 e 2017.

Gráfico 6: Número e proporção média de estabelecimentos agropecuários da RGIme por grupo de área em 1996



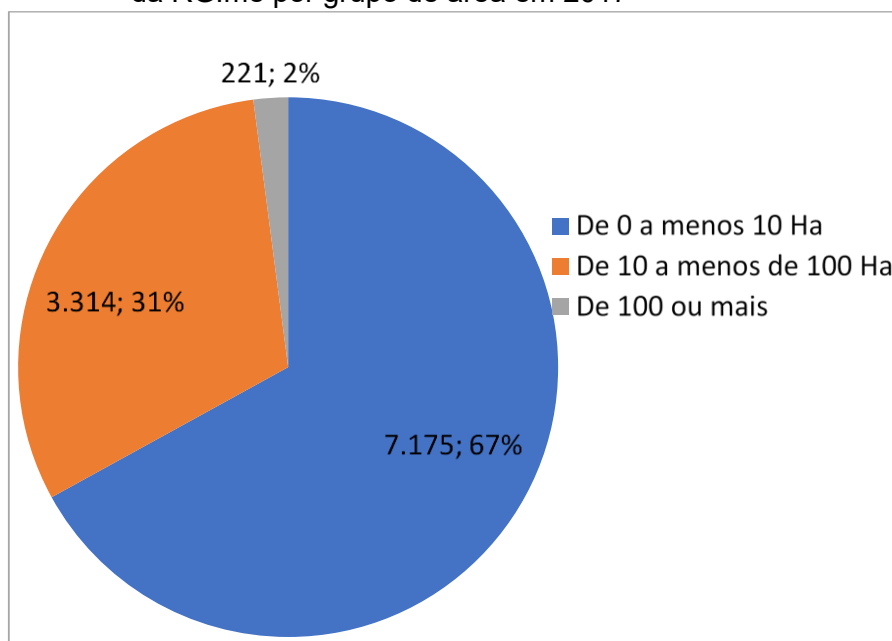
Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora).

Gráfico 7: Número e proporção média de estabelecimentos agropecuários da RGIme por grupo de área em 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora).

Gráfico 8: Número e proporção média de estabelecimentos agropecuários da RGIme por grupo de área em 2017



Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora).

Esse aumento no número de estabelecimentos se dá devido à redistribuição da terra tanto por herança quanto por compra direta, apresentando uma alteração no número de estabelecimentos dos municípios. Também o acesso às políticas públicas pela agricultura familiar fez com que muitos agricultores e agricultoras familiares se documentassem. O requisito de acesso a essas políticas era apresentar a documentação de posse da terra ou o vínculo com a mesma. Para ter condições de ser beneficiado pelo Pronaf, o documento exigido era a Declaração de Aptidão (DAP).

Os municípios que regrediram em relação ao número de propriedades durante esse período foram: Porto Firme (24%), Presidente Bernardes (7%), São Miguel do Anta (39%). Considerando o período de 1996 a 2006, os municípios que apresentaram aumento dos estabelecimentos foram: Araponga (123%), Cajuri (7%), Canaã (22,5%), Coimbra (32%), Ervália (72%), Paula Cândido (43%), Pedra do Anta (44%), Teixeiras (46%), Viçosa (142%).

Considerando o período de 2006 a 2017, os municípios que apresentaram aumento dos estabelecimentos foram: Araponga (2%), Cajuri (67%), Canaã (2%), Ervália (8,5%), Paula Cândido (22%), Porto Firme (9%), Presidente Bernardes (31%), São Miguel do Anta (21%). Os municípios que regrediram em relação ao número de propriedades nesse período foram: Coimbra (39%), Pedra do Anta (26%), Teixeiras

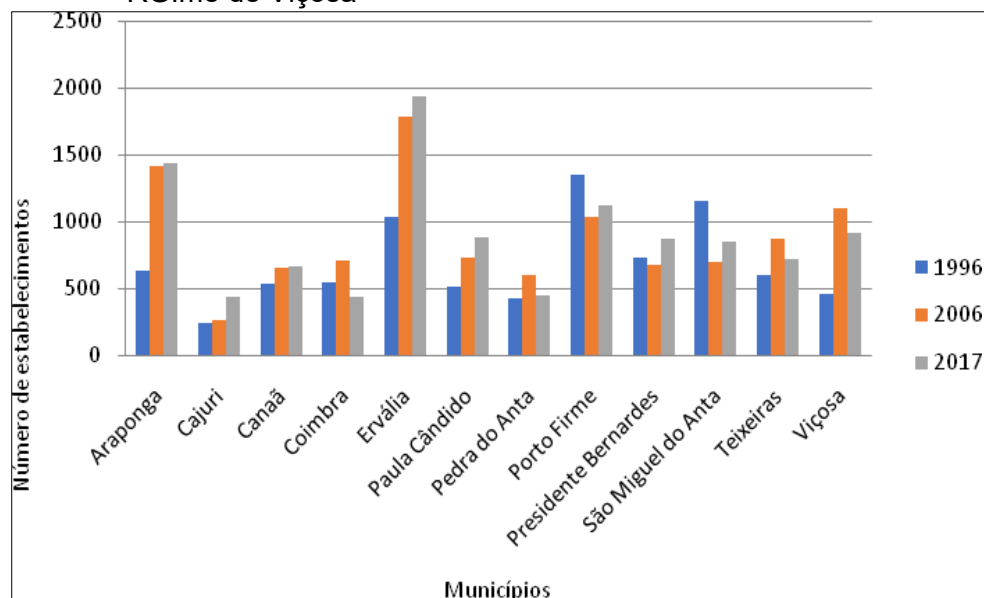
(17%) e Viçosa (17%).

No período de 1996 a 2017, os municípios que apresentaram aumento dos estabelecimentos foram Araponga (127%), Cajuri (79%), Canaã (25%), Ervália (87%), Paula Cândido (74%), Pedra do Anta (7%), Presidente Bernardes (21%), Teixeiras (21,5%), Viçosa (100%). Os municípios que regrediram em relação ao número de propriedades nesse período foram: Coimbra (20%), Porto Firme (17%), São Miguel do Anta (26%).

Essa movimentação de redução no número de estabelecimentos deu-se em virtude da migração e do envelhecimento da população, pois com a saída de jovens do campo não há alternativas de continuidade, e o estabelecimento é vendido. Porém, mesmo com a redução em alguns municípios, percebe-se que houve um aumento no número de estabelecimentos agropecuários, considerando todos os municípios da RGIme de Viçosa. Isso pode ser observado na Tabela 3, que mostra o número total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da RGIme de Viçosa.

O Gráfico 9 apresenta o número total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da RGIme de Viçosa. Observando-o, percebe-se que em alguns municípios houve um aumento expressivos no total de estabelecimentos, enquanto outros apresentam variação de aumento e redução do número de estabelecimentos agropecuários. Essas variações refletem as características de cada município, tanto climáticas quanto culturais e políticas e a reação das pessoas que habitam o campo frente a elas.

Gráfico 9: Número total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da RGIme de Viçosa



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Ao analisar a área total de estabelecimentos agropecuários de cada município da RGIme de Viçosa nos períodos de 1996, 2006 e 2017, percebe-se que os municípios que possuem maior área de estabelecimentos agropecuários nos anos 1996 são Ervália, com 22 mil e 821 hectares, seguido de Araponga, com 20 mil e 738 hectares, e Porto Firme, com 17 mil e 99 hectares.

Considerando as áreas dos municípios no período de 1996 a 2006, observa-se que os municípios que apresentaram redução na área dos estabelecimentos agropecuários são: Araponga (14,5%), Cajuri (9%), Canaã (26%), Coimbra (6%), Ervália (2%), Pedra do Anta (21%), Presidente Bernardes (35%), São Miguel do Anta (14,5%). Os municípios que aumentaram a área dos estabelecimentos são: Paula Cândido (14%), Porto Firme (11%), Teixeira (3%), Viçosa (18%).

No período de 2006 a 2017, os municípios que apresentaram redução na área dos estabelecimentos agropecuários foram Araponga (17%), Porto Firme e Teixeira (1,4%). E os que apresentaram aumento de área foram Cajuri (5%), Canaã (5%), Coimbra (15,5%), Ervália (12%), Paula Cândido (20%), Pedra do Anta (16%), Presidente Bernardes (56%), São Miguel (21%) e Viçosa (13%).

E no período de 1996 a 2017, os municípios que apresentaram redução nas áreas foram Araponga (20%), Cajuri (4%), Canaã (22%), Coimbra (10,5%), Ervália (13%), Pedra do Anta (8%) e Teixeira (22%). Os municípios que apresentaram

aumento na área nesse período foram Paula Candido (3,5%), Porto Firme (9,5%), Presidente Bernardes (2%), São Miguel (4%) e Viçosa (33%).

De 1996 a 2017 as áreas do município de Araponga foram as que mais reduziram de tamanho, apresentando uma redução de 29% em hectares. Em seguida, Canaã e Teixeiras com 22% e Ervália com uma redução de 13,2% na área total de estabelecimentos agropecuários.

Nota-se uma diminuição entre os anos de 1996 e 2006 de 3% na área dos estabelecimentos agropecuários, que volta a aumentar a partir de 2017, correspondendo a 1% do total da RGIme de Viçosa, o que aconteceu de forma mais intensa em alguns municípios. Como mostra a Tabela 4, que traz área total de estabelecimentos agropecuários de cada município da RGIme de Viçosa nos períodos de 1996, 2006 e 2017.

Tabela 4: Área total (ha) de estabelecimentos agropecuários de cada município da RGIme de Viçosa em 1996, 2006 e 2017

<b>Municípios</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
Araponga	20.738	17.752	14.776
Cajuri	5.533	5.034	5.302
Canaã	11.502	8.535	8.959
Coimbra	7.032	7.453	6.294
Ervália	22.821	22.431	19.803
Paula Cândido	16.233	14.011	16.798
Pedra do Anta	12.644	10.041	11.672
Porto Firme	17.099	18.988	18.718
Presidente Bernardes	13.298	8.635	13.509
São Miguel do Anta	11.867	10.149	12.310
Teixeiras	13.529	13.973	10.568
Viçosa	11.210	13.210	14.901
<b>TOTAL</b>	<b>163.506</b>	<b>150.212</b>	<b>153.610</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

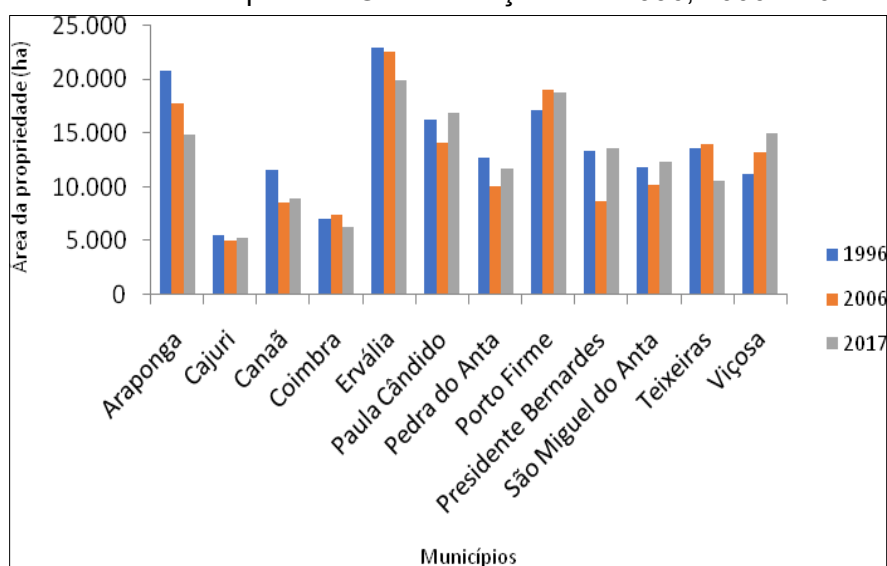
O município de Araponga apresentou o maior crescimento em números de pessoas que tiveram acesso à terra. Durante o período de 2006/2017 houve a maior redução de área dos estabelecimentos. Esses números colocaram o município em primeiro lugar em um *ranking* estadual de municípios com maior taxa de empreendedurismo de acordo com o Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (Ipea)

(Lobato, 2013).

Ao realizar as análises, percebe-se que quanto mais próximos estão os municípios do polo, maior é a área dos estabelecimentos, e o número de propriedades são menores. Isso é reflexo da mobilidade socioespacial que leva as pessoas a buscarem novas formas de ocupações, trabalho e renda e também para atender a uma dinâmica urbana que precisa de mão de obra e serviços.

O Gráfico 10 traz a área total de estabelecimentos agropecuários de cada município da RGIme de Viçosa nos períodos de 1996, 2006 e 2017 e suas variações de aumento e redução das áreas dos estabelecimentos agropecuários. Quando comparados os gráficos 9 e 10, verifica-se que a medida em que aumenta o número de estabelecimentos, há uma redução na área dos estabelecimentos.

Gráfico 10: Área total de estabelecimentos agropecuários de cada município da RGIme de Viçosa em 1996, 2006 e 2017



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

O Gráfico 10, que apresentou a área total dos estabelecimentos agropecuários de cada município da RGIme de Viçosa nos períodos de 1996, 2006 e 2017, permitiu a visualização do aumento ou redução da área dos estabelecimentos por município e o aumento total de área.

## 2.4 Área média por grupo de área em hectares da RGIme de Viçosa

Em relação à área média do estabelecimento por grupo de área, percebe-se que no período de 1996 a 2017 a área média dos estabelecimentos com área de 0 a

10 hectares teve um aumento de 53%, a área de 100 hectares a mais apresenta um aumento de 72%, enquanto a área de 10 a 100 hectares apresentou uma redução na de 53%. Como mostra a Tabela 5, que apresenta a área média em hectares dos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa por grupo de área em hectares.

Tabela 5: Área média dos estabelecimentos por grupo de área em hectares na RGIme de Viçosa em 1996, 2006 e 2017

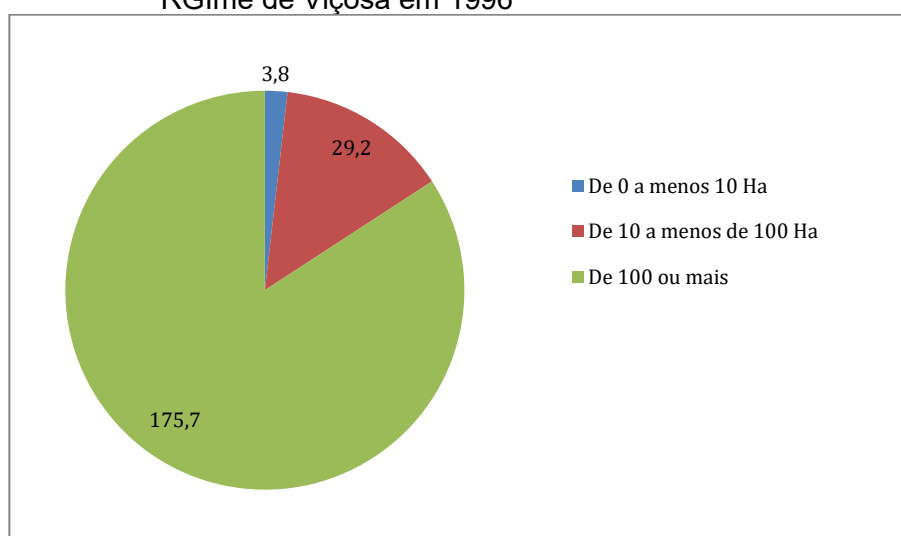
<b>Grupo de área</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
De 0 a menos 10 ha	3,8	3,5	5,8
De 10 a menos de 100 ha	29,2	18,7	13,6
De 100 ou mais	175,7	213	303

IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

A área média do estabelecimento por grupo de área na RGIme de Viçosa apresenta um aumento na área média dos estabelecimentos de 0 a 10 hectares e nos maiores de 100 hectares confirmados na Tabela 5. Nessa tabela também é possível observar que as propriedades maiores de 10 hectares aumentaram 53% e as maiores de 100 hectares apresentam um aumento 173%, mantendo a estrutura fundiária.

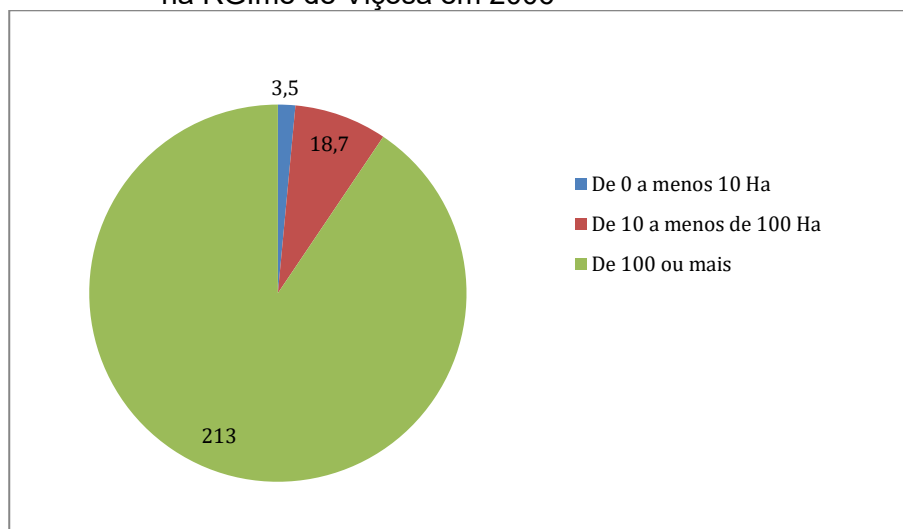
Nos Gráficos 11, 12 e 13, observa-se a área média do estabelecimento por grupo de área em hectares na RGIme de Viçosa nos anos de 1996, 2006 e 2017.

Gráfico 11: Área média do estabelecimento por grupo de área (ha) na RGIme de Viçosa em 1996



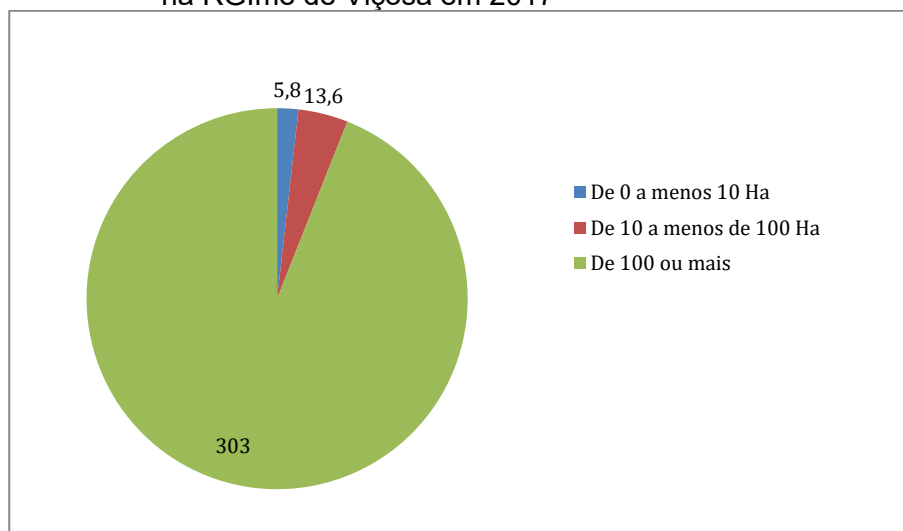
Fonte: IBGE (1996. Adaptação da autora).

Gráfico 12: Área média do estabelecimento por grupo de área (ha) na RGIme de Viçosa em 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora).

Gráfico 13: Área média do estabelecimento por grupo de área (ha) na RGIme de Viçosa em 2017



Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora).

Os Gráficos 11, 12 e 13 possibilitam uma comparação da área média dos estabelecimentos por grupo de área na RGIme de Viçosa nos períodos analisados e apresentam um aumento na área média dos estabelecimentos, a qual permite visualizar a permanência da estrutura fundiária.

## 2.5 Hectares necessários para gerar uma ocupação

A quantidade de área em hectares necessária para gerar uma ocupação na RGIme de Viçosa nos estabelecimentos agropecuários, segundo os censos agropecuário (IBGE, 1996; 2006; 2017b), varia de acordo com o grupo de área.

Em 1996 eram necessários 0,93 hectares em estabelecimentos de 0 a 10 hectares; 7,26 hectares em estabelecimentos de 10 a 100 hectares e 88 hectares nos estabelecimentos com mais de 100 hectares.

Em 2006 eram necessários 0,87 hectares nos estabelecimentos de 0 a 10 hectares; 8 hectares nos estabelecimentos de 10 a 100 hectares e 87 hectares nos estabelecimentos agropecuários de 100 ou mais. Em 2017 eram necessários 2,24 hectares nos estabelecimentos de 0 a 10 hectares; 4,23 hectares nos estabelecimentos de 10 hectares e nos estabelecimentos de 100 ou mais, 213 hectares, como observa-se na Tabela 6, que traz os hectares necessários para gerar uma ocupação em 1996, 2006 e 2017.

Tabela 6: Hectares necessários para gerar uma ocupação em 1996, 2006 e 2017

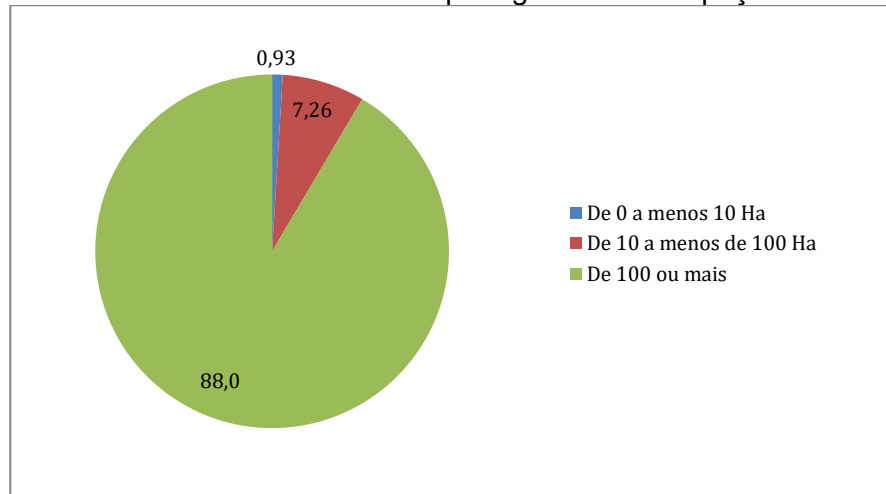
<b>Hectares por uma ocupação</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
<b>Grupo de Área</b>	<b>Hectare por 1 Ocupação</b>	<b>Hectare por 1 Ocupação</b>	<b>Hectare por 1 Ocupação</b>
De 0 a menos 10 ha	0,93	0,87	2,24
De 10 a menos de 100 ha	7,26	8,0	4,23
De 100 ou mais	88,0	87,0	213,0

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Essa variação reflete no número de pessoas trabalhando nos estabelecimentos agropecuários. Percebe-se que os estabelecimentos menores ocupam mais pessoas que os maiores, refletindo a estrutura fundiária em que predominam os grandes estabelecimentos mecanizados com poucas ocupações.

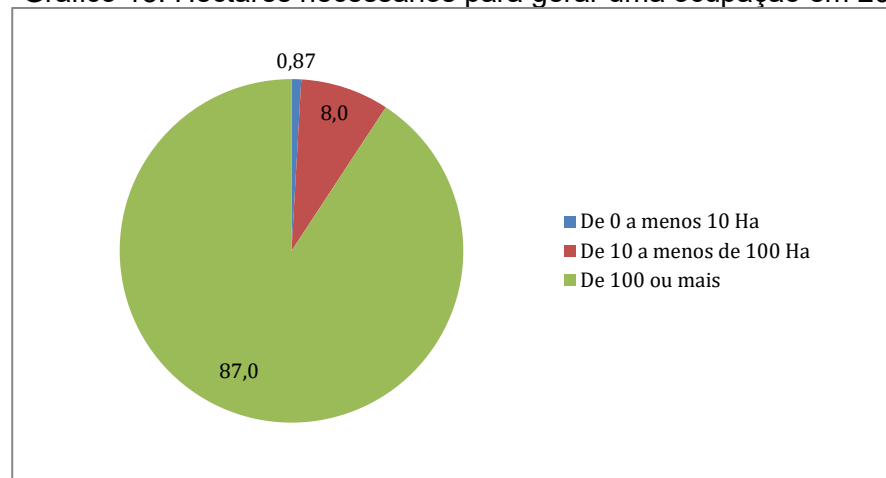
Os Gráficos 14, 15 e 16 mostram os hectares necessários para gerar uma ocupação em 1996, 2006 e 2017 e podem ser comparados com o Gráficos 17, 18 e 19, confirmando o pessoal ocupado por grupo de área em 1996, 2006 e 2017 na RGIme de Viçosa.

Gráfico 14: Hectares necessários para gerar uma ocupação em 1996



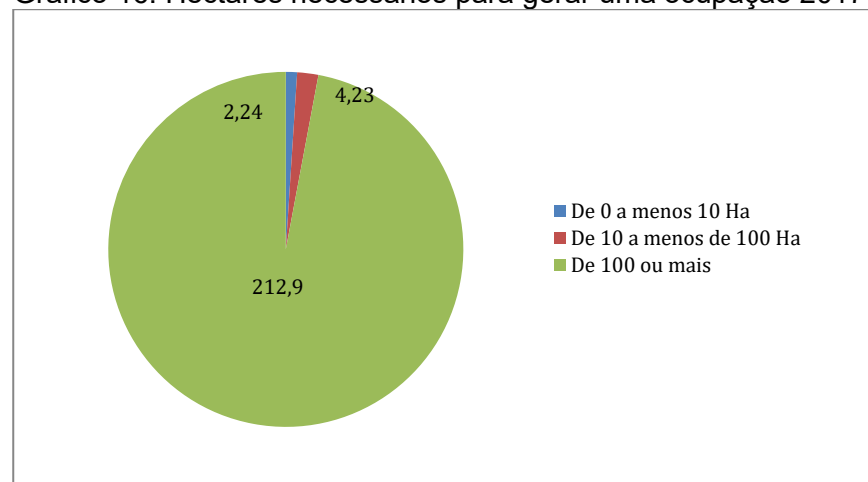
Fonte: IBGE (1996. Adaptação da autora).

Gráfico 15: Hectares necessários para gerar uma ocupação em 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora).

Gráfico 16: Hectares necessários para gerar uma ocupação 2017



Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora).

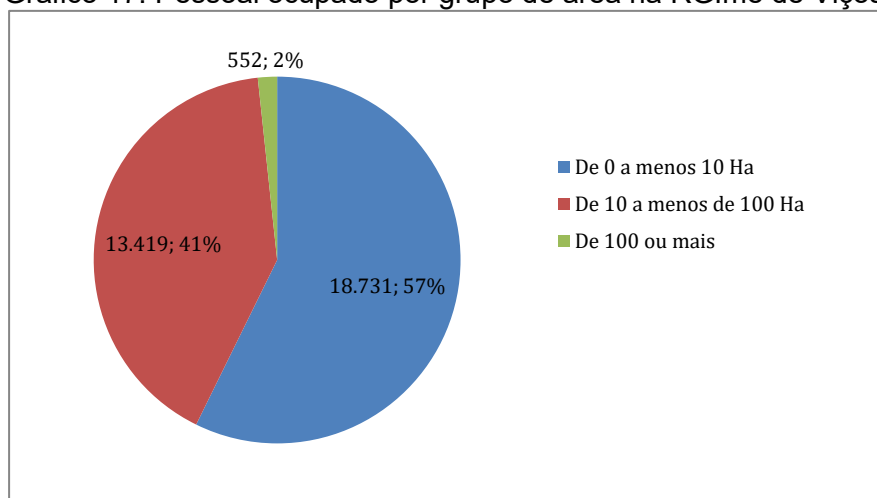
Os Gráficos 14, 15 e 16 apresentaram a variação e o número de pessoas trabalhando nos estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos menores, ofertando um número maior de pessoas ocupadas, número superior ao total de pessoas trabalhando nas áreas maiores. Isso reflete a estrutura fundiária em que predominam os grandes estabelecimentos mecanizados com poucas ocupações.

## 2.6 Pessoal ocupado

Considerando o período de 1996, o número de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa era 32 mil e 702 pessoas. Já no período de 2006, eram 34 mil e 633 pessoas, e em 2017 eram 29 mil e 421 pessoas, totalizando um montante de 96 mil e 756 pessoas ocupadas na região de Viçosa nos estabelecimentos agropecuários de acordo com o censo do IBGE para os anos de 1996, 2006 e 2017.

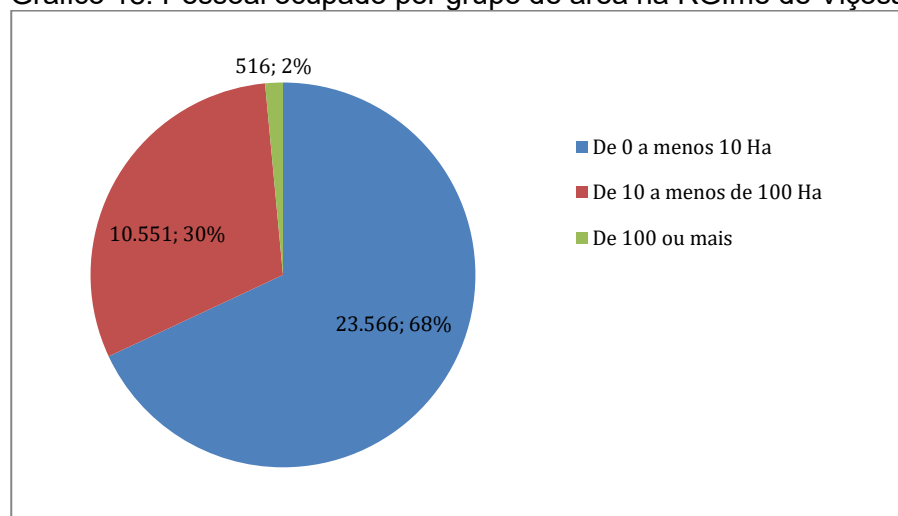
O total de pessoas ocupadas apresentou um aumento entre 1996 e 2006 de 6%, reflexo do acesso à terra na região. Porém no período 2006 a 2017 houve um decréscimo de 15% no número de pessoas ocupadas. Isso pode ter sido resultado da mecanização agrícola, das políticas públicas de acesso à educação e da ausência de condições possíveis para a sucessão rural. Como observa-se nos Gráficos 17, 18 e 19, que apresenta o pessoal ocupado por grupo de área em 1996, 2006 e 2017 na RGIme de Viçosa.

Gráfico 17: Pessoal ocupado por grupo de área na RGIme de Viçosa, 1996



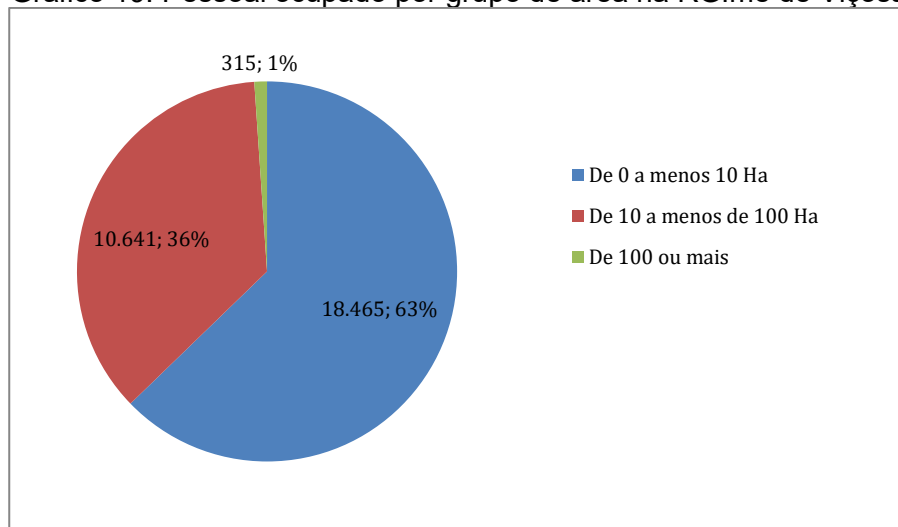
Fonte: IBGE (1996. Adaptação da autora).

Gráfico 18: Pessoal ocupado por grupo de área na RGIme de Viçosa, 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora).

Gráfico 19: Pessoal ocupado por grupo de área na RGIme de Viçosa, 2017



Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora).

As pessoas ocupadas são na maioria do sexo masculino, com laço de parentesco com o produtor e possuem funções de trabalhos permanentes e temporários, Há também parceiros sem laço de parentesco com o produtor.

Considerando o período de 1996 a 2006, os municípios que apresentaram aumento no número de pessoas ocupadas foram Araponga (77%), Cajuri (56%), Pedra do Anta (33%), Teixeiras (59%), Viçosa (103%). Os municípios que apresentaram um decréscimo no número de pessoas ocupadas no mesmo período foram Canaã (36%), Coimbra (21%), Ervália (9%), Paula Candido (11%), Porto Firme (21%), Presidente Bernardes (29%) e São Miguel (22%).

Considerando o período de 2006 a 2017 os municípios que apresentaram aumento no número de pessoas ocupadas foram Canaã (5%), Ervália (5%),

Presidente Bernardes (11%). Os municípios que apresentaram uma regressão no número de pessoas ocupadas no mesmo período foram Araponga (28%), Cajuri (24%), Coimbra (11%), Pedra do Anta (41%), Paula Cândido (6%), Porto Firme (21%), São Miguel (4%), Teixeiras (16%) e Viçosa (35%).

Considerando o período de 1996 a 2017, os municípios que apresentaram aumento no número de pessoas ocupadas foram Araponga (27%), Cajuri (18%), Teixeiras (34%), Viçosa (32%). E os municípios que apresentaram uma regressão no número de pessoas ocupadas no mesmo período foram Canaã (32%), Coimbra (29%), Ervália (5%), Pedra do Anta (21%), Paula Candido (16%), Porto Firme (38%), Presidente Bernardes (21%), São Miguel (25%).

Os municípios que apresentaram redução na população ocupada nos estabelecimentos agropecuários em todos os períodos analisados foram Coimbra, Paula Cândido, Porto Firme e São Miguel. Isso pode ser visto na Tabela 7, que traz o número total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da RGIme de Viçosa.

Esses municípios possuem características de migração pendular, quando as pessoas saem do município de origem para prestar serviços ou estudar.

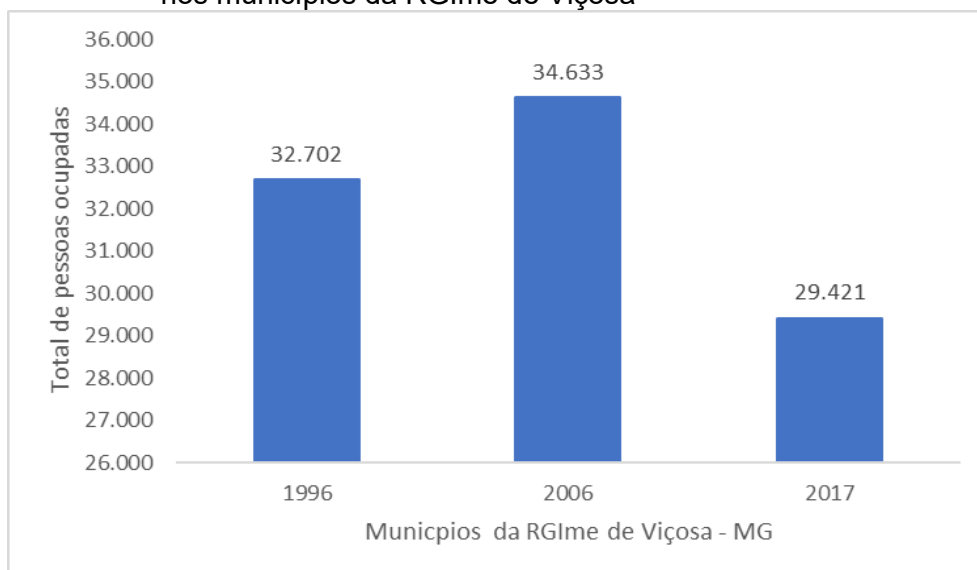
Tabela 7: Pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da RGIme de Viçosa

<b>Número de pessoas</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
Araponga	3.408	6.022	4.329
Cajuri	833	1.297	987
Canaã	2.289	1.462	1.541
Coimbra	1.969	1.557	1.399
Ervália	6.002	5.437	5.712
Paula Cândido	2.516	2.249	2.120
Pedra do Anta	1.349	1.791	1.063
Porto Firme	5.443	4.271	3.356
Presidente Bernardes	2.439	1.727	1.920
São Miguel do Anta	2.747	2.144	2.066
Teixeiras	1.937	3.080	2.587
Viçosa	1.770	3.596	2.341
<b>TOTAL</b>	<b>32.702</b>	<b>34.633</b>	<b>29.421</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

O período de 2006 foi o de maior aumento no número de pessoas ocupadas nos municípios do RGIme de Viçosa, um aumento de 6%, seguido de uma redução de 15% em 2017, como mostra o Gráfico 20. Considerando o período de 1996 a 2017, percebe-se que o número de pessoas ocupadas diminuiu 10%. O que se confirma no Gráfico 20, que traz o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da RGIme de Viçosa.

Gráfico 20: Número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da RGIme de Viçosa



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Em 1996, segundo o IBGE, havia 32 mil e 702 pessoas ocupadas, o que correspondente a 34% da população com ocupação nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa. Em 2006, esse número apresentou um aumento de 2%, passando a existir uma população de 34 mil e 633 pessoas, o que corresponde a 36% a mais. Em 2017 essa população diminuiu para 29 mil e 421 pessoas ocupadas, correspondendo a uma diminuição de 30%.

## 2.7 Modernização do campo na agricultura familiar e a agroecologia na Região Imediata de Viçosa

Na agricultura brasileira verifica-se a presença de dois tipos de agricultura: a patronal e a familiar. Para Picoloto (2011), na agricultura patronal o processo produtivo é marcado pela presença de um organizador, normalmente capitalista, que conta com outros assalariados. Na agricultura familiar o processo produtivo combina propriedade e trabalho, assumindo no tempo e no espaço uma diversidade de formas sociais (Wanderley, 1999). Para a autora, nesse tipo de agricultura, a família é proprietária dos meios de produção e as transformações trazidas com a modernização não representam necessariamente uma ruptura com as categorias pré-existentes.

Ao abordar o termo “agricultura familiar”, é preciso compreender que essa nomenclatura não é utilizada apenas para classificar um conjunto de agricultores, mas também engloba aspectos relacionados à dinâmica de sistemas políticos e sociais e

à atividade agrícola produtiva. Compreende-se como um modo de produção familiar, aquele cujos saberes tradicionais relativos ao cultivo e ao uso dos alimentos são passados de geração em geração, de modo que a produção é voltada para o consumo familiar, enquanto seu excedente pode ser comercializado a fim de gerar renda e auxiliar na permanência da família no campo. A produção familiar é considerada uma atividade agrícola de grande importância para o desenvolvimento do país nos aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Esse segmento agrícola pode ser conceituado, a partir de Wanderley (1999), como a maneira que a família se organiza e produz. Além de ser dona de seus meios de produção, a família também toma posse do trabalho produtivo. Essas características têm grande relevância e consequências econômicas e sociais.

O IBGE (2006) apresenta em sua pesquisa uma nova tendência na RGI de Viçosa: os sistemas agroflorestais, que são áreas cultivadas com espécies florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais. Esse sistema é chamado de agroecologia.

A agroecologia é um conceito que abrange diversas práticas e discussões relacionadas à agricultura sustentável. Isso inclui o manejo ecológico dos solos, a eliminação do uso de agrotóxicos, a preservação de sementes crioulas e a resistência das comunidades rurais frente aos impactos sociais e ambientais da modernização agrícola. Além disso, também envolve as organizações e os movimentos sociais em discussões políticas e práticas agrícolas sustentáveis ao meio ambiente (Schmitt, 2016).

Ela baseia-se nas capacidades socioambientais de integrar a natureza aos sistemas alimentares, confrontando o paradigma do modelo biotecnológico, ligado à agricultura intensiva, que se baseia nas capacidades biotecnológicas de aumentar a produção. Além disso, a agroecologia é voltada a responder às demandas de qualidade e segurança alimentar da sociedade, baseada no manejo sustentável dos recursos naturais e na relação harmoniosa do homem com a natureza. Um dos pressupostos agroecológicos é o deslocamento da questão agroalimentar da esfera técnico-econômica para a esfera sociotécnica, quando a visão meramente produtivista dá lugar a uma visão holística que engloba as questões alimentares, ambientais e culturais (Stassart, 2012).

O conhecimento popular diz que o primeiro passo para se desenvolver uma prática agroecológica é sempre a percepção do ambiente quanto aos recursos

naturais em geral; animais, insetos, plantas e a interação existente entre esses elementos. Eles vão possivelmente indicar qual é a situação predominante, possibilitando planejar as ações. Para Macena (2020), como prática, a agroecologia resgata e ressignifica práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas com uso de recursos locais (recursos biológicos, naturais e também conhecimentos) que promovem autonomia. Existem indicadores de equilíbrio ou de desequilíbrio no ambiente. Se um espaço possui uma rica variedade de plantas e animais, isso é um indicador de ambiente mais equilibrado, porque mantém um ecossistema diversificado. Para Caldart (2016), a agroecologia surge como resistência ao modo de produção capitalista insustentável de se realizar agricultura e do camponês que não se sujeita à lógica de reprodução do capital. As práticas agroecológicas visam à valorização do conhecimento tradicional associado ao conhecimento científico. Essa relação é imprescindível para a aplicação prática e cotidiana do conhecimento científico. Para isso, é necessário que haja o respeito às diferentes formas e áreas do conhecimento.

Enquanto pesquisadora e agricultora agroecológica, posso afirmar que as práticas agroecológicas incluem a potencialização dos recursos locais, diminuindo a dependência de recursos externos a partir da leitura da natureza. Também é importante me entender como parte do meio, respeitando e trabalhando enquanto cooperadora e responsável pelo seu equilíbrio, considerando a diversidade enquanto harmonizadora do meio e facilitando os processos que envolvem essa diversidade, mantendo a produção diversificada, evitando o uso de agrotóxicos e produtos químicos contaminantes. Esses princípios são essenciais para a sustentabilidade e preservação do planeta do qual fazemos parte, pois não somos donos da Terra.

### **3 CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES E DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS NA RGIME DE VIÇOSA**

O capítulo 3 traz as características dos produtores e dos estabelecimentos rurais da RGIme de Viçosa, proprietários, arrendatários, parceiros, ocupantes, formas de utilização das terras, pastagens, florestas, lavouras permanentes e temporárias. Enfim, o perfil do produtor que ocupa os estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa.

Quanto à escolaridade do produtor que ocupa os estabelecimentos da agropecuários da RGIme de Viçosa, o IBGE (1996; 2006; 2017b) apresenta uma diversidade: aqueles que nunca frequentaram a escola, classe de alfabetização, alfabetização de jovens e adultos (EJA), antigo primário (elementar), antigo ginásial (médio 1º ciclo), regular do ensino fundamental ou 1º grau, EJA ou supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau, antigo científico e clássico (médio 2º ciclo), regular de ensino médio ou do 2º grau, EJA ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau, superior: graduação, mestrado, doutorado e não se aplica.

Considerando a idade, segundo o IBGE (2017b), a classe de idade do produtor nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa apresenta variações entre menor de 25 anos até 75 ou mais, mas uma população que está envelhecendo, está diminuindo o número de pessoas que trabalham com a agricultura. A maior parte da população está na faixa de idade de 55 a 65 anos de idade e concentrada em maior número nos municípios de Ervália, Porto Firme, Viçosa e São Miguel do Anta.

Em relação à cor ou raça do produtor, segundo o IBGE (2006; 2017b), nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa, a maioria se declara branca, seguida da população parda, preta e amarela. Isso possivelmente está ligado às formas de ocupação que ocorreu na RGIme de Viçosa.

Sobre a condição legal do produtor em relação às terras, segundo o IBGE (2006), percebe-se que as áreas dos estabelecimentos agropecuários estão divididas em proprietário, parceiros, ocupante e arrendatário. Em relação à condição legal do produtor: proprietário individual, condomínio, consórcio ou união de pessoas; sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade; outra condição (IBGE, 1996; 2006; 2017b).

Proprietário é uma classificação do produtor quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, são de sua propriedade, conforme o censo agropecuário (IBGE, 1996). Ao analisar o período de 1996 a 2006, percebe-se um aumento de 29% no número de proprietários. Entre 2006 e 2017 houve um aumento de 27% no número de proprietários. Considerando o período de 1996 a 2017, tem-se um aumento de 64% no total de proprietários. Isso é um indicativo de que houve a redistribuição das terras, aumentando, assim, o número de pessoas com propriedades agropecuárias. A Tabela 8 traz o total de proprietários da RGIme de Viçosa.

Tabela 8: Total de proprietários da RGIme de Viçosa

<b>Ano de referência</b>	<b>Total de proprietário</b>
1996	6.522
2006	8.398
2017	10.676

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Considerando os períodos de 1996 a 2006, 83% dos municípios apresentaram aumento no número de proprietários: Araponga (60%), Cajuri (2%), Canaã (41%), Coimbra (44%), Ervália (34%), Paula Cândido (34%), Pedra do Anta (70%), Porto Firme (3%), Teixeiras (22%), Viçosa (140%). Os municípios que diminuíram o número de proprietários foram Presidente Bernardes (22%) e São Miguel do Anta (13%).

Considerando os períodos de 2006 a 2017, 83% dos municípios apresentaram aumento no número de proprietários: Araponga (53%), Cajuri (100%), Canaã (17,5%), Ervália (55%), Paula Cândido (39%), Pedra do Anta (1%), Porto Firme (18%), Presidente Bernardes (69%), Teixeiras (7%), São Miguel do Anta (13%). Os municípios que tiveram diminuição no número de proprietários nesse período foram Viçosa (12%) e Coimbra (32%).

Analisando o período de 1996/2017, o município de Coimbra apresentou uma variação que fugiu do padrão dos municípios, pois diminuiu em 2% o número de proprietários. Os outros todos tiveram aumento do número de proprietários Araponga (146%), Cajuri (104%), Canaã (66%), Ervália (108%), Paula Cândido (87%), Pedra do Anta (72%), Porto Firme (21%), Presidente Bernardes (32%), São Miguel do Anta (25%), Teixeiras (37%), Viçosa (111%). Isso pode ser observado na Tabela 9, que traz o número de proprietários dos Municípios da RGIme de Viçosa.

Mesmo com a variação no número de proprietários entre os municípios e por período, a Tabela 9 confirma a Tabela 8, que mostra o aumento do número de proprietários da RGIme de Viçosa.

Tabela 9: Número de proprietários dos Municípios da RGIme de Viçosa - MG em 1996,2006,2017.

Municípios da RGIme de Viçosa	Proprietário por ano de referência		
	1996	2006	2017
Araponga	585	937	1438
Cajuri	212	216	432
Canaã	400	564	663
Coimbra	437	628	429
Ervália	929	1.247	1936
Paula Cândido	470	632	879
Pedra do Anta	260	443	448
Porto Firme	921	947	1118
Presidente Bernardes	661	517	875
São Miguel do Anta	675	581	846
Teixeiras	550	671	721
Viçosa	422	1.015	891

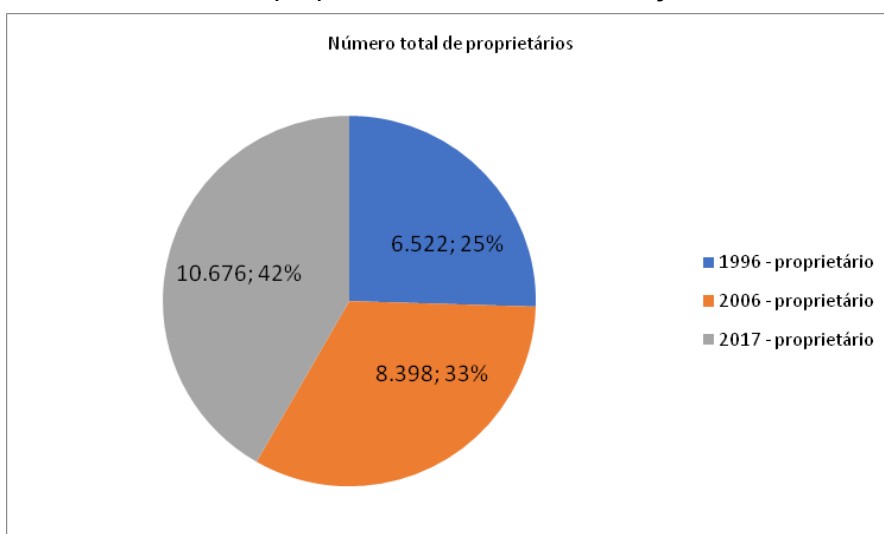
IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

A Tabela 9 permite perceber que houve um aumento no número de proprietários de estabelecimentos agropecuários dos municípios da RGIme de Viçosa nos períodos de 1996 a 2006, e uma redução no período de 2006 a 2017.

### 3.1 Proprietários na RGIme de Viçosa

No período de 1996 a 2017 observou-se um aumento considerável no número de proprietários, o que equivale a 64% a mais, como mostra o Gráfico 21, que traz o número total de proprietários da RGIme de Viçosa.

Gráfico 21: Total de proprietários da RGIme de Viçosa



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Esse aumento no número de proprietários foi possível devido à distribuição dos estabelecimentos da RGIme de Viçosa nesse período.

### 3.2 Arrendatários na RGIme de Viçosa

A condição de arrendatário é considerada sempre que as terras do estabelecimento tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestações de serviços (IBGE, 1996)

De acordo com a condição do produtor, os locais onde mais se arrendou propriedades no período de 1996 a 2017 na RGIme de Viçosa foram os municípios de Paula Cândido, Viçosa e Cajuri. No ano de 2006, Araponga foi o município que apresentou maior número de arrendamentos. Já em 2017, Paula Cândido foi o que mais apresentou aumento no número de arrendamentos. No ano de 2017, Araponga, Ervália, Pedra do Anta, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta e Teixeiras não apresentaram arrendatários. Esses dados podem ser observados na Tabela 10, que traz o total de arrendatários da RGIme de Viçosa.

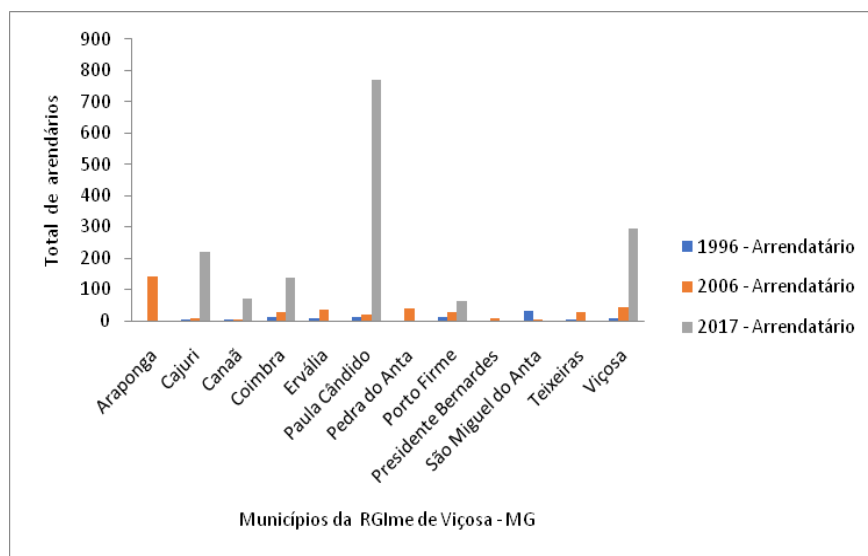
Tabela 10: Total de arrendatários da RGIme de Viçosa

Cidades da RGIme de Viçosa	Total de arrendatários por ano de referência		
	1996	2006	2017
Araponga	2	142	0
Cajuri	5	5	221
Canaã	4	3	70
Coimbra	13	25	137
Ervália	8	33	0
Paula Cândido	13	19	772
Pedra do Anta	1	37	0
Porto Firme	11	25	62
Presidente Bernardes	2	7	0
São Miguel do Anta	34	3	0
Teixeiras	4	25	0
Viçosa	10	42	296
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>366</b>	<b>1.558</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Os municípios de Viçosa, Cajuri, Coimbra, Paula Cândido, Canaã e Porto Firme se destacaram em números de arrendatários no período de 2017. Mesmo que alguns municípios não apresentem arrendatários, nota-se um aumento no número total de arrendamentos da RGIme de Viçosa, como mostra a Tabela 10 e se confirma no Gráfico 22, que mostra os arrendatários da RGIme de Viçosa por período e município.

Gráfico 22: Arrendatários da RGIme de Viçosa por período e município



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

No período analisado percebe-se a existência de arrendatários em todos os municípios da RGIme de Viçosa, e suas proporções variam de período e número de arrendatários.

### 3.3 Parcerias agrícolas na RGIme de Viçosa

A condição de parceiro vem a partir da exploração das terras em regime de parcerias, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resulte a obrigação de pagamento ao proprietário de um percentual da produção obtida (IBGE, 1996).

O município de São Miguel do Anta, com 33%, apresenta o maior número de parceiros agrícolas (ou parceria agrícola) no ano de 1996 entre os municípios da RGIme de Viçosa. Em seguida vem Porto Firme com 31% e Pedra do Anta com 13%.

Os municípios com maiores números de parceiros agrícolas (ou parceria agrícola) no ano de 2006 da RGIme de Viçosa eram Ervália com 40%, Araponga 24%, Canaã e Teixeiras com 8%.

Já no ano de 2017 o maior número de parceiros agrícolas da RGIme de Viçosa (ou parceria agrícola) era em Ervália, correspondente a 46%, Araponga 24% e Paula Cândido com 9%. Isso é observado na Tabela 11, que mostra o número total de parceiros na RGIme de Viçosa.

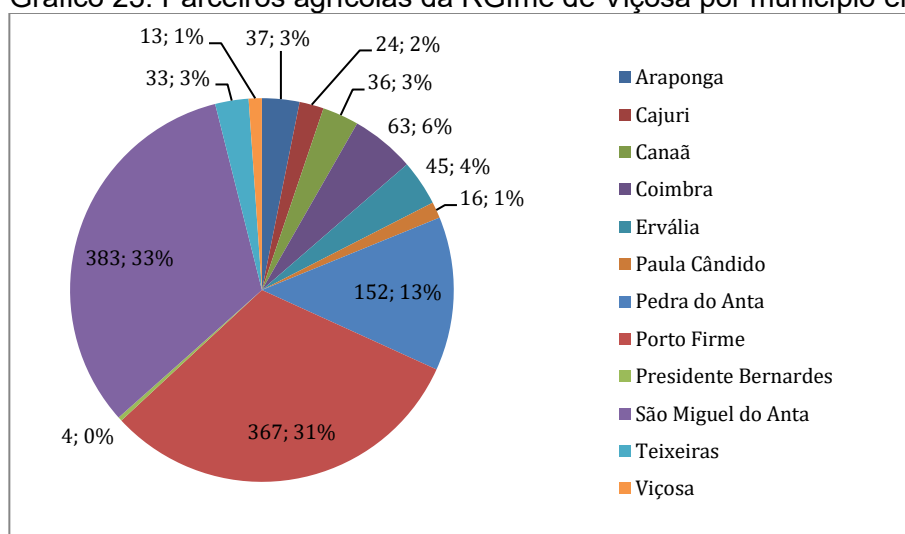
Tabela 11: Parceiros na RGIme de Viçosa

Municípios da RGIme de Viçosa	Parceiros por ano de referência		
	1996	2006	2017
Araponga	37	275	1.113
Cajuri	24	17	0
Canaã	36	53	351
Coimbra	63	2	0
Ervália	45	453	2.104
Paula Cândido	16	14	437
Pedra do Anta	152	23	171
Porto Firme	367	40	59
Presidente Bernardes	4	96	0
São Miguel do Anta	383	63	217
Teixeiras	33	86	147
Viçosa	13	7	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.173</b>	<b>1.129</b>	<b>4.599</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

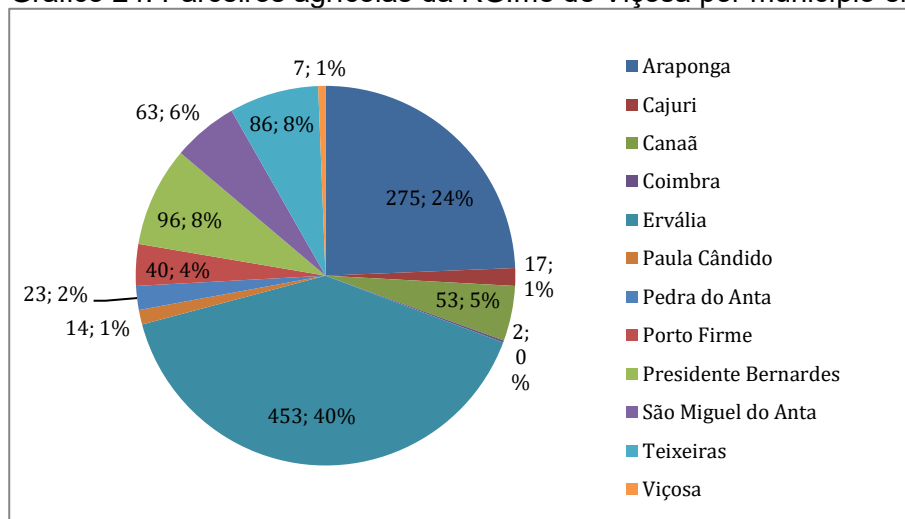
Houve uma variação de acordo com os períodos e municípios, observa-se que no período de 1996 a 2006 o número de parceiros agrícolas diminuiu 4%. No período de 2006 a 2017, houve um aumento de 307%. Ao considerar o período de 1996 a 2017, houve um aumento de 292% nas parcerias agrícolas na RGIme de Viçosa. Confirmando isso, a Gráfico 23, 24 e 25 mostram os parceiros agrícolas da RGIme de Viçosa por período e por município.

Gráfico 23: Parceiros agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 1996



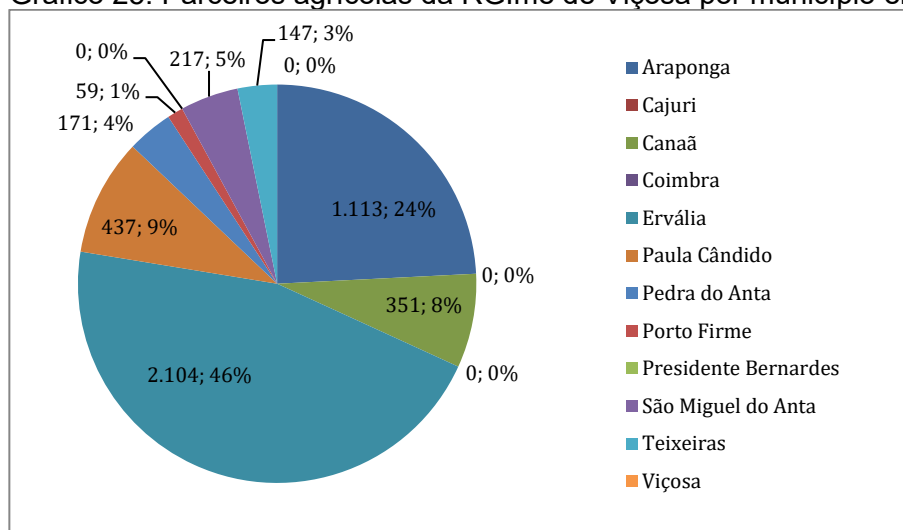
Fonte: IBGE (1996. Adaptação da autora).

Gráfico 24: Parceiros agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora).

Gráfico 25: Parceiros agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 2017



Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora).

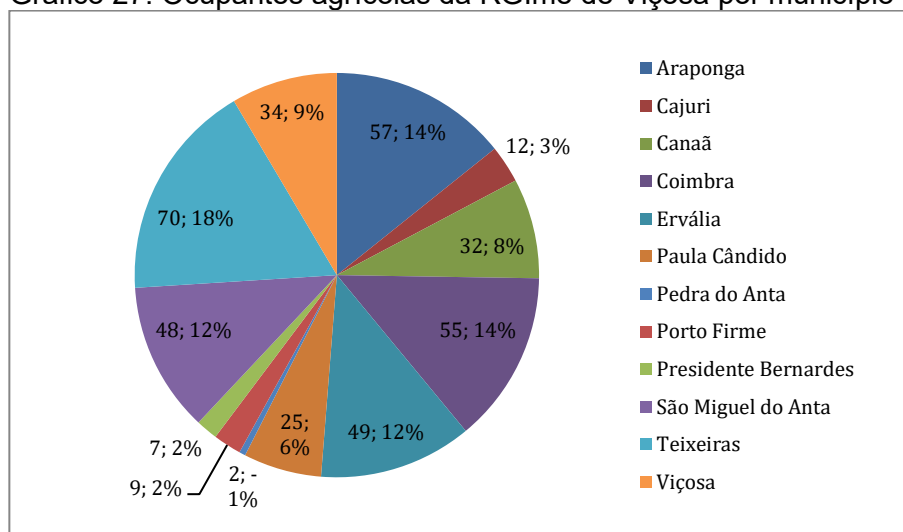
Os gráficos apresentaram as variações de parcerias de acordo com os períodos e municípios da RGIme de Viçosa. Observa-se que no período de 1996 a 2006 o número de parceiros agrícolas diminuiu, no período de 2006 a 2017 houve um aumento. Ao considerar o período de 1996 a 2017 houve um grande aumento de parcerias agrícolas na RGIme de Viçosa.

### 3.4 Ocupantes de propriedades agropecuárias na RGIme de Viçosa de 1996 a 2017

A condição de ocupante é dada nos casos em que a exploração se processe em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário) nada pagando o produtor pelo seu uso (IBGE, 1996). De acordo com informações do IBGE (1996; 2006; 2017b), os ocupantes de propriedades agropecuárias estavam concentrados em maior número no município de Canaã, São Miguel do Anta e Presidente Bernardes. Porém, em 2017, somente no município de Canaã havia ocupantes de propriedades agrícolas. A Tabela 12 traz os ocupantes de propriedades agropecuárias na RGIme de Viçosa.

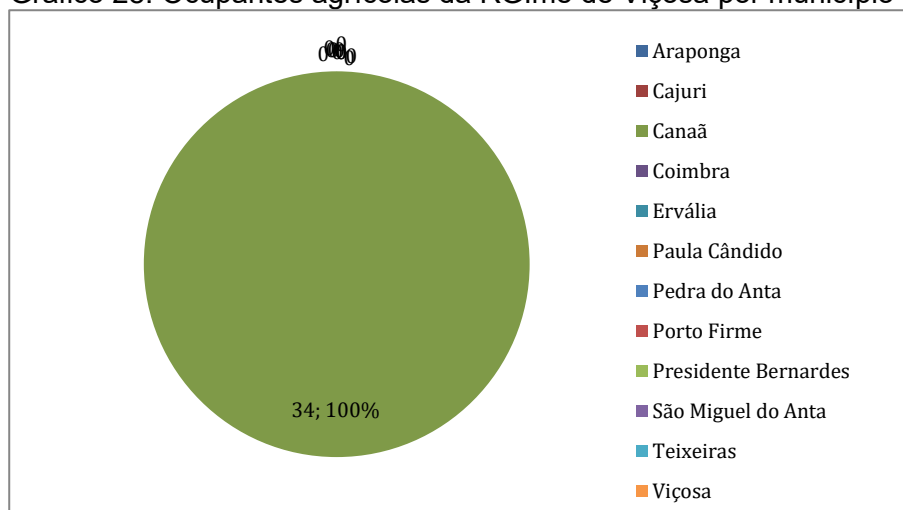


Gráfico 27: Ocupantes agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora).

Gráfico 28: Ocupantes agrícolas da RGIme de Viçosa por município em 2017



Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora).

Observa-se que no período de 1996 a 2006 o número de parceiros agrícolas diminuiu, no período de 2006 a 2017 somente o município de Canaã apresenta ocupante em propriedade agropecuária na RGIme de Viçosa.

### 3.5 Utilização das terras na RGIme de Viçosa

Conforme os dados do IBGE (1996; 2006; 2017b), a utilização das terras se dividia em construções, benfeitorias e caminhos, cultivo de flores, viveiros de mudas, lavouras de forrageiras para alimentação de animais, lavouras permanentes e temporárias, matas florestas naturais permanentes, reserva legal, florestas plantadas,

pastagens naturais, plantadas e sistemas agroflorestais e uso para pastoreio, tanques e lagos. Na RGIme de Viçosa, a distribuição das terras é bastante interessante, e a maior utilização das terras é para pastagens naturais com um montante de 57 mil e 954 hectares das terras, seguido das lavouras permanentes com 27 mil e 71 hectares e pastagens plantadas com 14 mil e 39 hectares. Porém, há existência de matas florestas naturais, lavouras temporárias e preservação permanente - reserva legal.

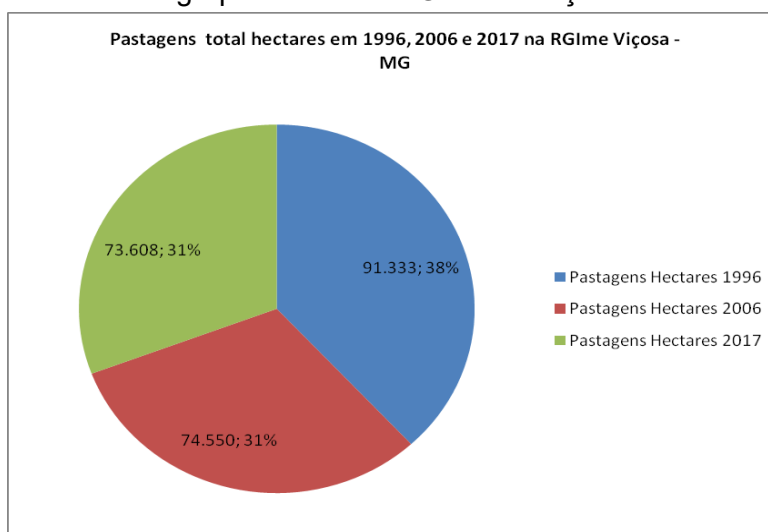
### **3.6 Utilização das terras para pastagens na RGIme de Viçosa**

Na utilização da área dos estabelecimentos, consideraram-se as situações de responsabilidade direta do produtor na condução dos trabalhos e de contratação de administrador com encargo de direção das atividades do estabelecimento IBGE (1996).

De acordo o IBGE (2017b), em 2017 a maior utilização das áreas dos estabelecimentos é para pastagens naturais com um montante de 47 mil e 536 hectares das terras, mas com uma queda visível de 11%, seguido do cultivo de floresta que é 27 mil e 508 hectares, pastagens plantadas em boas condições, lavouras permanentes e lavouras temporárias. Onde se criou uma consciência da necessidade de cuidar das pastagens e em áreas de reflorestamento, além de políticas públicas para investimento em pastagens.

Observa-se que em 1996 havia 91 mil e 333 hectares, que corresponde a 38% da área. Em 2006, 74 mil e 550 hectares, que corresponde a 31%. E em 2017, 73 mil e 608 hectares, que corresponde a 31%. Nota-se um decréscimo de área em relação aos períodos 1996 a 2006 de 18%, que se manteve em 2017 com 1,3%. Considerando os períodos de 1996 a 2017, houve um decréscimo de 19% das áreas de pastagens, possivelmente essas áreas foram ocupadas por florestas plantadas. Como mostra o Gráfico 29, que traz as pastagens em hectares nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa.

Gráfico 29: Pastagens em hectares nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Analisando por municípios e em períodos, observam-se melhor as variações nas áreas de pastagens. Considerando o período de 1996 a 2006, os municípios que aumentaram as áreas de pastagens foram Ervália (298%), Porto Firme (30%), Teixeiras (9,5%) e Viçosa (3%). Os municípios que diminuíram as áreas de pastagens foram Araponga (34,5%), Cajuri (30%), Canaã (24%), Coimbra (9,5%), Paula Cândido (26%), Pedra do Anta (10%), Presidente Bernardes (47%), São Miguel (32%).

Considerando o período de 2006 a 2017, os municípios que aumentaram as áreas de pastagens foram Canaã (14%), Pedra do Anta (13%), Porto Firme (16,5%), Presidente Bernardes (57%), São Miguel do Anta (25%) e Viçosa (20%). Os municípios que diminuíram as áreas de pastagens foram Araponga (26%), Cajuri (15%), Coimbra (31%), Ervália (18%), Paula Cândido (6%), Teixeiras (19,5%).

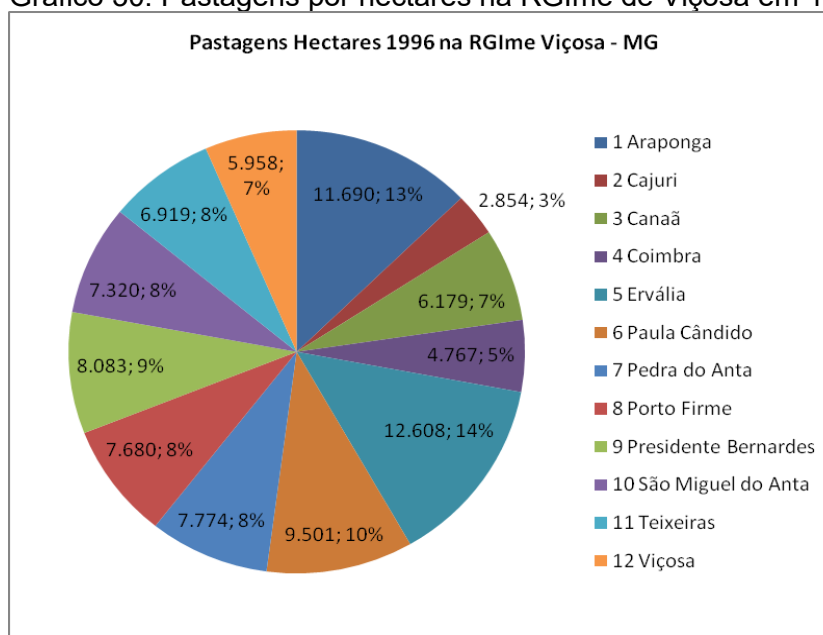
Considerando o período de 1996 a 2017, os municípios que aumentaram as áreas de pastagens foram Ervália (224%), Porto Firme (8%), Viçosa (23%), Pedra do Anta (1%). Os municípios que diminuíram as áreas de pastagens foram Araponga (51%), Cajuri (23,5%), Canaã (14%), Coimbra (37,5%), Paula Cândido (21%), Presidente Bernardes (17%), São Miguel do Anta (15%), Teixeiras (27%). Essas análises confirmam os dados apresentados na Tabela 13 e nos Gráficos 30, 31 e 32, que mostram a utilização das terras com pastagens, área total em hectares, na RGIme de Viçosa nos períodos de 1996, 2006 e 2017. É possível verificar a redução da utilização da área total das pastagens.

Tabela 13: Utilização das terras com pastagens área total em hectares na RGIme de Viçosa nos períodos de 1996, 2006 e 2017.

Número	Municípios da RGIme de Viçosa	Pastagens em hectares por ano		
		1996	2006	2017
1	Araponga	11.690	7.655	5.681
2	Cajuri	2.854	1.898	2.183
3	Canaã	6.179	4.681	5.338
4	Coimbra	4.767	4.316	2.979
5	Ervália	2.608	10.383	8.460
6	Paula Cândido	9.501	7.042	7.466
7	Pedra do Anta	7.774	6.984	7.833
8	Porto Firme	7.680	9.959	8.313
9	Presidente Bernardes	8.083	4.275	6.734
10	São Miguel do Anta	7.320	4.963	6.195
11	Teixeiras	6.919	6.260	5.038
12	Viçosa	5.958	6.134	7.338
	Total/hectares	91.333	74.550	73.608

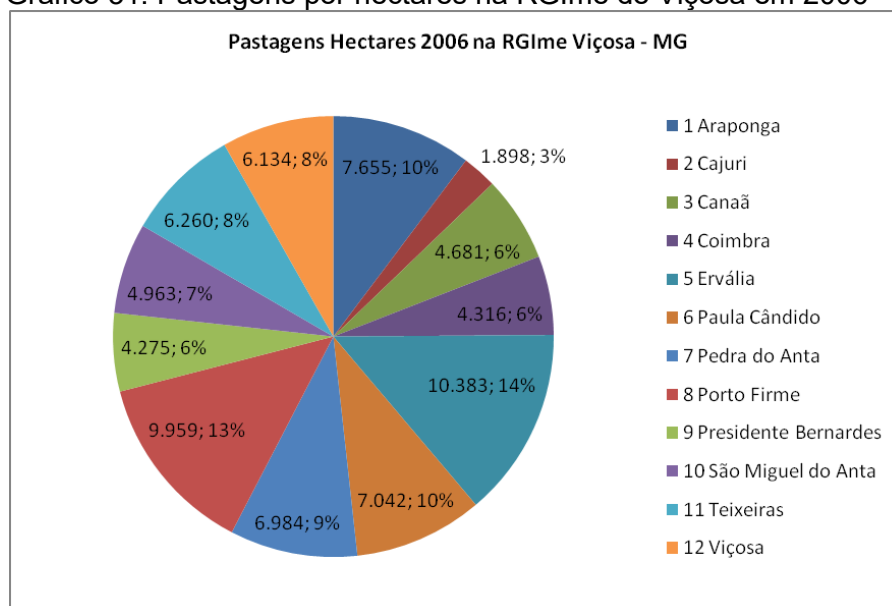
Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Gráfico 30: Pastagens por hectares na RGIme de Viçosa em 1996



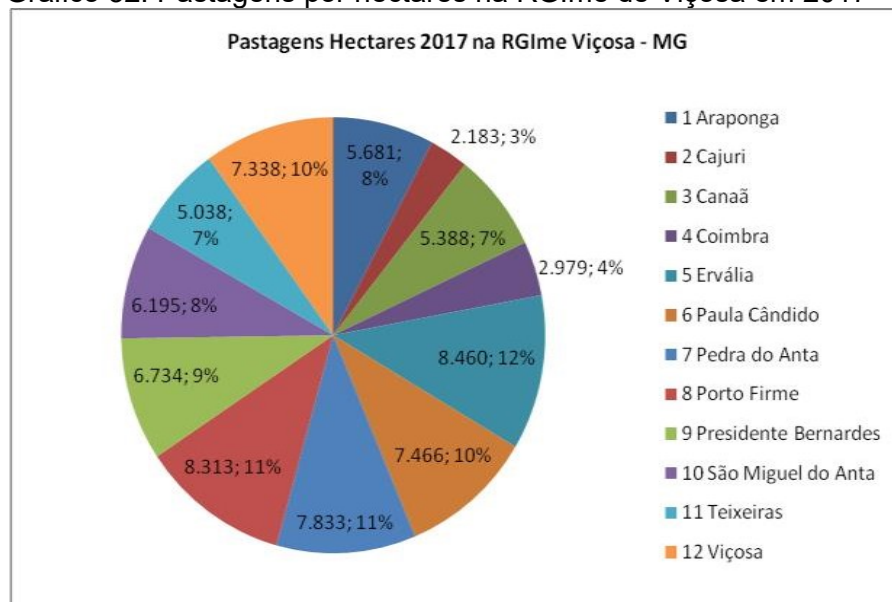
Fonte: IBGE (1996. Adaptação da autora).

Gráfico 31: Pastagens por hectares na RGIme de Viçosa em 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora).

Gráfico 32: Pastagens por hectares na RGIme de Viçosa em 2017



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora).

Os gráficos acima apresentam a análise por municípios e em períodos de 1996 a 2017 das variações nas áreas de pastagens. Mostram os municípios que aumentaram e os que reduziram as áreas de pastagens. Porém, no percentual geral, houve redução de área de pastagens no período de 1996 a 2017.

### 3.7 Cobertura vegetal

#### 3.7.1 Florestas

De acordo com o IBGE (2017b), florestas são áreas utilizadas como reserva mínima ou para proteção ambiental ou fins científicos e biológicos. As florestas são classificadas como naturais permanentes, reserva legal, florestas plantadas e sistemas agroflorestais.

Observa-se que houve um aumento nas áreas de florestas no decorrer dos períodos. No ano de 1996 havia 24 mil e 866 hectares de florestas. Entre o período de 1996 a 2006 aumentaram em 10% e no período de 2006 a 2017 registou-se um aumento de 35% em área de floresta, como mostra a Tabela 14, que traz a área total de florestas em hectares na RGIme de Viçosa. Considerando que na Zona da Mata de Minas Gerais o processo de ocupação iniciou-se com a retirada das florestas, a partir do século XIX, para dar lugar à cultura do café e, posteriormente, à pecuária, que é muito exigente na área, e que o reflorestamento é atividade pouco atrativa e não conta com investimentos, pode-se considerar o aumento da área florestal como um avanço importante em questão de meio ambiente.

Tabela 14: Florestas área total em hectares na RGIme de Viçosa

<b>Área total de florestas em hectares por ano</b>		
<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
24.866	27.331	36.806

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

A Tabela 15 mostra as florestas totais em hectares na RGIme de Viçosa por período (1996, 2006, 2017) e por município. Analisando a área total em florestas por evolução em municípios e em períodos, percebe-se que em relação ao período de 1996 a 2006 os municípios que reduziram sua área de floresta foram Canaã (28%), Paula Candido (7%), Pedra do Anta (34%), Presidente Bernardes (23%).

Em relação ao período de 2006 a 2017, os municípios que reduziram sua área de floresta foram Araponga (22%) e Teixeiras (33%).

Comparando o período de 1996 a 2017, houve um grande aumento nas áreas de florestas plantadas. Os municípios que apresentaram aumento na área total de

florestas em ordem crescente são: Coimbra (124%), Porto Firme (93%), Viçosa (88%), Cajuri (87%), Presidente Bernardes (70%), Paula Cândido (53%), São Miguel do Anta (49%), Ervália (26%), Teixeiras (24%), Pedra do Anta (9,4%), Araponga (1%). Somente o município de Canaã apresentou uma redução de 6% na área de florestas, considerando o período de 2006 a 2017. Mesmo apresentando uma variação de evolução nos períodos, os municípios apresentaram um aumento na área de florestas, com exceção o de Canaã.

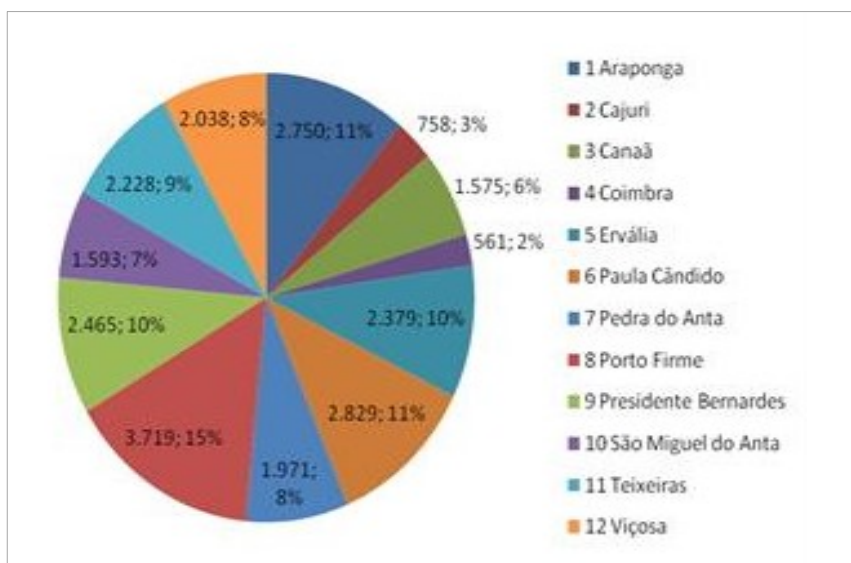
Tabela 15: Florestas área total em hectares na RGIme de Viçosa por período (1996, 2006, 2017) e por município

Número	Municípios	Florestas em hectares por ano		
		1996	2006	2017
1	Araponga	2.750	3.609	2.782
2	Cajuri	758	968	1.418
3	Canaã	1.575	1.110	1.486
4	Coimbra	561	917	1.256
5	Ervália	2.379	2.928	3.007
6	Paula Cândido	2.829	2.633	4.336
7	Pedra do Anta	1.971	1.304	2.157
8	Porto Firme	3.719	4.175	7.184
9	Presidente Bernardes	2.465	1.888	4.199
10	São Miguel do Anta	1.593	1.332	2.383
11	Teixeiras	2.228	3.971	2.772
12	Viçosa	2.038	2.496	3.826
--	<b>Total/hectares</b>	<b>24.866</b>	<b>27.331</b>	<b>36.806</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

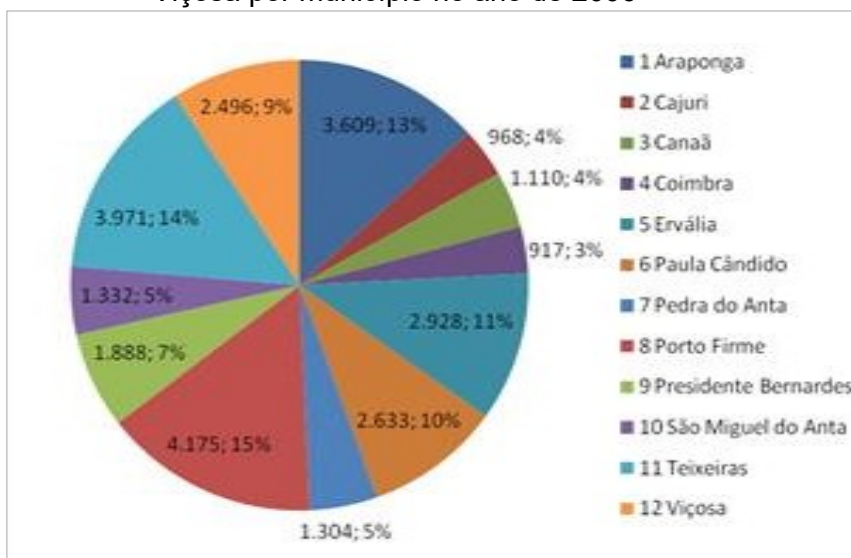
Os Gráficos 33, 34 e 35 apresentam a área total em hectares do RGIme de Viçosa por município nos anos de 1996, 2006 e 2017, neles verifica-se, em porcentagem, a distribuição das áreas de florestas.

Gráfico 33: Florestas por área total em hectares na RGIme de Viçosa por município no ano de 1996



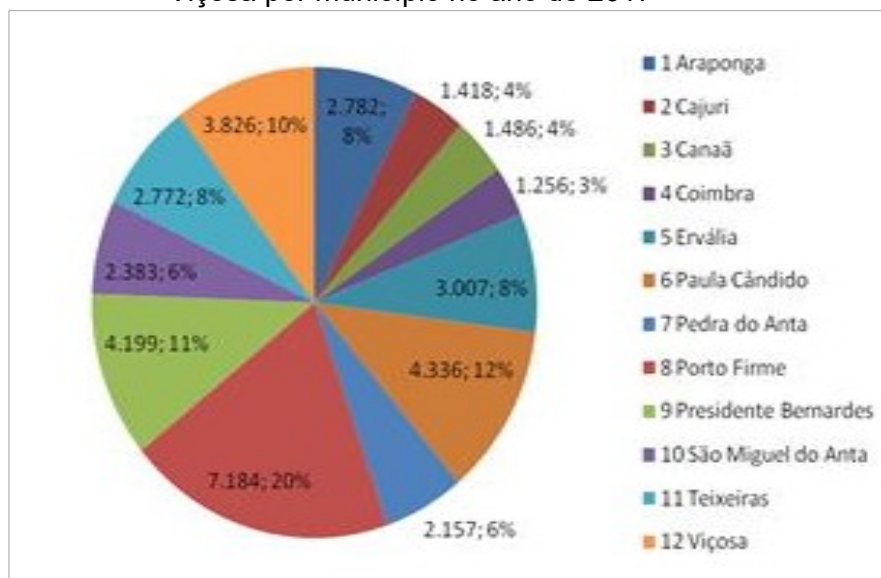
Fonte: IBGE (1996. Adaptação da autora)

Gráfico 34: Florestas por área total em hectares na RGIme de Viçosa por município no ano de 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora)

Gráfico 35: Florestas por área total em hectares na RGIme de Viçosa por município no ano de 2017

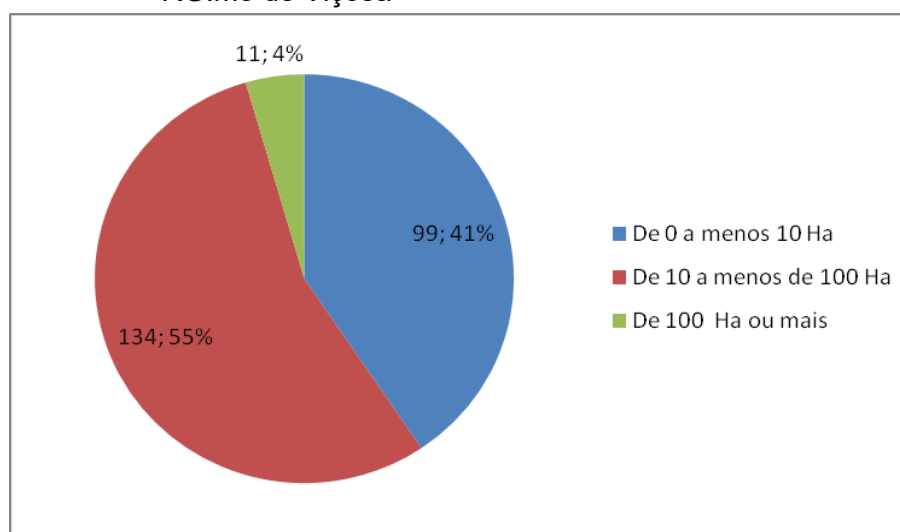


Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora)

Os gráficos acima apresentam as florestas totais em hectares na RGIme de Viçosa por período (1996, 2006, 2017) e por município e o aumento de área total em florestas no período de 1996 a 2017, destacando os municípios que reduziram e os que aumentaram suas áreas de floresta.

O Gráfico 36 apresenta o número de propriedades e florestas em hectares na RGIme de Viçosa. Observa-se que a maior concentração de florestas está nas propriedades de até 100 hectares, que juntas compõem 96% das áreas de florestas.

Gráfico 36: Número de propriedades e florestas em hectares na RGIme de Viçosa



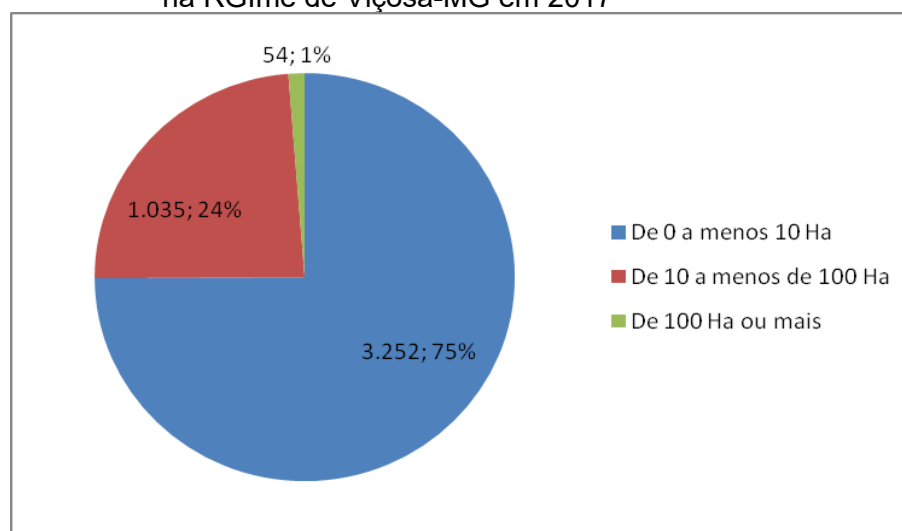
Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora)

### 3.7.2 Lavoura permanente na RGIme de Viçosa

A modalidade de lavoura permanente é caracterizada por cultura de longa duração, capaz de proporcionar colheita por vários anos consecutivos sem necessitar de novos plantios. O Gráfico 37 apresenta as áreas em hectares utilizadas para lavouras permanentes na RGIme de Viçosa em 2017. A partir dele percebe-se que a grande maioria da região intermediária de Viçosa é de pequenas propriedades, que, embora encaixem dentro dos quatro módulos fiscais, são agricultores familiares.

O gráfico traz informações somente das áreas até mil hectares, pois os dados relativos a áreas maiores não são relevantes para este estudo. Isso porque os estabelecimentos agropecuarios acima de mil hectares são em menor numero e grandes extensões de terra, portanto, não condizem com a agricultura familiar que é o objeto de estudo aqui.

Gráfico 37: Áreas em hectares utilizadas para Lavouras permanentes na RGIme de Viçosa-MG em 2017



Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora)

Na RGIme de Viçosa, de acordo com o IBGE (1996; 2006; 2017b), os principais cultivos da lavoura permanente são: café arábica, banana, laranja, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho.

De acordo o IBGE (2006), em hectares, os maiores produtores de banana da região são: Teixeiras, Ervália, Coimbra e Porto Firme. Já na produção de café arábica os maiores produtores são os municípios de Ervália, Araponga, São Miguel do Anta e Teixeiras, com uma diferença de mais de 50% dos outros municípios. Na produção de café canephora (*Robusta Conilon*), todos os municípios possuem um pouco de

produção, mas os maiores destaques são para Ervália, Cajuri, Presidente Bernardes, Pedra do Anta e Teixeiras. A produção de laranja aparece em todos os municípios. Porém, alguns produzem para o consumo e outros também para comercializar. Com a maior produção comercial em Viçosa, Cajuri, Coimbra e Teixeiras.

De acordo o IBGE (2017b), em 2017 os maiores produtores de banana de acordo com número de estabelecimentos são: Viçosa, Porto Firme, Teixeiras e Ervália. Já na produção de café arábica, os maiores produtores são os municípios de Ervália, Araponga, São Miguel do Anta e Teixeiras. Na produção de café canephora (*Robusta Conilon*), só aparece nos municípios Cajuri e Porto Firme. A produção de laranja aparece em sete municípios, tendo como a maior produção comercial em Coimbra, Cajuri, Viçosa e Teixeiras.

A área de lavoura permanente da RGIme de Viçosa apresenta uma redução, como mostra na Tabela 16. O total de lavoura permanente na RGIme de Viçosa, que em 1996 era de 29 mil e 993 hectares e diminui para 23 mil e 128 em 2017, representando uma redução de 6 mil e 865 hectares plantadas, correspondente à 23% da área.

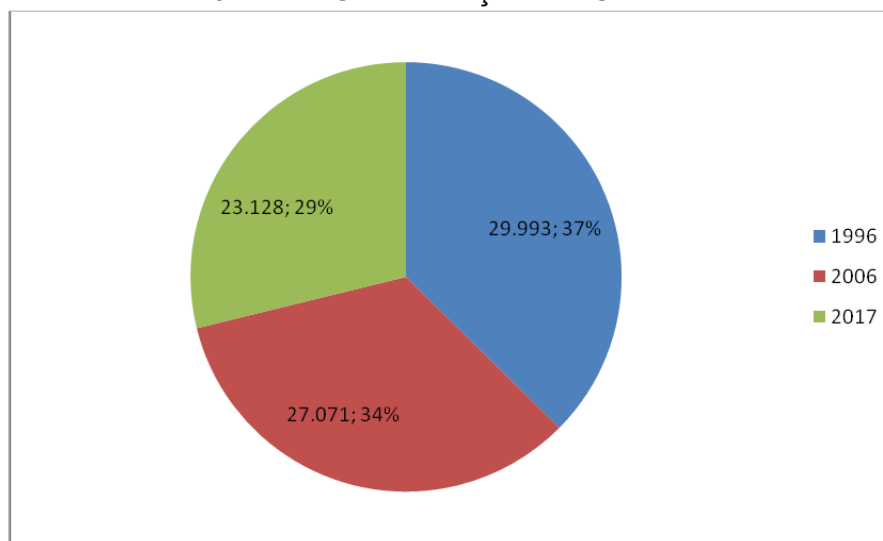
Tabela 16: Total de Lavoura Permanente na RGIme de Viçosa

<b>Lavouras permanentes em hectares</b>		
<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
29.993	27.071	23.128

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

O Gráfico 38 traz a lavoura permanente em hectares nos anos 1996, 2006 e 2017 na RGIme de Viçosa em porcentagens. Percebe se o decréscimo no total de áreas utilizadas em lavouras permanentes.

Gráfico 38: Lavoura permanente em hectares nos anos 1996, 2006 e 2017 na RGIme de Viçosa - MG



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

A Tabela 17 traz as lavouras permanente hectares nos anos de 1996, 2006 e 2017, na RGIme de Viçosa por municípios. Percebem-se as variações nas áreas entre os períodos. Analisando-se o período de 1996 a 2006, verifica-se que a grande maioria dos municípios regrediram em relação à quantidade de áreas de lavouras permanentes: Cajuri (28%), Canaã (36%), Coimbra (26%), Paula Cândido (23%), Pedra do Anta (71%), Porto Firme (23%), Presidente Bernardes (55%), Teixeiras (37%) e Viçosa (51%).

No período de 2006 a 2017, somente São Miguel do Anta e Ervália não apresentaram regressão no número de áreas de lavouras permanentes cultivadas. Dos municípios analisados, considerando o período de 1996 a 2017, São Miguel, Ervália e Araçuaia não regressaram no total de áreas de lavouras permanentes, são municípios se destacam na produção de café. Ervália e São Miguel em nenhum período regrediram em relação às áreas de lavouras permanentes.

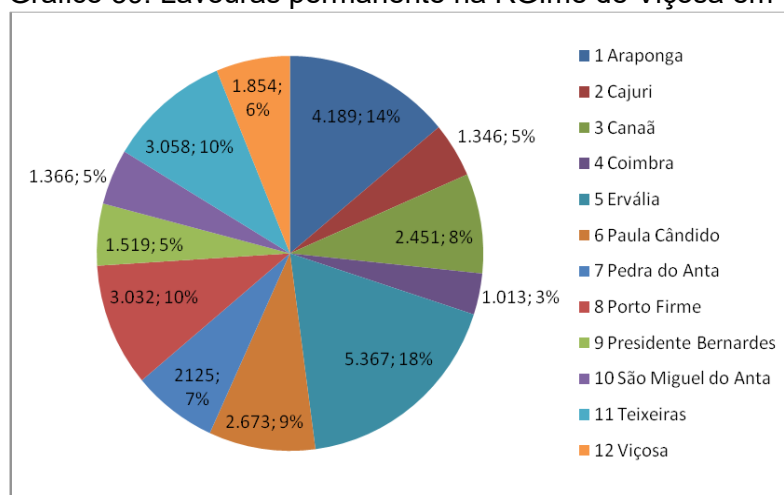
Tabela 17: Lavouras permanente em hectares na RGIme de Viçosa por municípios e por período

Lavouras permanentes em hectares				
Número	Municípios	1996	2006	2017
1	Araponga	4.189	5.537	5.339
2	Cajuri	1.346	968	855
3	Canaã	2.451	1.568	1.262
4	Coimbra	1.013	743	568
5	Ervália	5.367	6.414	6.828
6	Paula Cândido	2.673	2.067	1.434
7	Pedra do Anta	2125	616	344
8	Porto Firme	3.032	2.320	833
9	Presidente Bernardes	1.519	675	181
10	São Miguel do Anta	1.366	2.303	2.741
11	Teixeiras	3.058	1.919	1.191
12	Viçosa	1.854	1.941	1.552
--	<b>Total/hectares</b>	<b>29.993</b>	<b>27.071</b>	<b>23.128</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

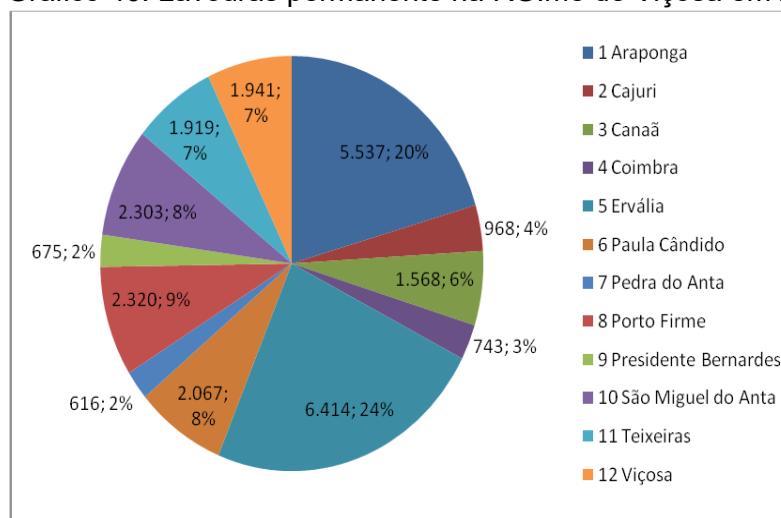
Os Gráfico 39, 40 e 41 trazem as lavouras permanentes em hectares nos períodos de 1996, 2006, 2017 na RGIme de Viçosa em porcentagem por municípios. Neles visualizam-se as variações nas áreas de lavouras permanentes por município.

Gráfico 39: Lavouras permanente na RGIme de Viçosa em 1996



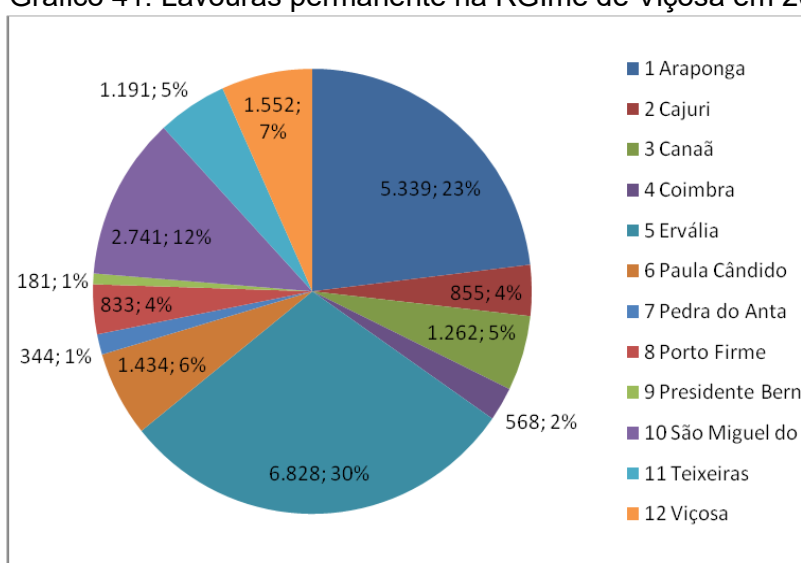
Fonte: IBGE (1996. Adaptação da autora)

Gráfico 40: Lavouras permanente na RGIme de Viçosa em 2006



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora)

Gráfico 41: Lavouras permanente na RGIme de Viçosa em 2017



Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora)

Os gráficos acima apresentam as lavouras permanentes em hectares nos períodos de 1996, 2006 e 2017 da RGIme de Viçosa em porcentagem por municípios suas variações nas áreas de lavouras permanentes por município.

### 3.7.3 Lavouras temporárias

A modalidade de lavoura temporária é caracterizada por cultura de curta ou média duração e que normalmente necessita de um novo plantio após a colheita. Os principais produtos cultivados na região Imediata de Viçosa, segundo o IBGE (2006;

2017b), são: abóbora, moranga, alho, amendoim, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, feijão, mamona, mandioca, melancia, milho grão e forrageiro.

Segundo o IBGE (2006) os principais destaques foram: cana de açúcar, feijão em grão, mandioca e milho. Sendo os maiores números de estabelecimentos com produtores de cana de açúcar: Viçosa, Porto Firme, Presidente Bernardes e Paula Cândido. A maior produção está em Coimbra, Paula Cândido, Presidente Bernardes e Viçosa. Em relação ao valor comercial, destacam: Paula Cândido, Coimbra, Canaã e Presidente Bernardes.

A produção de feijão tem como maiores produtores os municípios de Ervália, Araponga, São Miguel do Anta e Porto Firme. Em relação à quantidade, destacam-se os municípios de Coimbra, Cajuri, Viçosa e Teixeiras com produção muito expressiva. Os melhores valores comerciais estão nos mesmos municípios.

A mandioca é produzida em 11 municípios, apenas Cajuri não apresenta produção. Sendo o maior volume em estabelecimentos nos municípios de Ervália, Viçosa, Porto Firme e Teixeiras. Já a quantidade produzida em Araponga, Porto Firme, Coimbra e Ervália. Com o maior valor comercial nos mesmos estabelecimentos.

O milho é um produto de todos os municípios e o maior volume em estabelecimentos nos municípios de Ervália, Porto Firme, São Miguel do Anta e Presidente Bernardes. A quantidade produzida com um volume muito superior no município de Cajuri, seguido de Coimbra, Porto Firme e Viçosa. Os melhores valores comerciais também nos mesmos.

Em IBGE (2017b), os principais destaques foram: cana de açúcar, feijão em grão, mandioca e milho. Sendo os maiores números de estabelecimentos com produtores de cana de açúcar: Viçosa, Porto Firme, Presidente Bernardes e Teixeiras. A maior produção está em Viçosa, Ervália, Pedra do Anta e Presidente Bernardes. Valor comercial Pedra do Anta, Viçosa, Presidente Bernardes e Porto Firme.

A produção de feijão em grão é produzida em maior número por estabelecimentos de Ervália, Porto Firme, Araponga e Paula Cândido. Em relação à quantidade, destacam-se os municípios de Paula Cândido, Coimbra, Presidente Bernardes e Porto Firme com produção muito expressiva. Os melhores valores comerciais são em Coimbra, Paula Cândido, Presidente Bernardes e Porto Firme.

A mandioca é produzida em 11 municípios, apenas São Miguel do Anta não apresenta produção. Sendo o maior volume em estabelecimentos nos municípios de

Viçosa, Porto Firme, Paula Cândido e Teixeiras. A maior quantidade produzida é em Viçosa, Paula Cândido, Porto Firme e Coimbra. E o maior valor comercial nos mesmos estabelecimentos, com exceção de Porto Firme.

O milho é um produto de todos os municípios com o maior volume em estabelecimentos nos municípios de Ervália, Porto Firme, Presidente Bernardes e Araponga. A quantidade produzida nos municípios de Presidente Bernardes, Ervália e São Miguel do Anta e com os melhores valores comerciais também nos mesmos municípios.

O IBGE (2017b) apresenta uma nova modalidade que são as lavouras temporárias forrageiras com destaque para a cana-de-açúcar e o milho forrageiro. Os grandes produtores de cana-de-açúcar forrageira são os municípios de Presidente Bernardes, Porto Firme, Viçosa e Paula Cândido. A maior produção está em Viçosa, Presidente Bernardes, Porto Firme e Paula Cândido. O melhor valor comercial em Viçosa, Presidente Bernardes, Porto Firme e Pedra do Anta.

O milho é um produto produzido em todos os municípios com o maior volume em estabelecimentos nos municípios de Paula Cândido, Porto Firme, Viçosa e Presidente Bernardes. A quantidade produzida nos municípios de Paula Cândido, Porto Firme, Viçosa e Presidente Bernardes. Os melhores valores comerciais foram em Paula Cândido, Coimbra, Viçosa e Presidente Bernardes.

A Tabela 18 demonstra o total de lavouras temporárias por hectares na RGIme de Viçosa e apresenta a variação das lavouras temporárias. Percebe-se que no período de 1996 a 2006, as lavouras temporárias aumentaram 72,5%, ao passo que em 2006 a 2017, houve um decréscimo de 5% na área. Ao considerar o período de 1996 a 2017, verifica-se um aumento de 64% na área total de lavouras temporárias.

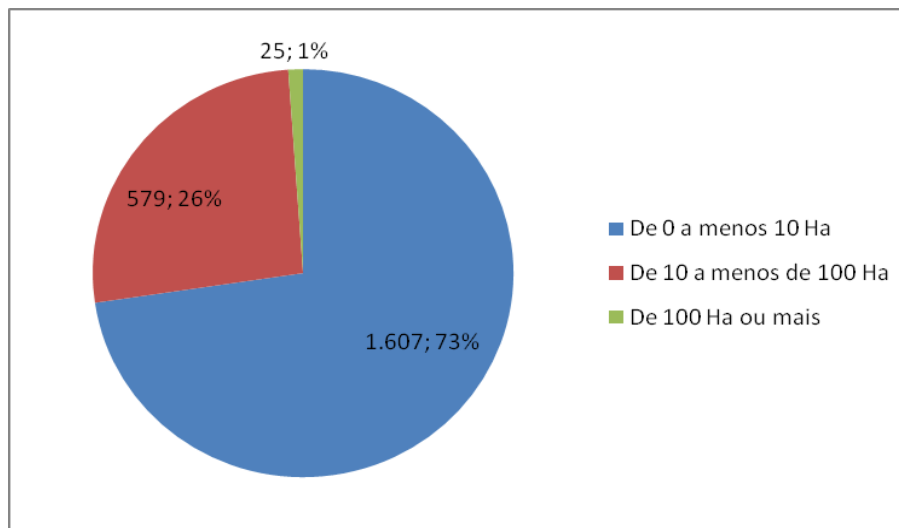
Tabela 18: Total de Lavoura Temporária na RGIme de Viçosa

<b>Lavouras temporárias em hectares</b>		
<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
7.039	12.145	11.527

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

O Gráfico 42 apresenta as lavouras temporárias por hectares. Verifica-se que em propriedades menores que 100 hectares o cultivo de lavouras temporárias equivale a 99%. E em propriedades de 100 hectares ou mais, 1%.

Gráfico 42: Lavouras temporárias por hectares

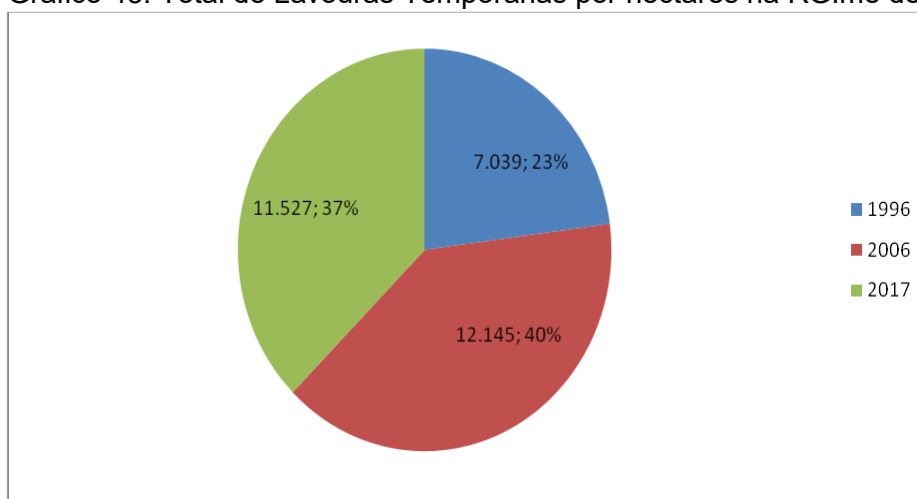


Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

O gráfico acima demonstra o total de lavouras temporárias por hectares existentes na RGIme de Viçosa, as variações das lavouras temporárias e um aumento na área total de lavouras temporárias.

O Gráfico 43 representa o total de lavouras temporárias por hectares e através dele, percebe-se que o período de 2006 foi o de maior expansão das lavouras temporárias da RGIme de Viçosa.

Gráfico 43: Total de Lavouras Temporárias por hectares na RGIme de Viçosa



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

A Tabela 19 trata das lavouras temporárias por hectares nos períodos de 1996, 2006, 2017 na RGIme de Viçosa. Analisando os municípios individualmente por

períodos, percebe-se que houve uma variação nas áreas de forma distinta em cada um. Se considerado o período de 1996 a 2006, o único município que apresentou redução na área foi Araponga. No período de 2006 a 2017, os municípios que apresentaram redução nas áreas foram Araponga (31%), Cajuri (15%), Canaã (15%), Ervália (21%), Porto Firme (9%), São Miguel (40%), Teixeira (10%), Viçosa (12%). No período de 1996 a 2017, os municípios que apresentaram redução nas áreas são Araponga (55%), Ervália (21,5%), São Miguel do Anta (22%).

Os municípios que aumentaram as áreas no período de 1996 a 2017 foram Cajuri (219%), Canaã (13%), Coimbra (168%), Paula Cândido (231%), Pedra do Anta (69%), Porto Firme (29%), Presidente Bernardes (175%), Teixeira (109%), Viçosa (184%) da área de lavouras temporárias

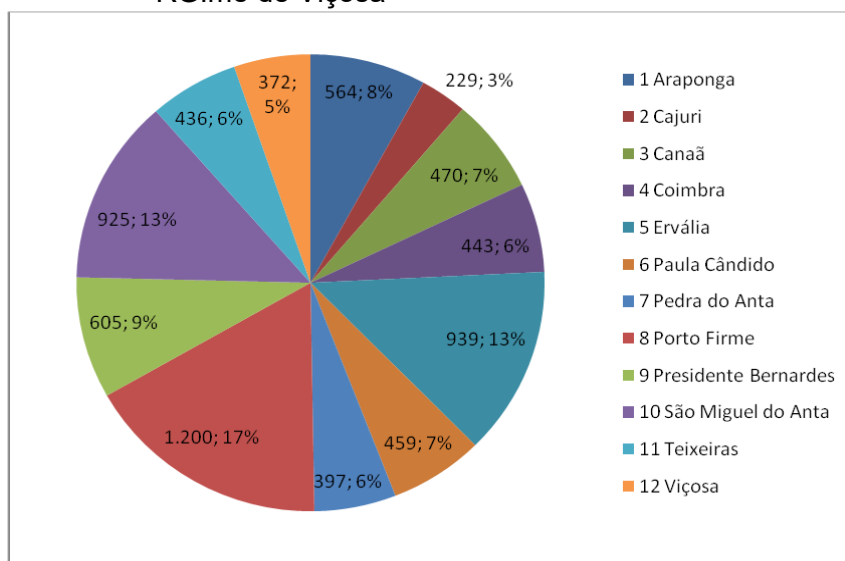
Tabela 19: Lavouras temporárias em hectares nos períodos de 1996, 2006, 2017 na RGIme de Viçosa

<b>Lavouras temporárias em hectares</b>				
<b>Número</b>	<b>Municípios</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
1	Araponga	564	367	251
2	Cajuri	229	868	731
3	Canaã	470	629	531
4	Coimbra	443	859	1.186
5	Ervália	939	1.115	737
6	Paula Cândido	459	1.245	1.520
7	Pedra do Anta	397	557	670
8	Porto Firme	1.200	1.711	1.551
9	Presidente Bernardes	605	1.387	1.665
10	São Miguel do Anta	925	1.192	718
11	Teixeiras	436	1.015	911
12	Viçosa	372	1.200	1.056
<b>Total/hectares</b>		<b>7.039</b>	<b>12.145</b>	<b>11.527</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

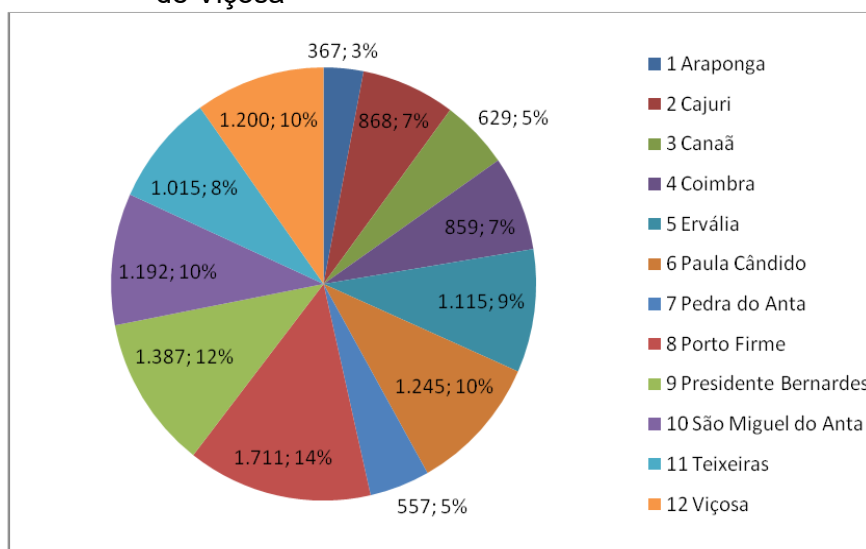
Os Gráficos 44, 45 e 46 apresentam as lavouras temporárias por períodos e por hectares, mostrando que houve um aumento nas áreas de lavouras temporárias por período e por municípios. Nota-se um aumento de 64% nas lavouras temporárias, considerando o período de 1996 a 2017.

Gráfico 44: Lavouras temporárias por hectares em 1996 na RGIme de Viçosa



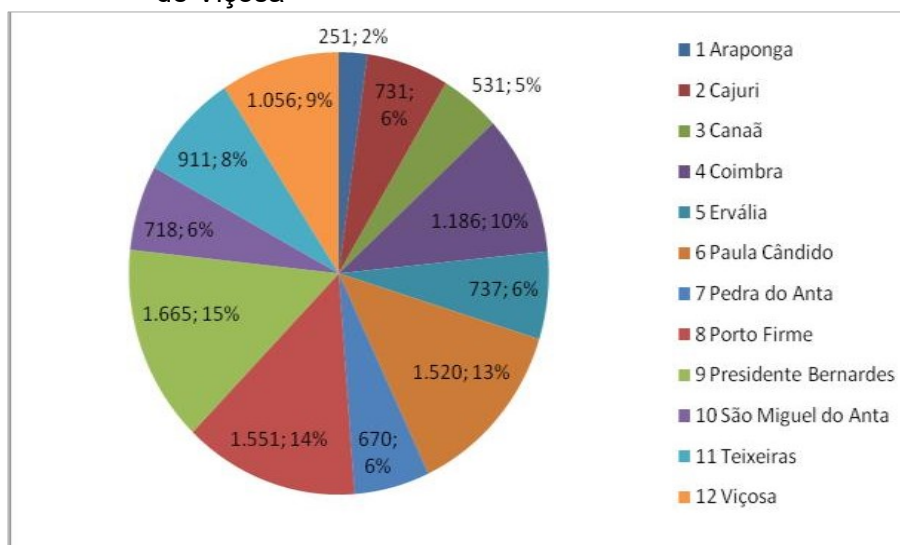
Fonte: IBGE (1996. Adaptação da autora)

Gráfico 45: Lavouras temporárias por hectares em 2006 na RGIme de Viçosa



Fonte: IBGE (2006. Adaptação da autora)

Gráfico 46: Lavouras temporárias por hectares em 2017 na RGIme de Viçosa



Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

Os gráficos acima apresentam as lavouras temporárias por hectares nos períodos de 1996, 2006, 2017 da RGIme de Viçosa, destacando os municípios individualmente por cada período. Percebe-se que houve uma variação nas áreas de forma distinta em cada um e uma redução total nas áreas plantadas de lavouras temporárias.

### 3.8 Perfil do produtor que ocupa os estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa

#### 3.8.1 Assistência técnica e crédito

A grande maioria dos produtores que ocupa os estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa não recebe assistência técnica, aproximadamente 78%, e apenas 22% recebem assistência técnica. Segundo o IBGE (2006; 2017b), os municípios que mais recebem assistência técnica são Porto Firme, Ervália, Viçosa e Presidente Bernardes. E os que menos recebem assistência técnica são Ervália, Araponga, Porto Firme e Presidente Bernardes.

Segundo o IBGE (2006; 2017b), a adubação é feita pelos produtores nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa, porém, os municípios que apresentam o maior número de adubação realizada são Ervália, Araponga, Porto Firme e Presidente Bernardes. E os que menos realizaram foram: Porto firme, Viçosa,

Paula Cândido e Teixeiras.

Segundo o IBGE (2006; 2017b), a utilização de agrotóxicos é comum pelos produtores nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa, todos os estabelecimentos utilizam. Porém, Ervália se destaca com um número muito grande de propriedades que utilizam agrotóxicos, chegando a ser aproximadamente 150% superior ao segundo colocado que é Paula Cândido. Em relação aos outros, a diferença é ainda maior. Já os que não utilizam veneno são o município de Araponga, o que menos utilizou, seguido de Ervália, Porto Firme e Viçosa.

Os financiamentos/empréstimos, segundo o IBGE (2006; 2017b), aparece nos estabelecimentos agropecuários de todos os municípios da RGIme de Viçosa, sendo Ervália, Araponga, São Miguel do Anta e Cajuri os que mais obtiveram empréstimos. Já o maior número de propriedades que não obtiveram empréstimos está nos municípios de Ervália, Araponga, Porto Firme e Viçosa.

Esses financiamentos em geral são o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e o Pronaf, programas que repassam como empréstimos recursos do Plano Safra para serem investidos na produção rural em todo o Brasil. Contam com diversas linhas de crédito para investimento e custeio. A diferença entre eles é que o Pronaf atende à agricultura familiar e o Pronamp atende a agricultores de médio porte (IBGE, 2017b).

O Pronaf é uma linha de crédito muito acessada na região. Ela permite o financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar. Os mais acessados no programa de crédito rural do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na RGIme de Viçosa são o Pronaf Microcrédito (Grupo "B"), que é o financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham renda bruta familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e Pronaf "V": agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil (IBGE, 2017b).

Segundo o IBGE (1996, 2006 e 2017b), o pessoal que trabalha nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa é em sua maioria pessoas do sexo masculino, perfazendo um número de 139 mil e 289 hectares, e do sexo feminino, um montante de 10 mil e 922 hectares, número bem inferior.

Esses números podem ser observado na Tabela 20, que apresenta a quantidade de estabelecimentos agropecuários em que os proprietários são pronafianos e não pronafianos nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa em 2017 e nas unidades produtivas da RGIme de Viçosa. O acesso de quase 100% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar ao Pronaf demonstra o perfil da agricultura da RGIme de Viçosa, com números muito expressivo. Do total de 6 mil e 645 estabelecimentos, somente 22 não são pronafianos ou 0,3% do total. O restante, que corresponde a 6 mil e 623 das propriedades, ou seja, 99,6% delas, são pronafianos. Esses números mostram a importância do investimentos em política pública para o desenvolvimento da agricultura familiar. Dessas propriedades 65,5% dos proprietários acessam o Pronaf B e 34,5% acessam o Pronaf V.

Tabela 20: Produtores pronafianos e não pronafianos nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa 2017

Proprietários(as)	Número de estabelecimentos agropecuário da RGIme de Viçosa		
	Acesso ao Pronaf B	Acesso ao Pronaf V	Não pronafianos
Homens	3614	2162	22
Mulheres	722	125	0
Total	4.336	2.287	22

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

A Tabela 21 traz o número total de área em hectares de terras trabalhadas por homens e mulheres da agricultura familiar que acessam o Pronaf da RGIme de Viçosa. Verifica-se que em geral é grande a diferença do número de acessos realizados por homens e mulheres ao Pronaf, chegando a uma diferença de 90,5% de homens e apenas 9,5% de mulheres, apresentando que a agricultura na região é praticada, na sua grande maioria, por homens (IBGE, 2017b), tanto pela área cultivada quanto pelo número de acessos.

Tabela 21: Área de terras trabalhadas que acessam o Pronaf na RGIme de Viçosa (2017)

	<b>Área em hectares</b>
Homens	69.000
Mulheres	7.262
<b>Total</b>	<b>76.262</b>

Fonte: IBGE (1996; 2006; 2017b. Adaptação da autora)

A RGIme de Viçosa conta com 132 mil e 832 hectares ocupados na agricultura pertencentes ou não a categoria de agricultura familiar. A Tabela 22 apresenta o número total de hectares ocupados por agricultores nos estabelecimentos agropecuários que pertencem a agricultura familiar e os que não pertencem à categoria de agricultura familiar. Desse total, 43% das áreas são de propriedades cujo título pertence a homens e não pertence à agricultura familiar e 57% pertence à agricultura familiar, demonstrando que a agricultura familiar prevalece na RGIme de Viçosa. Outro dado importante é que, embora a agricultura seja considerada um atividade masculina, na agricultura familiar o trabalho das mulheres aparece com 9,5% de participação como proprietárias.

Tabela 22: Hectares de estabelecimentos agropecuários que pertencem ou não à agricultura familiar (2017)

	<b>Áreas ocupadas na agricultura em hectares</b>		
	<b>Pertencem à agricultura familiar</b>	<b>Não pertencem à agricultura familiar</b>	<b>Total de área da agricultura</b>
Homens	56.570	69.000	132.832
Mulheres	0	7.262	
<b>Total</b>	<b>56.570</b>	<b>76.262</b>	

Fonte: IBGE (2017b. Adaptação da autora)

As tabelas acima apresentam o número de estabelecimentos agropecuários em que os proprietários em sua maioria não recebe assistência técnica, e a adubação é realizada nos cultivos pelos próprios produtores nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa sem orientação de um técnico.

Também a utilização de agrotóxicos é muito comum pelos produtores nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa.

A maioria dos produtores dos estabelecimentos agropecuários acessa aos

financiamentos/empréstimos que em geral são o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e o Pronaf. Esses acessos na maioria das vezes são realizados por homens, e as mulheres representam uma pequena parcela.

A grande diferença entre homens e mulheres, 90,5% de homens e apenas 9,5% de mulheres, demonstra que a agricultura é praticada por uma grande maioria masculina. Por outro lado, é importante dizer que embora a agricultura seja considerada masculina, na agricultura familiar o trabalho das mulheres se apresenta com 9,5% de participação como proprietárias e são pronafianos nos estabelecimentos nas agropecuárias da RGIme de Viçosa (IBGE, 2017).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da coleta, tabulações, observações e análises dos dados censitários do censo agropecuário confeccionados dos períodos 1996, 2006 e 2017 do IBGE, percebeu-se que a estrutura fundiária da RGIme de Viçosa perpassa por variações no número, área e formas de utilização das propriedades e a condição legal do produtor.

Essa variação na área ocupada dos estabelecimentos agropecuários foi notada e apresentou um aumento no número de estabelecimentos de até 10 hectares e nos de 100 ou mais, já a média dos estabelecimentos apresentou um aumento de 57% nos menores de 10 hectares e a área ocupada um acréscimo de 6%.

A RGIme de Viçosa apresentou uma distribuição desigual dos estabelecimentos de forma mais intensa em alguns períodos e municípios e menores em outros. Em alguns casos houve aumento na área das propriedades em determinados municípios, caracterizando a concentração de terras e a má distribuição. Porém, a estrutura fundiária se mantém.

Destaca-se que ao diminuir os estabelecimentos de médio porte, concentram-se ainda mais as terras nos grandes estabelecimentos. Essa distribuição desigual da terra ocorre enquanto a concentração, a mecanização agrícola e a utilização de agrotóxicos e os monocultivos em muitos casos acabam expulsando as pessoas que são substituídas por máquinas e criação de gado. Isso pode ser percebido na quantidade de hectares de terras necessários para uma ocupação, pois onde há pouca terra, há muita gente trabalhando. E onde há muita terra, há pouca gente trabalhando.

Em relação à condição do produtor, a grande maioria é proprietário, mas também existem parceiros, ocupantes e arrendatários.

A agricultura apresenta influências e tendências de produção, com variação de alguns municípios da RGIme de Viçosa, uns mais fortes na agricultura e outros na pecuária. A demonstração de que há produção de uma grande diversidade de produtos nessa região aparece nos levantamentos censitários do IBGE em todos os períodos analisados, mas, principalmente no período de 2006 a 2017.

A maioria das áreas dos estabelecimentos é utilizada para residência do produtor, pastagens, florestas, lavouras permanentes e temporárias.

A agricultura familiar possui um grande tempo de existência e uma variação de produção ao longo do tempo. Para isso, vem sofrendo modificações devido às

necessidades de cada população, que vai se adaptando e buscando a cada dia a superação do modo de vida capitalista para conseguir permanecer no campo.

A perda de mão de obra fez com que a modernização da agricultura familiar fosse inevitável. A mecanização vem aumentando na maioria das propriedades e é encontrada principalmente em pequeno porte, pois é acessível às pequenas propriedades. Esse fator que vem contribuindo com os agricultores e agricultoras familiares, facilitando o trabalho e o aumento da produção na RGI de Viçosa. Consequentemente há um grande uso de defensivos agrícolas na agricultura da região.

Essa perspectiva de modernização traz preocupação de uma boa parcela de agricultores e estudiosos, pois a forma de fazer agricultura através da utilização inadequada da terra gera a degradação do solo, assoreamento dos córregos e rios, causando impactos ambientais.

Essas mudanças e adaptações fizeram com que a agricultura passasse a dar lugar aos novos sistemas de produção. Apesar disso, muitos ainda trabalham no sistema convencional, e a cada dia cresce mais o movimento dos agricultores preocupados em produzir levando em conta a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Essa retomada da agricultura quanto ao sistema convencional que vem sendo desenvolvida na região ao longo dos anos ganhou nome e reconhecimento, sendo denominada de agroecologia. Ela é uma alternativa que tem se apresentado viável para a produção agrícola sustentável na região e é percebida com a distribuição das terras, que se apresenta de maneira mais forte em alguns municípios. Esse fortalecimento se deu através do trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais vinculados à agricultura familiar da região. São produtores e familiares que se dedicam a pensar práticas alternativas de preservação e produção agroecológica.

A agroecologia foi criando suas redes de desenvolvimento e fortalecimento. Isso fez com que ela obtivesse o reconhecimento através da criação do polo agroecológico e sua legalidade.

Percebe-se que os proprietários de estabelecimentos agropecuários da RGI de Viçosa em sua maioria não recebe assistência técnica. Sendo assim, a realização de suas práticas de produção, manejo e adubação são por conta própria. Também a utilização de agrotóxicos é muito comum nos estabelecimentos agropecuários da RGI de Viçosa devido à falta de orientação e assistência técnica.

A grande maioria dos produtores dos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa acessa aos financiamentos/empréstimos, em geral o Pronamp e o Pronaf. Esses acessos em sua maioria são realizados por homens, as mulheres representam uma pequena parcela nesse acesso.

Existe uma grande diferença entre homens e mulheres que praticam a agricultura na região, chegando a 90,5% de homens e 9,5% de mulheres. Essa realidade apresenta uma agricultura basicamente praticada por homens, mas, embora a agricultura seja considerada masculina, a agricultura familiar apresenta o trabalho das mulheres com 9,5% de participação e como proprietárias, também pronafianas nos estabelecimentos agropecuários da RGIme de Viçosa (IBGE, 2017).

Portanto, os números apresentam uma região que é da agricultura familiar, pronafiana e masculina, a qual apresenta um percentual minúsculo de terras se comparadas às grandes concentrações de terras em poucos estabelecimentos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. D. P.; LAGO, L. A. C. D. **A economia brasileira no Império, 1822-1891**. 2001. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclcfindmkaj/https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td584.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro?. **Terra livre**, n. 15, p. 87-112, 2000.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Conversión agroecológica de sistemas convencionales: teoría, estrategias y evaluación. *Enero*, v. 16, n. 1, abr. 2007. Disponível: <https://www.revistaecosistemas.net/index.php/ecosistemas/article/view/133>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALVES, M. A. A conquista da terra: (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga-MG. **Mana**, v. 12, p. 269-283, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Downloads/ZANA/Conquista%20de%20terra.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023
- ARRAZ, Rafael Miranda. **Ordenamento Fundiário de Conceição do Araguaia-Pará: evolução do desmatamento no município e nas áreas de assentamentos rurais**. 2022. 128f. Tese (doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4824>. Acesso em: 20 abr. 2023
- ASSIS, G. G. D. **Conhecer Araponga**. Araponga: Jard Produções Gráficas Ltda, 2003.
- BARROS, S. F. D. S. Da Zona Da Mata/MG à Região Geográfica Intermediária de Juiz De Fora/MG: Continuidades e discontinuidades nas propostas de regionalização do IBGE. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG, v. 22, n. 80, p. 15-33, abr. 2021.
- BIDERMAN, M. T. C. Aurélio: sinônimo de dicionário. **Alfa: Revista de linguística**, São Paulo, v. 44, p. 27-55, 2000.
- BRITO, F.; SOARES, M.; FREITAS, A. Os dilemas da dicotomia rural-urbano: algumas reflexões. In: ENCONTRO DE ECONOMIA MINEIRA DE DIAMANTINA, 11. 2004. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, 2004.
- BRÜGGER, S. M. J. **Minas patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2007.
- BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de**

**Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/issue/view/102>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21**. A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

CALDART, R. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. In: PIRES, J. H., Novaes, H. T., MAZIN, A., LOPES, J. (OrgS.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.v.III.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de; JOB SCHMITT, Cláudia. Rede de relações sociais e arranjos institucionais da agricultura familiar na Zona da Mata em Minas Gerais, Brasil: novas formas de governança nas políticas públicas? **GIGAPP Estudos Working Papers**. N. 74, p. 379-398. 2017. Disponível em: <https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/81>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CAMPOS, A. P. T. de **Conquista de terras em conjunto**: Redes sociais e confiança. A experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG. 2006. 102f. Dissertação (Mestrado em Instituições Sociais e Desenvolvimento, Cultura, Processos Sociais e Conhecimento) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

CAMPOS, A. P. T.D.; FERRARI, E. A conquista de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e Agroecologia. **Agriculturas**, v. 5, n. 4, p. 8-12, dez., 2008.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira; FREIRE, Fátima de Souza; GONÇALVES, Andréa de Oliveira. Ranking socioeconômico e ambiental dos municípios mineiros e uma análise comparativa entre suas extremidades. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 11, n. 2, p. 59-75, 2021.

CARDOSO, I. M. *et al.* Educação do campo e agroecologia ecoam na Zona da Mata Mineira. In: HALISKI, Antônio Marcio *et al.* (Orgs.). **Saber e fazer agroecológico**. Curitiba: Crv, 2021. p. 17-29.

CARNEIRO, P. A. S. *et al.* Transformações sócio regionais decorrentes da consolidação e modernização da cultura do café no Cerrado Mineiro. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 491-505, set.-dez. 2005.

CARNEIRO, P. A. S. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). 2008. 278f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - o Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

CARNEIRO, F. F. *et al.* **Dossiê da Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 98p.

CARNEIRO, P. A. S. , MATOS, R. E. S. Geografia histórica da ocupação da Zona da

Mata Mineira: acerca do mito das “Áreas Proibidas”. In: SEMINÁRIO DE DIAMANTINA. 20. 2010. **[Anais...]** Diamantina: UEMG, 2010. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A081.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003. p. 26.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **Contag**: 50 anos de luta por Reforma Agrária, trabalho e dignidade. 2013. Disponível em: [http://www.contag.org.br/arquivos/portal/GTB%202013\\_PAUTA%20GOVERNO.pdf](http://www.contag.org.br/arquivos/portal/GTB%202013_PAUTA%20GOVERNO.pdf). Acesso em: 27 nov. 2023.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org.): **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria; Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

CRUZ, Gabriela Abreu Campos da. **O acesso ao Pronaf**: um estudo de caso dos agricultores familiares participantes da feira livre do município de Viçosa-MG. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Agronegócios) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2021.

CUNHA, W. A. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Letras e Artes) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. 150 p.

DE FARIA, J. P. R.; REZENDE, M. A. P. Casa de escravo na paisagem mineira: textos e imagens. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 18, n. 26, p. 233-249, 2011.

DELGADO, G. C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul.-set. 2001

DORNELAS, Rafaela Silva; LOPES, Leandro de Souza; SOUZA, Natália Alemeida; ELTETO, Yolanda Maulas; CARDOSO, Irene Maria. Um trem chamado comboio: caminhos da rede de agroecologia no sudeste. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, n. Espe., p. 18-30, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49988?articlesBySimilar>

arityPage=29. Acesso em: 25 abr. 2023.

ESAL, L.; BANDEIRA, A. L. **Uso da terra na Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1971. Série Convênio IPEA/UFV.

EMPRES BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

EMPRES BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Trajetória da agricultura brasileira**. In: EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FARIA, G. J. A.D.; FIÚZA, A. L. D. C.; RODRIGUES, N. B. Características sócio demográficas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários em regiões empobrecidas: o caso da Zona da Mata Mineira. **Colóquio, Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat**, Taquara/RS, v. 19, n. 2, abr.-jun., 2022.

FERREIRA, E. P. D. **Contribuição sócio- econômica e cultural da conquista de terra na comunidade do Novo Horizonte** - Araponga, MG. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2017.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Juventudes do campo e agroecologia: a condição juvenil camponesa na Zona da Mata de Minas Gerais**. 2021. 298f. (Mestrado em Educação) Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói – RJ, 2021. p. 87,102,103,109.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FONSECA, Carla Weis da Silva. **Entre flexibilização e precarização: evoluções recentes no mercado de trabalho do Brasil contemporâneo**. 2022. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal).

FORTINI, R. M. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado de Minas Gerais: a partir dos dados do censo agropecuário 2017**. Viçosa, Minas Gerais: IPPDS, UFV, 2021

FREITAS, Alair Ferreira de. **A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira**. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciência) – Universidade Federal de Viçosa, 2011.

GALINARI, T. N.; BORGES, R. E.; FIÚZA, A. L. D. C. Modernização agrícola e produção tecnológica: empresas incubadas e graduadas pelo centro tecnológico de desenvolvimento regional de Viçosa- MG. **Scientia agrária**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 239- 243, maio-jun, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas,

2002

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record; 2004.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 52, suplemento 1, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf#>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 199-1996**. 1996. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-1995-1996>. Acesso em: 08 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 08 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017a. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017a. 80p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Araponga. Resultados Definitivos. 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araponga/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 08 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Espaço Rural**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro>. Acesso em: 08 fev. 2023.

JUNGMANN, R. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: Incra/FAO, 2000.

LARANJEIRA, Nina Paula et. al. Para uma ecologia de sabers: trajetória da construção do conhecimento agroecológico na Associação Brasileira de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. Esp., p. 65-79, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/issue/view/2705>. Acesso: 20 abr. 2023.

LAMAS, F. G. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**, n. 8, 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01>

/ . Acesso em: 10 mar. 2023

LAMAS, F. G.; SARAIVA, L. F.; ALMICO; R. D. C. D. S. **A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma Historiografia**. 2003. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_fernando\\_lamas\\_luiz\\_fernando\\_saraiva\\_rita\\_almico\\_-a-zona-da-mata-mineira-subsidios-para-uma-historiografia.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.abphe.org.br/arquivos/2003_fernando_lamas_luiz_fernando_saraiva_rita_almico_-a-zona-da-mata-mineira-subsidios-para-uma-historiografia.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

LIMA, Amanda de Andrade *et al.* **O Direito Constitucional à saúde e as repercussões dos retrocessos na legislação brasileira de agrotóxicos**. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pósgraduação em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2023.

LISBOA, S. S. **Da migração a não-migração: o exemplo de pequenas cidades da Zona da Mata Mineira**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de PósGraduação do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, MG: UFMG, 2008.

LUNA, Emmanuel Paulino. **“Os pobres possuirão a terra”(sl 37, 11): um olhar histórico-social sobre a formação da comissão pastoral da terra na Paraíba**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13327?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13327?locale=pt_BR). Acesso em: 20 mar. 2024.

MACENA, Luzinete; VILA, Nhaára. Etnobotânica e a adoção de práticas agroecológicas segundo a percepção dos assentados do assentamento Palmares. **Biodiversidade**, v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/9991>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, p. 21-33, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos avançados**, v. 15, p. 31-36, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GzxymmStTdtPxScJPQFJPKH/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MELO, G. D. A. C. **A utilização de Sgis na elaboração de zoneamento urbano: o caso do trecho Santo Antônio, em Viçosa (MG) – Teixeira (MG)**. 2021. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, 2021.

MELLO, Marno. **O processo de modernização da agricultura brasileira e suas relações sociais no município de Marau (RS)-1930-2020**. 2022. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2022. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2518>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MENUNCIN, Ricardo; WARKEN, Darlei Alan; IMMICH, Aloísio. Administração no agronegócio familiar. 2015. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle\\_eventos/ce\\_producao/20151026-173501\\_arquivo.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/20151026-173501_arquivo.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

MERCADANTE, P. **Os sertões do leste**. Estudo de uma região: Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MINAS GERAIS. Lei n. 23.207, de 27 de dezembro de 2018. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Região da Zona da Mata. **Minas Gerais Diário Oficial do Executivo**, 28 dez. 2018, p. 2. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/23207/2018/#:~:text=Institui%20o%20Polo%20Agroecol%C3%B3gico%20e,regi%C3%A3o%20da%20Zona%20da%20Mata>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MUÑOZ, H.; OLIVEIRA, O. D. A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

POLLETO NETTO, Christiano. **Governança agroecológica e o papel do Estado**. Estudo de caso do Pólo Agroecológico da Zona da Mata no Brasil. 2020/2021. Dissertação. (Mestrado) Université Paul Valéry – Montpellier III, 2021.

OLIVEIRA, A. U. D. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/i/2001.v15n43/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

OLIVEIRA, S. L. D. **O legado da agricultura familiar em meio a Pandemia da Covid-19: uma análise do projeto “Ação de Solidariedade” do Centro de Tecnologias Alternativas**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, 2021.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/367>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PAIVA, D. M. D.; ALVES, C. R; GOMES. S. P. A agricultura familiar como alternativa sustentável: para um aprimoramento conceitual. **Revista Gestão em Foco**, n. 11, p. 11-24, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/03/002-A-AGRICULTURA-FAMILIAR-COMO-ALTERNATIVA-SUSTENT%C3%81VEL-PARA-UM-APRIMORAMENTO-CONCEITUAL.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18455>. Acesso em: 20 mar. 2023

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/267723649\\_As\\_Maos\\_que\\_Alimentam\\_a\\_Nacao\\_agricultura\\_familiar\\_sindicalismo\\_e\\_politica](https://www.researchgate.net/publication/267723649_As_Maos_que_Alimentam_a_Nacao_agricultura_familiar_sindicalismo_e_politica). Acesso em: 20 abr. 2024.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revisa de economia e sociologia rural**, v. 52, suppl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PONTES, N. **Quem produz os alimentos que chegam à mesa do brasileiro**. Site Deutsche Welle. Made for Minds. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/quem-produz-os-alimentos-que-chegam-%C3%A0-mesa-do-brasileiro/a-42105492>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PRIORI, A., *et al.* A modernização do campo e o êxodo rural. In: PRIORI, A., *et al* **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. pp. 115-127. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/<https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos antos (Ed.). **Revoltas escravas no Brasil**. Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Bernard Constantino; FIGUEREDO, Guilherme Augusto dos Santos; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A Insurgência Decolonial Frente a Negação do Diferente e (Re) Constituição de um Novo Direito a partir da Emersão das Camadas Sociais Marginalizadas. **Revista Jurídica Luso-Brasileira, Ano**, v. 5, 2019. Disponível em: <https://www.cidp.pt/publicacao/revista-juridica-lusobrasileira-ano-5-2019-n-2/188>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2017.

RIBON, Rômulo; LAMAS, Ivana Reis; GOMES, Henrique Belfort. A fauna da Zona vida Mata de Minas Gerais: municípios de Goianá e Rio Novo, com alguns registros para Coronel Pacheco e Juiz de Fora. **Revista Árvore**, v. 28, p. 291-305, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/n8m7kMtBX39R6KjpsNyxMMM/#>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividades: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **En Cuad. Desarro. Rural**, Bogotá, 8 (67): 231-249, 2011.

ROCHA, F. E. D. C.; PADILHA, G.; **Agricultura Familiar**: Dinâmica de grupo aplicada às organizações de produtores rurais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. 172p. Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/567995/1/rocha01.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

ROCHA, R. J. D. S.; CABRAL, J. P. C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Produção acadêmica**, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2963/9286>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil Colonial: o Ciclo do Ouro, c. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina Colonial**, v. II. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004. p. 471-525.

SANTOS, Reginaldo Gouveia dos. **Impactos sócio-ambientais à margem do rio São Francisco: um estudo de caso**. 2008. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SARON, Flávio de Arruda. **A expansão do setor sucroenergético no Oeste do Estado de São Paulo e os impactos para a agricultura familiar no Pontal do Paranapanema e no Extremo Noroeste Paulista**. 2018. 362f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/888a9c21-7059-433c-af16-e1ea7b4cdca6>. Acesso em 20 de mar. 2024.

SCARATO, L. C. *et al.* **Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

SCHMITT, C. J. A transformação das “Idéias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, v. 15, n. Esp., 2016, p. 16-48. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2491>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/issue/view/579>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SIGNATES, Nayane Ferreira Silva. **Reforma agrária e função social da terra**. Monografia. (Curso de Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2022.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SILVA, M. M. F. Geografia dos transportes no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 407-439, jul. 1940.

SILVA, H.; MONTE-MÓR, R. L. M. Modernização Agrícola e Padrões de Desenvolvimento Urbano em Minas Gerais: Uma Tipologia a Partir de Técnicas de Análise Multivariada. In: SEMINÁRIO DE DIAMANTINA. 16. 2010. **[Anais...]** Diamantina: UEMG, 2006. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2006/D06A073.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SILVA, Valcilene Rodrigues da. A complexidade da agroecologia no caminho para agroecossistemas e sociedades sustentáveis: uma mirada desde o semiárido de Pernambuco. 2021. 412f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

SILVEIRA, M. Â. D. **Ideologia da modernização e suas Implicações na pesquisa agropecuária**. 1992. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/130728/1/2006PL-050.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUZA, Alan De Carvalho. **Do Brasil para África: o café na viragem do império português (1807-1850)**. 2020. Tese (Doutorado). Universidade de Lisboa (Portugal).

SOUZA, Danilo Felisberto de. **Escola no campo e trabalho: percepções e expectativas profissionais de estudantes do ensino médio do distrito de Santa Eudóxia–São Carlos/SP**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15115?show=full&locale-attribute=es>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUZA, Helton Nonato de. **Sistematização da experiência participativa com sistemas agroflorestais: rumo à sustentabilidade da agricultura familiar na Zona da Mata mineira**. 2006. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciência) – Universidade Federal de Viçosa.

SOUZA, L. R. D. S. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 8, n. 67, p. 231-249, 2011.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11811?mode=full>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUZA, V. A. D. **(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40)**. 2003. 177f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista 2003.

STASSART, P. M. *et al.* L'agroécologie: trajectoire et potentiel. Pour une transition vers des systèmes alimentaires durables. In: VAN DAM, Denise (éd.). **Agroécologie**. Entre pratiques et sciences sociales. Éducagri éditions, 2012, p. 25-5

STEPHAN, Í. I. C; SOARES, J. M.; RIBEIRO, I. M. F. Guido Thomaz Marlière, o "semeador" de cidades na Zona de Mata Mineira. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 16, p. 50-60, 2012.

STRAFORINI, R. A formação territorial brasileira nos dois primeiros séculos de colonização. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p. 66-93, 2008.

STRAFORINI, Rafael. Os caminhos reais do outro: apropriação e práticas espaciais no século XVIII. **Geografia**, v. 35, n. 1, p. 63-80, 2010.

TAVARES, Elaine. Darcy Ribeiro e os povos indígenas: acertos e equívocos. **Rebela**, v. 8, n. 1, jan.-abr., 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Downloads/ZANA/3979-Texto%20do%20artigo-13408-1-10-20200228.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, set.-dez. 1996.

VENTURIN, Ediane; DESIDÉRIO, Samanta Sparremberger; DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Agroecologia e bem viver: promovendo saúde coletiva. **Informe Gepec**, v. 27, n. 1, p. 264-280, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/30362>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VITRAC, Xavier *et al.* Determination of stilbenes ( $\delta$ -viniferin, trans-astringin, trans-piceid, cis-and trans-resveratrol,  $\epsilon$ -viniferin) in Brazilian wines. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 53, n. 14, p. 5664-5669, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**, Passo Fundo, v. 3, p. 21-55, 1999.

WANDERLY, M. D. N. B. Agricultura familiar e campesinato, rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 42-61, out. 2003.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres** Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1995.